**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS JUDAICOS**

LILIAN FERREIRA DE SOUZA

**VOZES FEMININAS
TRAJETÓRIAS DE SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO
RADICADAS NO BRASIL (1933-1960)**

VERSÃO CORRIGIDA

**São Paulo
2014**

LILIAN FERREIRA DE SOUZA

**VOZES FEMININAS
TRAJETÓRIAS DE SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO
RADICADAS NO BRASIL (1933-1960)**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Judaicos do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para obtenção do título de Mestre em Estudos Judaicos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Tucci Carneiro

De acordo:

2014

Nome: SOUZA, Lilian Ferreira de

Título: Vozes Femininas Trajetórias De Sobreviventes Do Holocausto Radicadas No Brasil (1933-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Judaicos do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para obtenção do título de Mestre em Estudos Judaicos.

Aprovada em 11/06/2014

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy

Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva

Igual-Desigual

[...]

Todas as guerras do mundo são iguais.

Todas as fomes são iguais.

Todos os amores, iguais iguais iguais.

Iguais todos os rompimentos.

A morte é igualíssima.

Todas as criações da natureza são iguais.

Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes, são iguais.

Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.

Ninguém é igual a ninguém.

Todo o ser humano é um estranho

ímpar.

Carlos Drummond de Andrade

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai Jorge Ferreira de Souza.

À minha mãe Maria Edileusa de Souza pela
compreensão, amor e apoio em todos os
momentos desta pesquisa.

E ao meu amor Kleber Luis Gonçalves da Silva.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Jorge Ferreira de Souza pela força incansável, determinação e por tudo que me legou como aprendizado e filosofia de vida.

À minha mãe, Maria Edileusa pela sabedoria, fé, força e coragem.

A Kleber Luis, meu amor, companheiro de vida, trabalho, conquistas e ao apoio incondicional a todas as etapas deste trabalho. E a pequena Sabrina pela alegria irradiante.

Aos meus amados irmãos, Luciana, Mara, Leandro. Aos meus queridos sobrinhos Lucas e Lívia.

À Olga, companheira nos momentos solitários de estudo e escrita.

Aos amigos da inesquecível equipe do projeto Arqshoah entre os anos de 2008 a 2013.

Aos amigos Daniel Silva, Juliano Angelin, Laura Leme, Dianaluz Correa, Daniel dos Santos, Andrea Coelho, Mayra Carvalho, Nádia Saito, André Briant, Paulo Rudo e Jefferson Cavalcanti.

Às companheiras de jornadas no Arqshoah, Leslie, Luba e Olívia.

À querida prof. Dra. Rachel Mizrahi pela parceria em todas as entrevistas que realizamos em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Aos professores presentes no meu exame de qualificação, Profa. Dra. Bertha Waldmann e Prof. Dr. José Carlos Sebe Meihy.

Ao Prof. Dr. Luís Sérgio Krausz pelo apoio e confiança durante a monitoria PAE em seu curso na graduação junto ao Departamento de Línguas Orientais.

A todos os sobreviventes que tive o privilégio de conhecer e entrevistar, que confiaram em compartilhar suas histórias, especialmente à Lise Forell, Lola Anglister, Nanette Konig, Klara Mozes, Janina Schlesinger, Ala Gartner, Hana Rosenthal e George Legmann.

À querida Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro que, desde os tempos do Proin, sempre confiou no meu trabalho e por todo o aprendizado no Arqshoah.

E por fim, a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior pela bolsa concedida.

RESUMO

A partir do registro das narrativas orais sobre o Holocausto, pretendemos analisar um conjunto de testemunhos que expressem as trajetórias das mulheres judias sobreviventes do nazismo radicadas no Brasil entre 1933-1960.

A historiografia sobre o tema revela que um grande número de mulheres judias foram perseguidas, torturadas e confinadas em guetos, campos de trabalho e de extermínio. No entanto, muito pouco se sabe sobre a trajetória daquelas que optaram por viver no Brasil. Suas histórias de vida estão diretamente relacionadas à política antissemita adotada após a ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933, na Alemanha.

É fato que o cotidiano dos judeus foi totalmente alterado a partir deste momento em que o Estado nacional-socialista passou, gradativamente, a segregá-los enquanto seres inferiores. As mulheres judias, por sua vez, foram tratadas como representantes de uma raça degenerada, e, como tais, tornaram-se o foco das ações racistas previstas como parte do plano de exclusão e extermínio idealizado pelo Terceiro Reich.

São as narrativas de algumas destas mulheres que, enquanto sobreviventes do Holocausto, nos interessam analisar em busca de suas visões de mundo, seus traumas, dores e alegrias.

PALAVRAS-CHAVES: antissemitismo; história oral; Holocausto; memória; mulher; violência

ABSTRACT

From the record of the oral narratives about the Holocaust, we intend to analyze a set of testimonies that express the trajectories of Jewish women survivors of Nazism, established in Brazil between 1933-1960.

The historiography on the subject reveals that a large number of Jewish women were persecuted, tortured and confined in ghettos, labor camps and death camps. However, the history of those who have chosen to live in Brazil remains not widely known. Their life stories are directly related to the anti-Semitic policy adopted after the rise of Adolf Hitler in Germany.

It is a fact that the daily life of Jews was totally changed from that moment in which the national socialist State started gradually to segregate them as inferior beings. The Jewish women, in turn, were treated as representatives of a degenerate race, and, as such, have become the focus of racist actions planned as part of the exclusion and extermination created by the Third Reich.

The narratives of these women, as Holocaust survivors, are the focus of our research. We analyze their worldviews, their traumas, sorrows and joys.

KEY-WORDS: antisemitism; oral history; Holocaust; memory; woman; violence

ÍNDICE DE ICONOGRAFIA

1 - Quadro Repertório das Entrevistas.....	18
2 - Mapa - Localização do campo de concentração de Ravensbrück na Alemanha.....	25
3 - Fotografia Elisabeth Török Legmann	33
4 - Fotografia <i>Mães no campo de concentração - Kaufering I.</i>	34
5 - Fotografia Mães com seus filhos	35
6 - Pintura Wolfgang Willrich, <i>Aryan Family</i>	42
7 - Fotografia Magda Goebbels	43
10 - Fotografia Klara Mozes.	48
11- Passaporte de Klara Mozes	53
12 - Fotografia de Ala Gartner.....	55
13 - Fotografia de Ala Gartner	58
14 - Cartão provisório para os internos do campo de Mauthausen	60
16 - Fotografia de Hana Jurica.....	63
17 - Fotografia de Hana Jurica	67
18 - Fotografia de Hana Jurica.	69
19 - Fotografia de Janina Schlesinger.....	70
20 - Fotografia de Jacob Landau e sua filha Janina Schlesinger.....	76
21- Carteira de Estudante da Universidade de Firenze	78
22 - Fotografia de Lola Anglister	81
23 - Fotografia de “Nazi-tatuagem” de Lola Anglister. A-26505.....	87
24 - Lise Forell em sua residência ao lado da pintura <i>Europe Post-Guerra</i>	91
25 - Charge desembarque em Marrocos	96
26 - Fotografia Nanette Blitz Konig	101
27 - Registro expedido pela Holanda aos judeus	104

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS
RESUMO/ABSTRACT
ÍNDICE DE ICONOGRAFIA

INTRODUÇÃO	10
1 - A MULHER E A REPRESSÃO NO ESTADO NAZISTA.	19
1.1 - MULHERES JUDIAS SOB OLHAR DO SABER MÉDICO	19
1.2 - O CAMPO DE RAVENSBRÜCK E AS PRISIONEIRAS JUDIAS	25
1.3- O DRAMA DA GESTAÇÃO EM AMBIENTES CONCENTRACIONÁRIOS	30
1.4 -VIOLÊNCIA E ANIQUILAÇÃO AO CORPO VULNERÁVEL	36
1.5 - MULHERES ARIANAS: MÃES DO REICH E FORÇA DE TRABALHO.	41
2 - TRAJETÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA	48
2.1 - KLARA MOZES	48
2.2 - ALA LUBLINER GARTNER	54
2.3 - HANA ROSENTHAL JURICA	63
2.4 - JANINA LANDAU SCHLESINGER	70
2.5 - LOLA ANGLISTER	80
2.6 - LISE FORELL	91
2.7 - NANETTE BLITZ KONIG	101
3 – A REPRESENTAÇÃO DO GENOCÍDIO.	107
3.1 - A NARRATIVA DO INDIZÍVEL.....	107
3.2 - TESTEMUNHO E A LIBERTAÇÃO DO TRAUMA.....	116
3.3 - MEMÓRIA: JAMAIS OBLITERAR	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
FONTES.....	128
BIBLIOGRAFIA	128

INTRODUÇÃO

Não, eu não poderia odiar. Eu penso somente: pobre humanidade. E também: eu prefiro mil vezes estar entre os perseguidos que entre os perseguidores. Ruth A.¹

A dissertação *Vozes Femininas. Trajetórias de Sobreviventes do Holocausto Radicadas no Brasil (1933-1960)*, expressa os resultados das pesquisas que realizei junto ao Núcleo de Estudos *Arqshoah* – Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo, coordenado pela Prof.^a Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, financiado pela Fapesp como um dos projetos do LEER - Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Discriminação e Racismo. O *Arqshoah* mantém, ainda hoje, uma equipe de História Oral coordenado pela Prof.^a Rachel Mizrahi, do qual participei como pesquisadora bolsista. Entre 2006 e 2013, a equipe dedicou-se ao registro dos testemunhos dos judeus que, de alguma forma, foram vítimas da repressão e política de exclusão imposta pelo Terceiro Reich (1933-1945). A partir destes registros, gravados em áudio e/ou vídeo, optei por uma amostragem que expressasse as narrativas das mulheres sobreviventes do Holocausto radicadas no Brasil.²

A maior parte das histórias de vida registradas pelo Grupo de História Oral estão disponíveis no site do projeto para consulta pública, assim como centenas de outros documentos pessoais cedidos pelos entrevistados. Deste acervo selecionamos oito entrevistas que contemplassem a experiência de vida das mulheres judias, de diferentes nacionalidades, que, entre 1933-1945, estiveram em espaços segregacionistas construídos pelo Estado alemão ou pelos governos dos países colaboracionistas. Dentre estes testemunhos, apenas um foi narrado pelo filho de Elisabeth Legmann, George Legmann, nascido no campo de concentração de Dachau em 1944. Elisabeth faleceu em 2002, sendo um dos raros casos de gravidez em campo de concentração. Assim, gravamos e analisamos o testemunho de Legmann enquanto “portador” da história contada por sua mãe.

Minha experiência como oralista no *Arqshoah* resultou no registro de setenta e oito entrevistas com judeus sobreviventes do Holocausto³ e refugiados do nazismo, de distintas

¹ Entrevista de Ruth A. para o ensaio de POLLAK, Michael, “A Gestão do Indizível”, In: *WebMosaica. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, (Tradução Gabriele dos Anjos), v. 2, nº1, (jan-jun), 2010, p. 09.

² Participei desta equipe de 2008 a 2010, na qualidade de bolsista de Capacitação Técnica FAPESP (TT3) e entre os anos de 2010 a 2013 como pesquisadora colaboradora.

³ Consideramos para este estudo: *sobreviventes do Holocausto* os judeus e demais minorias étnicas deportados para guetos, campos de concentração, trabalho, trânsito e extermínio. Por *refugiados* entendemos aqueles que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pela violência genocida imposta pelo Estado alemão e países

nacionalidades, que optaram por viver no Brasil. Desta experiência surgiu à concepção deste projeto de mestrado dedicado a construção da memória enquanto legado. A cada entrevista meu envolvimento com o tema aumentava diante da possibilidade do registro, privilégio do historiador inclinado aos procedimentos da história oral. Gravados em áudio, os repertórios dos assuntos relatados ampliaram-se, somando informações com os diários, passaportes, fotografias, cartas, recorte de jornais e objetos pessoais. A oportunidade de ver a estrela de David, usada por André Daniel Reisler, refugiado de origem belga, sensibilizou-me para as marcas dos estigmas impostos aos judeus enquanto raça inferior, sem qualquer direito de cidadania. Além de estrela amarela, observei as tatuagens, o *J* vermelho nos passaportes, os uniformes listrados dos prisioneiros, os nomes alterados com “Sara” ou “Israel”. Para além dessas marcas visíveis, palpáveis, procuramos captar sentimentos de emoção traduzidos em traumas, dores, alegrias, saudades, desespero. Estes vestígios nos colocam, muitas vezes, diante dos desatinos da barbárie humana reveladora das fragilidades do ser humano.

O meu percurso como oralista, contribuiu para um refinamento no olhar, gerando maior sensibilidade e interesse pelo tema, tendo as mulheres como o foco para este estudo. O recorte segundo o gênero dos entrevistados contribuiu para a delimitação da pesquisa favorecendo a reconstituição de fragmentos expressivos da dimensão deste genocídio segundo o universo feminino.

Como recorte temporal, optamos por concentrar nossa análise nas histórias de vida das mulheres que chegaram ao Brasil entre 1933 e 1960, após terem vivenciado situações de exclusão e terror impostos pelos nacional-socialistas e/ou simpatizantes do nazi-fascismo. Convém ressaltar, que após o término da Segunda Guerra Mundial, o judeu foi definido como apátrida, um deslocado de guerra, fugindo para o exílio, caminhando em busca de uma nova pátria. Carregava o peso do antissemitismo e as consequências de ser sobrevivente em um mundo intolerante. As dificuldades em encontrar um novo país para fixar residência, está presente em alguns relatos, é importante ressaltar que no Brasil, o presidente Getúlio Vargas, cooptou intelectuais e cientistas que, através de suas teorias, colaboraram para a “construção” de perigos étnicos e políticos, dentre os quais: o semita, o comunista, o amarelo e o alemão. Estavam interessados nas doutrinas científicas formuladas na Europa no final do século XIX e início do século XX, que classificavam os judeus como imigrantes indesejáveis. A partir de

colaboracionistas (1933-1945), sendo obrigados a fugir para conseguir sobreviver, percorrendo diferentes países, em alguns casos, ou passando por campos de refugiados no pós-guerra, portando documentos falsificados ou na categoria de *Displaced People*. Sobre estes conceitos ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos refugiados do nazifascismo, 1933-1948*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

1933, as autoridades diplomáticas brasileiras se posicionam diante de um novo perfil de imigrantes, os refugiados do nazi-fascismo e os sobreviventes do Holocausto. De acordo com a ideologia antissemita presente, não restava dúvidas que este perfil era símbolo do imigrante que deveria ser evitado.⁴

Tomando por base os relatos das nossas colaboradoras radicadas no Brasil conseguimos recompor suas lembranças sobre os espaços de exclusão e de extermínio, a desumanização progressiva imposta nos guetos e nos campos de concentração, os resquícios dos traumas, da humilhação, da fome e do luto que derrubam a resistência física e emocional. Procuramos recuperar os sentimentos de alegria e medo vivenciados nos momentos da libertação, a epopeia do retorno à cidade de origem e a difícil trajetória percorrida por diversos países até o desembarque no Brasil.

Este estudo tem como objetivo reunir as vozes das mulheres, testemunhas dos atos genocidas interpretados como um paradigma para os estudos sobre trauma, intolerância, racismo, antissemitismo, memória e subjetividade. Estas “vozes” foram selecionadas de um universo de quarenta e duas mulheres entrevistadas para o projeto *Arqshoah* entre 2008 e 2013, cujas histórias de vida estão disponíveis no site www.arqshoah.com.br.

Consideramos que as narrativas acrescentam contribuições para a história e memória do Holocausto, além de alertar as futuras gerações sobre os perigos das políticas racistas e a importância dos laços de solidariedade independente de qualquer etnia, religião ou partido político. Implica também no ato de preservação da memória de um grupo que, nos próximos anos, já não estará entre nós. A maioria das mulheres entrevistadas para esta dissertação tinha entre 85 - 90 anos, sendo que algumas se encontram bastante debilitadas.

A composição de um acervo de fotografias e outros documentos históricos revelou as particularidades de cada entrevista e dos objetivos mais amplos do projeto *Arqshoah*: de garantir, através de diferentes suportes, a preservação e a divulgação das histórias de vida daqueles que, enquanto sobreviventes das práticas intolerantes e genocidas, optaram por viver no Brasil, como país de destino. No entanto, a constatação da ausência de documentos pessoais tem indicado que raros são aqueles que conseguiram preservar registros importantes para a reconstituição de suas histórias de vida. A situação de perigo eminente, o terror imposto

⁴ A doutrina antissemita endossada pelos diplomatas brasileiros foi analisada por Maria Luiza Tucci Carneiro a partir da documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty. E as Circulares Secretas de 25 de maio de 1937 e de 7 de junho de 1937, que apontavam para as barreiras legais e burocráticas impostas aos judeus que tentavam imigrar para Brasil. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Veneno da Serpente. Reflexões sobre Anti-semitismo no Brasil*, São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 18 e 119.

pelo Partido Nacional-Socialista, as estratégias de fuga ou as situações de libertação no final da guerra dificultaram, certamente, a guarda de documentos pessoais. Em muitos casos, contamos apenas com fragmentos de lembranças lapidadas pelo distanciamento dos fatos e pela idade do sobrevivente. Quantas vezes uma fotografia não serviu como estratégia para o despertar de lembranças? Através da imagem de um familiar que não sobreviveu ou daquele que seguiu outro caminho, nos ajudou a alavancar um conjunto de recordações até então silenciadas. Enfim, localizar os sobreviventes e ter acesso às suas histórias de vida é privilégio de poucos. Por esta razão, consideramos fundamental a difusão das narrativas de experiência traumática, antes restritas ao universo familiar ou guardadas por instituições com políticas de acesso não tão democráticas.

Romper a barreira do indizível provocado pelo trauma que silenciou muitas mulheres sobreviventes do Holocausto é um dos objetivos deste estudo. Segundo José Carlos Sebe MeiHY, é imprescindível a inclusão daqueles que nunca haviam falado sobre as suas experiências de vida consideradas até então como “vozes silenciadas”.⁵ As narrativas permitem a compreensão do contexto histórico destas vivências limitadas pelas ações violentas acionadas por um Estado totalitário, como no caso da Alemanha, ou autoritário, a exemplo do Brasil durante o primeiro governo Vargas. No entanto, diante da dificuldade natural de entender a condição humana e de “entrar” profundamente no mundo interno do Outro, é que consideramos cada uma destas histórias um livro aberto, com dinâmica própria.⁶

As narrativas que deram origem a este texto foram registradas em etapas distintas:

- 1) definição do grupo a ser entrevistado tendo o Brasil como a comunidade de destino;
- 2) opção por entrevistar as mulheres judias sobreviventes do Holocausto;
- 3) realização dos primeiros contatos e agendamento;
- 4) registros do testemunho: em áudio acompanhado do registro fotográfico, de forma a garantir a reprodução dos documentos pessoais (fotografias, passaportes, cartas, diários, dentre outros). Se liberado pelo entrevistado, estes documentos foram digitalizados e identificados, segundo a Base de dados Arqshoah.
- 5) autorizações de uso da entrevista e das imagens.
- 6) transcrição; textualização e transcrição.

⁵ MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*, 5a. ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996, p. 44.

⁶ LEVY, Sofia Débora. *Holocausto: Vivência e Transmissão*. São Paulo: Perspectiva, Conib, 2014.

- 7) submissão do material produzido ao entrevistado(a) de forma a obter a aprovação do texto mediante revisão dos nomes, lugares e datas, assim como de expressões gravadas durante a entrevista.
- 8) Liberação de conteúdo para divulgação junto ao site www.arqshoah.com.br, garantindo a difusão do acervo, uma das premissas básicas para os trabalhos em história oral.

Importante ressaltar que a história oral é aqui considerada enquanto um conjunto de procedimentos⁷, que – no caso desta pesquisa – nos colocou diante do impacto que as políticas racistas e genocidas implementadas pelo Estado nazista e países colaboracionistas tiveram sobre a vida destas mulheres.⁸ Aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos foram certificados através da análise dos testemunhos, que segundo Meihy, é válido supor que a história oral é um discurso independente sustentado por uma série de entrevistas. Para o historiador Yehuda Bauer, o testemunho é uma das formas mais confiáveis para o estudo sobre o cotidiano dos guetos e dos campos de concentração nazistas.

9

Enquanto ferramenta didática, o registro dos testemunhos, – seja do Holocausto como de outros genocídios ou massacres – são fundamentais para o fortalecimento de uma consciência pública acerca das consequências da violência que, levada ao extremo, pode culminar em tragédias incompreensíveis. A manutenção de acervos específicos, a exemplo do Arquivo do Yad Vashem¹⁰ e do *Arqshoah* (ainda que em uma escala menor e voltado para o acesso brasileiro), podem nos ajudar a compreender situações de racismo, assim como uma série de conflitos políticos e étnicos atuais que colocam em risco regimes democráticos, fragilizados pela intolerância, sempre presente. Esta é, aliás, uma das justificativas para algumas instituições investirem em projetos com história oral de sobreviventes, de forma a não deixar cair no vazio o lema: ‘*não esquecer jamais*’.

O desafio está no incentivo para os relatos de alguns temas considerados tabus e que,

⁷ MEIHY, José Carlos Sebe. op.cit., p. 44.

⁸ Sobretudo no caso das legislações restritivas, de caráter antissemita, como as Leis de Nuremberg e outras ações que culminaram com a criação de espaços de exclusão e extermínio (guetos, campos de concentração, de trabalho, de prisioneiros e de extermínio). GILBERT, Martin. *O Holocausto: História dos Judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Samuel Feldberg, Nancy Rozenchan. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 27.

⁹ BAUER, Yehuda, "Sobre el testimonio oral y em vídeo", In: *Nuestra Memoria*. Publicacion del Museo Del Holocausto. Año XVII, Nº 35, Noviembre de 2011, p. 62.

¹⁰ *Yad Vashem* - Autoridade de Recordação dos Mártires e Heróis do Holocausto. Memorial oficial do Estado de Israel, criado em 1953, para lembrar os judeus assassinados durante o Holocausto.

apesar dos avanços historiográficos e da abertura de arquivos até então secretos, não foram contemplados nas compilações testemunhais oficiais.¹¹ Muitas vezes, a somatória de fatos considerados como triviais, corriqueiros ou específicos da vida pessoal e afetiva de um cidadão podem nos auxiliar a compor a memória coletiva das minorias afetadas pelo Holocausto e outros tantos atos genocidas.¹²

Quando se prioriza o registro oral, as questões referentes à memória e a identidade emergem como fatores para a análise do grupo de forma ampla. Segundo Meihy: “[...] o discurso é um bem de todos, democraticamente, o instrumento mais elementar de expressão se presta a se tornar documento.”¹³

A história oral promove a subjetividade, além de proporcionar a oportunidade para reavaliarmos as repetições e equívocos históricos que falam das minorias sem ouvi-las. É a história do indivíduo iluminada por sua particularidade dentro de um coletivo ou de uma comunidade. De acordo com Daphne Patai, uma “intersecção entre duas subjetividades.”¹⁴ Quando os caminhos entre pesquisador e entrevistado se encontram por um objetivo comum, é importante valorizar suas diferenças culturais, filtradas por visões de mundo distintas, posturas políticas, idade e experiências de vida singulares. O pesquisador, portanto, deve ter atenção na transformação da narrativa oral para o texto escrito para que este encontro esteja representado de forma equilibrada, com pleno consenso do entrevistado. A esta etapa do trabalho, Patai acrescenta:

A preparação de um texto que utiliza uma narrativa pessoal envolve, de fato, a recolha de material bruto e sua subsequente transformação - através do trabalho do pesquisador de transformar as palavras faladas em escritas; editar; traduzir; se necessário; estudar e interpretar as histórias.¹⁵

As reflexões sobre a leitura das narrativas das mulheres que lutaram pela sobrevivência durante o Holocausto revelam a dor expressa no trauma, na hesitação e no silêncio para certos assuntos. Patai – que em sua pesquisa, entrevistou mulheres brasileiras na década de 80 – ressalta: “muitas vezes saí perturbada, sufocada e destruída, mas cheia de admiração: muitas das histórias eram doloridas de se contar e de se ouvir. Ainda que seja impossível transportar para o papel a intensidade das entrevistas.”¹⁶

¹¹ FERRO, Marc. *Os Tabus da História*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

¹² Sobre memória coletiva ver: HALBWACHS, Maurice. Trad. Beatriz Sidou. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

¹³ MEIHY, José Carlos Sebe. op. cit., p. 36.

¹⁴ PATAI, Daphne. *História Oral, Feminismo e Política*. São Paulo: Ed. Letra e Voz. 2010, p. 22.

¹⁵ Idem, p. 27.

¹⁶ PATAI, Daphne. op. cit., p. 30.

Ao narrar, o entrevistado evoca o passado e busca nas lembranças os fatos que considera importante contar. Neste momento, há uma “triagem”, uma escolha sobre o que falar e o que ele(a) quer narrar. Há sempre a mediação do tempo presente, que marca o tom e atribui um certo sentido aquele encontro, essencial para o pesquisador. Importante que esta postura seja, sempre que possível, compartilhada por ambos os lados.

O relato oral é, após a gravação, transformado em texto que guarda a versão do passado testemunhado. Consideramos que a percepção do fato histórico traumático pode sofrer alterações em virtude do tempo em que o trauma foi vivenciado até o momento em que foi narrado. Mesmo rompendo o silêncio que é, muitas vezes, traumático, toda vez que um sobrevivente do Holocausto contar sua história de vida, nunca será da mesma forma, pois a dinâmica da subjetividade e a sua performance também se alteram.

Para o pesquisador que trabalha com fontes orais, fica a tarefa de selecionar, pesquisar, reorganizar, devolver o texto ao entrevistado e corrigir algumas passagens, se necessário, até a produção do texto final. Na sua pesquisa, Patai revela a preocupação em transmitir a riqueza, a complexidade da experiência subjetiva, a coerência e a unidade de como as narradoras apresentam, buscando pelo sentido da experiência vivida. Retomando uma de suas frases lapidares: “Histórias de vida são documentos – imediatos e com vivacidade”¹⁷

Ao ouvir e registrar uma história de vida, encontramos contradições, silêncios, hesitações, repetições de alguns termos e acontecimentos. Geralmente esperamos um relato cronológico cujos episódios da vida são narrados linearmente. Este é um dos desafios frequentes, sobretudo quando os narradores são idosos e não dominam plenamente a língua portuguesa. Mesmo quando ocorrem repetições devemos estar atentos procurando identificar os temas que predominam no relato. Por este motivo, consideramos fundamental o ordenamento cronológico na elaboração do texto. As entrevistas transcritas para esta dissertação passaram por um processo de “lapidação”, conforme os relatos apresentados no segundo capítulo. Cada texto tem as suas particularidades revelando como as sobreviventes por nós entrevistadas construíram suas narrativas. Enfim, o que era disperso, se “transforma em um todo com significado.”¹⁸

¹⁷ Idem, p.42.

¹⁸ Dafne Patai ressalta que cada indivíduo constrói a sua história, seleciona e classifica seus erros e acertos, tentando encaixar em uma unidade histórica, de uma forma ou de outra reforçando suas ontologias. Assim o pesquisador deve reconhecer os limites e as imperfeições do seu trabalho, respeitando a autonomia das pessoas entrevistadas, e também seus interesses e crenças. *Idem*, p. 59

Para este estudo, selecionamos oito entrevistas concedidas ao Arqshoah entre 2008 e 2013, em um universo de setenta e oito testemunhos registrados sendo quarenta e duas mulheres e trinta e seis homens. Na ocasião, as entrevistadas tinham, em média, entre 85 e 90 anos de idade. Uma exceção a este repertório de entrevistas: incluímos a história de Elisabeth Legmann, falecida em 2002, narrada pelo seu filho George Legmann. Com o objetivo de facilitar a identificação de nossas entrevistadas – distintas por suas nacionalidades – apresentamos uma planilha que define o foco do nosso estudo direcionado para o registro e análise das vozes femininas, sobreviventes do Holocausto.

1- Quadro Repertório das entrevistas

Nome	Data de nascimento	Cidade de Origem	País	Gueto	Campos	Rotas de imigração	Data da Entrevista
Klara Mozes	27/04/1924	Szeged	Hungria		Sárvár e Kistarcsa (internação); Auschwitz - Birkenau (concentração e extermínio) e Stutthof (trabalhos forçados)	Polônia, Hungria, Romênia, Áustria e Brasil	03/12/2008
Ala Lubliner Gartner	03/06/1926	Bedzin	Polônia	Bedzin	Auschwitz - Birkenau (concentração e extermínio); Mauthausen (concentração)	Polônia, Itália, Panamá e Brasil	01/04/ 2009
Hana Rosenthal Jurica	01/1923	Lódz	Polônia	Lódz	Auschwitz - Birkenau (concentração e extermínio); Bergen-Belsen (concentração e extermínio)	Polônia, Alemanha, Suécia, Bélgica, Tchecoslováquia, Israel e Brasil	29/11/2011
Janina Landau Schlesinger	07/10/1924	Cracóvia	Polônia	Cracóvia	Plaszow (concentração); Auschwitz II- Birkenau (concentração e extermínio); Bergen-Belsen (concentração e extermínio)	Polônia, Alemanha, Itália,	28 de novembro de 2008
Lola Anglister	29/10/1925	Cracóvia	Polônia	Cracóvia	Plaszow (concentração); Auschwitz II- Birkenau (concentração e extermínio); Ravensbrück (concentração) e Malchow (subcampo)	Polônia, Alemanha, Suécia, Israel e Brasil	01/09/2011 e 05/2013
Lise Forell	12/04/1924	Brno	República Tcheca		Sidi-El-Ayashi (para prisioneiros de guerra)	República Tcheca, Bélgica, França, Marrocos, Espanha e Brasil	12/05/2010
Nanette Blitz König	04/1929	Amsterdã	Holanda		Westerbork (trânsito); Bergen Belsen (concentração e extermínio)	Holanda, Estados Unidos e Brasil	28/11/2008
George Legmann Elisabeth Török Legmann	1915 (Elisabeth) e 8 de dezembro de 1944 (George)	Cluj Napoca	Romênia		subcampo Kaufering I (campo de trabalho)	Romênia e Brasil	06/05/2008

1 – A MULHER E A REPRESSÃO NO ESTADO NAZISTA

As guerras pertencem aos homens, e assim também as lembranças de guerra. Ainda mais o fascismo, mesmo que se tenha sido contra ou a favor: puro assunto para homens. Além disso: mulheres não têm passado. Ou não têm que ter algum. É indelicado, quase indecente. KLÜGER, Ruth, 2005¹⁹

1.1 Mulheres Judias Sob Olhar do Saber Médico

Como critério para a seleção das narrativas para este estudo, destacamos os relatos que abordaram as habilidades femininas como estratégia de sobrevivência, fundamentais para a permanência em ambientes concentracionários e guetos. Procuramos enfatizar as redes de solidariedade constituídas entre as prisioneiras, assim como o medo da violência sexual, o risco da gestação e a separação brutal dos familiares. A narrativa destas mulheres tocou em pontos que a historiografia sobre o Holocausto pouco se aproximou, sendo esta uma das contribuições pretendidas por esta dissertação. O foco de nossa análise tem como referência o processo de construção do estigma, a partir do momento em que a mulher judia foi classificada pelo Estado e pela ciência alemã como raça inferior e obrigada a usar a estrela amarela como sinal de diferenciação. Procuramos compreender como a questão da dignidade, foi utilizada pelos nacional-socialistas para banalizar o sofrimento de seres humanos que, a partir dos pressupostos racistas de uma ideologia, foram condenados à morte em massa.

Os estudos, em geral, sobre as mulheres trazem à luz um conjunto de mitos e estereótipos, impostos pelas sociedades patriarcais. Coube à mulher ocidental um papel fundamental na esfera privada, devendo reserva-se ao mundo familiar e a maternidade. Argumentava-se que ela jamais seria capaz de ocupar posições de liderança em cargos públicos, por exemplo. Estavam sob o olhar masculino, que assim as representavam nos manuais de educação, nos discursos médicos, na publicidade e nos livros de receitas. Para o historiador pós Escola dos *Annales* e Nova História (*Nouvelle Histoire*), a única forma de inclusão da mulher na história foi no estudo do mundo privado e familiar. A partir daí, deve-se buscar a mulher enquanto sujeito histórico, processo lento e gradual exigiu uma revisão dos conceitos de gêneros que estruturaram a percepção do mundo e de nós mesmos.

Os estudos sobre gênero foram essenciais para os alicerces teóricos deste trabalho,

¹⁹ KLÜGER, Ruth. *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente*. Trad. Irene Aron. São Paulo: Ed. 34, 2005, p. 13.

sobretudo para a compreensão da mulher na sociedade europeia na primeira metade do século XX. A obra da historiadora Michele Perrot, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* revelou que as mulheres têm o seu lugar na história e devem ser compreendidas enquanto agentes sociais ativos. É a história destas mulheres, no caso, judias, estigmatizadas e perseguidas pelo Estado nazista (1933-1945) que nos interessa recuperar, enquanto vítimas e sobreviventes. Pretendemos fazer um contraponto ao perfil da mulher judia perseguida, com a idealização do papel da mulher “ariana” enquanto símbolo da raça pura, que deveria servir à pátria em casa e no trabalho. E também apresentaremos aquelas que se destacaram dentro de organizações nazistas e no trabalho nas estruturas de extermínio dos campos. Ao elucidar alguns pontos expressivos destas situações, esperamos contribuir para os estudos de gênero e da História do Holocausto.

Do ponto de vista metodológico, procuramos identificar alguns marcos temporais, citados na maioria dos testemunhos daqueles que sobreviveram ao Holocausto: a ascensão de Adolf Hitler ao poder em 30 de janeiro de 1933; a legitimação da discriminação e da perseguição aos judeus na Alemanha nazista; a promulgação das Leis de Nuremberg, a Noite dos Cristais, a ocupação das tropas nazistas nas cidades polonesas, o início da Segunda Guerra Mundial, a obrigatoriedade de usar a estrela amarela, o confinamento em guetos e campos de concentração, o cotidiano nestes espaços, a libertação, e a trajetória de recuperação. Para cada relato procuramos preservar suas particularidades de acordo com a nacionalidade das sobreviventes entrevistadas. A luta pela sobrevivência e os caminhos percorridos desde a cidade de origem até o seu estabelecimento no Brasil, país de destino, foram componentes importantes para a definição do fio condutor que permeia este estudo.

Em cada narrativa, buscamos apreender os atos de antissemitismo como uma expressão da doutrina racista e o seu uso empreendido pelo Terceiro Reich que levou ao extermínio grande parte da população judaica classificada como impura e racialmente inferior, assim como os ciganos, os negros e os homossexuais.

O mito da raça ariana²⁰ fermentou as ações dos dirigentes nazistas no controle da

²⁰ As raízes deste pensamento intolerante devem ser buscadas no final do século XIX e início do século XX, quando os teóricos das ciências naturais impulsionaram o desenvolvimento do conhecimento nas áreas da antropologia, medicina, sociologia. Fomentadas pelas pesquisas sobre diferentes grupos humanos e partindo da crença, então popular, sobre a degeneração e decadência biológica da raça, as ciências naturais estimularam o aprimoramento das teorias sobre o evolucionismo, darwinismo social, o arianismo e a eugenia. O arianismo teve, assim, suas origens nas classificações entre as línguas arianas ou indo-europeias e a língua semita; logo, os *não arianos* eram considerados como *povos semitas*, definição reabilitada pelo Terceiro Reich e endossada pelas nações colaboracionistas. Mais sobre o tema, ver a obra: POLIAKOV, Léon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1974.

população e observação da sexualidade. A produção historiográfica sobre tais medidas constatou que houve um forte impacto físico e psicológico nas populações julgadas como “inferiores”, não apenas da Alemanha como também em outras comunidades judaicas da Europa. Desequilíbrio maior pode ser constatado, principalmente, nas narrativas daqueles que foram deportados para os espaços concentracionários ficando à mercê dos aparatos repressivos do Estado. Os estudos sobre as mulheres judias, especificamente, demonstram – desde o contexto da perseguição e concentração – as particularidades de cada experiência, únicas no universo da memória coletiva. Segundo a expressão de Myrna Goldenberg: “diferentes horrores do mesmo inferno”.²¹

O horror para as comunidades judaicas polonesas começou a partir de setembro de 1939, quando o cotidiano foi alterado bruscamente com o início da Segunda Guerra Mundial. Sabe-se, por relatos de testemunhas, que comunidades inteiras da Polônia foram massacradas. Segundo Malka Lorber Rolnik (1922-1987), nascida em Chem, na Polônia:²²

Vivíamos aqueles dias de angústia, cheios de desespero, quando a guerra já se alastrara pela Polônia, com suas diabólicas armas destruidoras; quando Varsóvia agonizava debaixo das botas do ocupante, quando o exército polonês, despojando-se de suas vestes e armas, corria para casa, em pânico por todos os caminhos, fugindo da devastadora onda nazista.²³

A ocupação das cidades polonesas pelas tropas alemãs em 1939 é um dos fatos históricos mais citados pelas entrevistadas polonesas, sendo este um divisor de águas. Tudo mudou: as famílias vivenciaram separações e importantes decisões da vida foram tomadas alterando sua estrutura, suas redes de relacionamentos e seus cotidianos. Para Malka, foi um momento dramático, o mais triste da sua vida:

A noite mais triste da minha vida foi a separação dos pais, do lar e de todo o carinho e amor que jamais encontrei – a afeição de meu pai e de minha mãe. [...] Em casa, todos eram contrários à minha partida, mas eu estava decidida a ir. Foram o medo e os pressentimentos do que lá aconteceria que me deram energia e me fizeram tomar essa difícil decisão. No último dia do feriado, meu pai acompanhou-nos, eu e meus irmãos, até a saída da cidade. - Esperem, queridos filhos. Deixem-me vê-los por mais alguns instantes – pedia ele ao se despedir. Sua voz tremia. – Só Deus sabe se ainda vamos nos ver.²⁴

²¹ GOLDENBERG, Myrna, “Different Horrors Same Hell: Women Remembering the Holocaust,” in: *Thinking the Unthinkable: Human Meanings of the Holocaust*. New York: Ed. Roger Gottlieb; Paulist Press, 1990, p.150.

²² Malka Lorber Rolnik nasceu em Chelm na Polônia e faleceu no Brasil em 5 de novembro de 1987. Publicou seu testemunho no livro: *Os Abismos: Memórias e Contos*. Curitiba: Ed. Montana, 1990.

²³ Idem. p. 33.

²⁴ Malka Lorber Rolnik, op. cit., p. 33.

O horror para as mulheres judias que viviam na Alemanha começou em 1933. Elas estavam sob o risco de serem submetidas a uma série de experiências médicas que visavam interromper o processo de reprodução. Os procedimentos podiam ser fatais e irreversíveis, ocasionando transtornos e traumas permanentes. Tanto a esterilização como o aborto sem consentimento foram práticas comuns ao plano de Estado nazista de controle populacional e de higiene racial. Tais ações devem ser avaliadas como atos de domínio direto sobre o corpo e a vida sexual destas mulheres.

Neste contexto é que compreendemos a institucionalização da discriminação e a perseguição às mulheres judias alemãs oficializadas após o decreto racial de Nuremberg²⁵, em setembro de 1935, quando a segregação ganhou respaldo legal. Parte da população judaica percebeu que não havia mais lugar para eles na Alemanha, ainda que alguns considerassem que tudo aquilo era “passageiro”. Sem direitos de cidadania, sem igualdade perante a lei, os judeus foram expulsos de seus cargos públicos, das escolas e universidades, restando-lhes a emigração ou a esperança que as restrições fossem temporárias. Qualquer violação à ordem imposta significava violência, segregação e, até mesmo, a morte, como foi o caso da experiência de Johanna Lindener Krause, narrada pela pesquisadora Helga Amesberger:

[...] vítima de esterilização forçada por causa das leis raciais de Nuremberg. Como uma mulher judia casada com um homem não-judeu, Johanna violou as leis de pureza racial. Ela passou anos na prisão e estava grávida quando foi presa em Dresden em 1943. Sua condição foi descoberta pela SS durante um período em que ela foi presa como trabalhadora escrava, forçada a abortar o feto durante seu terceiro trimestre de gravidez e foi posteriormente esterilizada. Em seguida, e levada ao campo de concentração para mulheres de Ravensbrück.²⁶

Os grupos julgados como racialmente inferiores foram excluídos de todos os programas pró-natalidade empreendidos no território da Alemanha, sendo visados como

²⁵ As leis raciais de Nuremberg foram promulgadas em 1935. As teorias raciais nazistas foram institucionalizadas, judeus alemães foram excluídos da cidadania no Reich e proibidos de se casar ou de ter relações sexuais com alemães.

²⁶ “Johanna Lindener Krause was one victim of forced sterilization because of Nuremberg Racial Laws. As a Jewish woman married to a non- Jewish man, Johanna violated the racial purity laws. She spent years in and out of prison and was pregnant when she was arrested in Dresden in 1943. Her condition was discovered by the SS during a period when she was imprisoned as a slave laborer, and she was forced to abort her fetus during her third trimester of pregnancy and was subsequently sterilized. Then she was sent to Ravensbrück women’s concentration camp.” [Tradução: Lilian Ferreira Souza] AMESBERGER, Helga, “Reproduction under the Swastika. The other side of the Nazi glorification of Motherhood”, In: HEDGEPEETH, Sonja M; SAIDEL, Rochele, (Org.) *Sexual Violence Against Jewish women during the Holocaust*. Massachusetts: Brandeis University Press, 2010, p. 158-9.

cobaias para os experimentos de esterilizações²⁷ compulsórias. Segundo Gisella Bock, o alvo era as mulheres das camadas mais pobres da população, donas de casa, desempregadas, trabalhadoras não qualificadas. Por sua condição de “pária”, “o material hereditário biologicamente inferior, deveria ser erradicado [...], dos seres inferiores que procriavam sem qualquer inibição.”²⁸ Cerca de 250 tribunais de esterilização foram criados com a colaboração de profissionais da área do direito, psicologia, genética, antropologia e médicos, que tinham autoridade para decidir sobre o direito de reprodução dos indivíduos. Robert Jay Lifton, autor do livro *The Nazi Doctors. Medical Killing and the Psychology of Genocide*, ressalta que a política de controle de natalidade foi “precursora do assassinato em massa.”²⁹ A lei da esterilização contemplava os judeus, ciganos, negros e os portadores de deficiência. As razões que levaram os nazistas a tais crimes estavam ligada à concepção de “regeneração da raça superior”, tendo aqui a mulher ariana uma importante função: de procriar filhos sadios para a construção de uma Alemanha forte.

Para além do terror imediato gerado por estas medidas, as testemunhas, de uma forma geral, revelaram as sequelas do trauma psicológico deixado por esta prática: a impossibilidade de futura gestação. Para Saidel, a lei foi aplicada tanto aos judeus como aos ciganos, fazendo milhares de vítimas, sendo tal prática aplicada também no interior dos campos de concentração, para além das paredes dos laboratórios dos institutos de pesquisa:

Em apenas quatro dias durante a primeira semana de janeiro de 1945, o professor Carl Clauberg esterilizou entre 120 e 240 mulheres e meninas ciganas. Algumas mulheres foram obrigadas a concordar em a experiência mediante falsas promessas de liberdade em troca de sua própria esterilização ou da de suas filhas. No entanto, quase sempre as mulheres e meninas eram esterilizadas à força sem nenhum aviso prévio [...] Muitas delas, em sua maioria moças, morriam em consequência do procedimento.³⁰

A prática da eutanásia³¹ foi instaurada em 1939, o alvo eram os pacientes de clínicas

²⁷ Em 1933, foi promulgada a *Lei para Prevenção de Doenças Genéticas (Gesetz zur Verhütung Erbkranken Nachwuchses)*, editada por Wilhelm Frick (1877-1946), Ministro do Interior da Alemanha.

²⁸ BOCK, Gisela, “A Política Sexual Nacional-Socialista e a História das Mulheres”, In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente. O Século XX*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991. p. 188.

²⁹ Apud BOCK, Gisela. op. cit., p. 189.

³⁰ SAIDEL, Rochelle G. *As Judias do Campo de Concentração de Ravensbrück*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 56.

³¹ Grafeneck, Bernburg, Brandenburg, Hadamar, Hartheim e Sonnenstein. Foram locais de experiências de morte, hoje são espaços abertos para visitação do público, com o objetivo de rememorar às vítimas da matança sistemática e industrial utilizando monóxido de carbono em sua forma pura. No site do Centro de Documentação Memorial de Grafeneck, calcula-se que cerca de 10.600 pessoas entre homens, mulheres e crianças foram assassinados em 1940. <http://www.gedenkstaette-grafeneck.de/>, acesso em maio/2012. Olga Guttman Benário

psiquiátricas, homens e mulheres que já estavam doentes, idosos e portadores de algum tipo de deficiência considerada como “incuráveis”, a morte era indicada como medida de profilaxia. Os especialistas perpetradores afirmavam que a prática da eutanásia consistia em uma morte natural, sem sofrimento ao doente. O objetivo era garantir a segurança racial ao povo alemão. Em virtude da política de “intervenção no corpo”, médicos, psiquiatras e enfermeiras habituaram-se a lidar com tais experimentos ditos científicos. Segundo Gisela Bock, a eutanásia foi a primeira fase do massacre sistemático dos judeus e ficou conhecida com abreviação *Aktion T4* para o endereço *Tiergartenstrasse*, rua em Berlim, sede da clínica que utilizou pela primeira vez um gás mortífero. O “saber médico” e toda a tecnologia utilizada para a morte sistemática foi gradativamente transportada para os campos de concentração, espaços por onde passaram algumas de nossas entrevistadas.³²

Das intervenções médicas para barrar a natalidade e assassinar as populações “inferiores”, as práticas da eutanásia e as esterilizações, tiveram um papel de destaque para os estudos sobre a Solução Final. Consideradas práticas “eficientes” para a morte de um grande número de pessoas, estes procedimentos foram testados nos campos de concentração, sendo as evidências dos seus crimes julgadas pelo Tribunal de Nuremberg entre os anos de 1945 e 1946. Assim como a trajetória do médico ginecologista Carl Clauberg (1898-1957), que foi condenado pela prática de esterilizar as prisioneiras dos campos de concentração de Auschwitz e de Ravensbrück. Ele declarou “que seria capaz de esterilizar centenas, se não milhares de mulheres a cada dia”. De acordo com Ben-Seffer, assim como o Dr. Clauberg, o médico Viktor Brack (1904-1948) também organizava operações para esterilização, a pedido do comandante Heinrich Himmler (1900-1945). Chegou a relatar que a produtividade dos prisioneiros judeus aumentaria se eles não tivessem suas capacidades reprodutivas normais.³³

O desejo dos ideólogos ligados ao controle racial da população era claramente voltado nas práticas de intervenções cirúrgicas que tornavam as mulheres inférteis ou provocavam a morte. Tais atos foram executados na Alemanha passando dos institutos de pesquisa aos campos de concentração. O massacre sob a supervisão dos profissionais da medicina se

(1908 - 1942), judia alemã, foi perseguida no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas em virtude das suas atividades com o Partido Comunista. Em março de 1936, estava grávida da sua primeira filha, do relacionamento com Luís Carlos Prestes. Presa no Brasil foi deportada para a Alemanha em outubro de 1936, onde permaneceu a prisão de Barnimstrasse, local onde nasceu Anita Leocádia Prestes. Em 1938 foi transportada para o campo de concentração de Lichtenburg, e em 1939 para o campo de Ravensbrück. Em 1942 foi assassinada no centro de eutanásia e extermínio de Bernburg. MORAES, Fernando. *Olga*. 3º ed. São Paulo. Alfa-Ômega, 1987.

³² BOCK, Gisela. op. cit., p. 192.

³³ BEN-SEFFER, Ellen. “Forced Sterilization and Abortion as Sexual Abuse”, In: In: HEDGEPEETH, Sonja M; SAIDEL, Rochele, (Org.) *Sexual Violence Against Jewish women during the Holocaust*. Massachusetts: Brandeis University Press, 2010, p.160.

converteu em um método eficaz de aniquilação dos “seres inferiores”.³⁴

1.2 – O Campo de Ravensbrück e as Prisioneiras Judias

O estabelecimento do campo de concentração de Ravensbrück³⁵ marcou a história da perseguição às mulheres judias na historiografia sobre o Holocausto, foi o principal campo feminino idealizado pelos nazistas. Construído em novembro de 1938, pelos prisioneiros do campo de concentração vizinho, de Sachsenhausen, próximo a “pequena comunidade de Ravensbrück, a dez quilômetros Fürstenberg, às margens do Rio Havel, em Mecklenburg.” A localização permitia o fácil acesso ao transporte pela “estação ferroviária de Fürstenberg (ferrovia Berlim-Neustrelitz)” a noventa quilômetros Berlim. Os relatos das prisioneiras narram um local isolado, as margens do lago Schwedtsee que separava a área do campo da região residencial de Fürstenberg.³⁶

2 - Localização do campo de concentração de Ravensbrück na Alemanha.

No interior do campo, havia vinte barracões de alvenaria da Siemens. Lá as prisioneiras eram recrutadas para o trabalho escravo contribuindo para o “esforço de guerra

³⁴ HILL-MÜLLER, Benno. *Ciência Assassina*. São Paulo: Ed. Xenon. 1993.

³⁵ O Memorial de Ravensbrück (*Mahn – und Gedenkstätte Ravensbrück*), foi aberto em 1959 sob jurisdição da República Democrática Alemã (RDA), as primeiras exposições do campo destacavam as histórias das prisioneiras comunistas. Após a retirada das tropas soviéticas da Alemanha a administração do memorial tomou outros rumos. Com os preparativos para o quinquagésimo aniversário da libertação do campo, em 1995, as trajetórias das demais prisioneiras vieram à tona. Hoje o Memorial é aberto para visitação e pesquisa. SAIDEL, Rochelle. op. cit., p. 19-27.

³⁶ Idem, p. 29.

nazista.”³⁷ A proximidade da linha ferroviária Berlim-Neustrelitz, foi importante para o escoamento da produção na fábrica.

O campo possuía uma especificidade: era destinado somente às mulheres. A capacidade inicial foi prevista para três mil internas, mas, no final de 1944, calcula-se que aproximadamente trinta a quarenta mil mulheres ali sobreviviam em condições sub-humanas. Além do trabalho escravo nos barracões da indústria Siemens, as mulheres eram obrigadas a construir estradas dentro do campo. Algumas sobreviventes descreveram o trabalho no carregamento de pedras para a pavimentação e também a operação de um cilindro metálico para compactar os blocos das estradas. Estes trabalhos eram realizados coletivamente sob supervisão das guardas da *SS Schutzstaffel* (Esquadrão Protetor). Após o início da guerra, as frentes de trabalho aumentaram e as prisioneiras eram recrutadas para diversas atividades sendo direcionadas, principalmente, para a fábrica. Muitas mulheres foram submetidas ao trabalho forçado em campos satélites ou nos sub-campos Malchow, Neustadt-Glewe, Meuselwitz, Neubrandenburg e Rechlin, principalmente nos anos finais do campo de Ravensbrück, quando a superlotação impedia o desembarque e a fixação de novas prisioneiras. Elas desciam do trem, passavam por uma seleção e, novamente, eram encaminhadas para os trabalhos forçados em algum outro destes sub-campos citados.

O impacto que o campo de concentração Ravensbrück causou na vida das prisioneiras foi apresentado por Margarete Buber-Neumann, em testemunho registrado por Saidel. Buber-Neumann foi deportada porque era filiada, assim como seu marido, ao Partido Comunista Alemão. Seu relato expressa a dor, o trauma e a violência vivenciados em um campo que, visto do lado de fora parecia um campo de lazer. No entanto, o arame farpado, os gritos dos guardas e os latidos dos cães, mostravam outra realidade para quem estava do lado de dentro:

De fora tudo era bonito – parecia mais um campo de lazer do que um campo de concentração. Mas por trás do aviário podíamos ver parte da cerca de arame farpado que cercava o campo e servia para lembrar-nos do lugar onde estávamos. [...] Uma coluna de prisioneiras se apresentou e pela primeira vez pude ver as mulheres alemãs encerradas no campo. Marchavam em filas regulares. Cada mulher usava um lenço branco em torno da cabeça e fixado às costas, um vestido com listras largas e um avental azul-escuro.[...] Seus rostos mantinham-se impassíveis enquanto passavam. Uma igualzinha à outra. Meu coração gelou quando percebi que era assim que eu ia viver: arregimentada, ouvindo ordens e gritos dia após dia, ano após ano. [...] Enquanto isso os cães latiam e rosnavam, e os guardas berravam ordens.³⁸

³⁷ MORAES, Fernando. *Olga*. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987, p. 261.

³⁸ SAIDEL, Rochelle G. op. cit., p. 33.

A aparente organização do campo existiu apenas nos anos iniciais de seu funcionamento. Depois, ano a ano, as condições físicas deterioraram-se em virtude do aumento do número de prisioneiras. A partir de 1943, as mulheres capturadas vinham dos guetos e de outros campos de concentração. Provenientes de diferentes regiões da Polônia, Áustria, França, Bélgica, Holanda, Noruega e Iugoslávia, eram levadas para o campo de Ravensbrück. Após o levante do gueto de Varsóvia³⁹ em agosto de 1944, muitas mulheres e crianças foram deportadas para Ravensbrück, elevando o número de prisioneiras para cerca de trinta a quarenta mil. Sobre o número total de prisioneiras durante os anos de funcionamento do campo, o registro oficial é de 132 mil, estimativa dificultada pela destruição dos documentos do campo que registravam o número preciso de ingresso e mortes das prisioneiras.⁴⁰

As levadas de prisioneiras não cessaram. No outono de 1944 chegaram mulheres da Hungria e, entre janeiro e fevereiro de 1945, as sobreviventes das marchas forçadas ou Marcha da Morte⁴¹ foram evacuadas do campo de concentração de Auschwitz para o campo de Ravensbrück. Dentre as mulheres que entrevistamos para o projeto *Arqshoah*, passaram por este campo Lola Anglister⁴² e outra entrevistada que não permitiu a divulgação de sua experiência de vida.

Lola Anglister nasceu na cidade de Cracóvia em 29 de outubro de 1925, filha de Yacob Rapaport e de Amália Luksner Rapaport. Em 1939, Lola foi com os jovens de sua escola para uma colônia de férias onde se acidentou e quebrou a perna. Ao retornar para casa, a família não conseguiu atendimento médico em virtude da ocupação das tropas nazistas na cidade. Um amigo da família, então, foi chamado e o socorro improvisado na mesa da cozinha.

Muitos refugiados judeus haviam fugido da Alemanha para Cracóvia. Para auxiliá-los, a comunidade judaica local, organizava refeições comunitárias. Sua avó Chaia Gitel Luksner

³⁹ O levante do gueto de Varsóvia foi um ato de resistência empreendido pelos judeus que haviam sido confinados naquela região. A primeira vitória foi em 19 de abril de 1943. E o segundo levante foi em 1944. GILBERT, Martin. *O Holocausto: História dos Judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Samuel Feldberg, Nancy Rozenchan. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 558.

⁴⁰ SAIDEL, Rochelle G. op. cit., p. 40.

⁴¹ A trajetória das marchas é um tema a ser explorado na historiografia sobre o Holocausto, assim como a história dos subcampos. A destruição das provas documentais pelos nazistas dificultou a investigação dos pesquisadores. Parte significativa destes percursos conhecemos através do registro dos testemunhos. No contexto do campo de Ravensbrück “A marcha forçada por ser dividida em quatro etapas geográficas. [...] As mulheres foram obrigadas a marchar de Ravensbrück a Mirow, de Mirow a Röbel, de Röbel a Malchow e de Malchow a Schwerin. [...] Os quatro trechos da marcha forçada podem ser considerados os últimos atos criminosos do regime nazista”. Idem, p. 34-36.

⁴² Lola Anglister para Lilian Souza, Luba Schevz e Ana Carolina Duarte - Núcleo de História Oral. São Paulo, 01 de setembro 2011. Retorno para aprovação do texto final em maio de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo da gravação em áudio: 03 horas e 35 minutos.

e sua irmã Débora, ajudavam na preparação dos alimentos. Lola recorda que, em comparação aos judeus alemães, a condição da família e dos judeus poloneses era bem melhor, pois ainda não haviam sido expulsos de suas casas. Mas, a população judia nem imaginavam as medidas restritivas que estavam por vir.

Em 1941, os judeus da cidade de Cracóvia foram confinados no gueto. Nessa época Abraham, seu avô paterno faleceu, já estava doente. Cinco meses depois seu pai também não resistiu ao sofrimento e faleceu. Em outubro de 1942 ocorreu uma grande ação no gueto, que quase foi liquidado. Os nazistas separaram os judeus entre os aptos e inaptos para o trabalho. Lola e sua irmã foram selecionadas. Ela foi encaminhada para trabalhar em um aeroporto militar, próximo da cidade de Cracóvia, e sua irmã levada para outro local de trabalho. Sua mãe e sua avó provavelmente foram exterminadas na câmara de gás em Treblinka, informação que recebeu quando estava em liberdade.

Após os trabalhos forçados no aeroporto, Lola e os demais judeus foram deportados para campo de concentração de Plaszow, na Polônia. Lá reencontrou sua irmã, e ambas passaram a realizar trabalhos forçados em uma pedreira. Meses depois ocorreu a deportação dos prisioneiros deste campo para Auschwitz-Birkenau. Lola e sua irmã foram submetidas ao trabalho forçado cortando madeiras que eram colocadas em carrinhos para o transporte. Neste campo, foi tatuada. Segundo Célia Maria Antonacci Ramos, a partir de fevereiro de 1942, o comando de Auschwitz decidiu tatuar todos os homens e mulheres, com o objetivo de facilitar a identificação dos prisioneiros e de controlar os registros das constantes baixas. Nossa entrevistada Lola Anglister, foi tatuada com o número: A26505.

Após a decisão de numerar todos os deportados, outras marcas distintivas começam a aparecer – ‘Z’ para os ciganos, ‘ZW’ (Zwilling) para os gêmeos adotados nas experiências ‘científicas’ do doutor Mengele [...] um triângulo com a base voltada para cima para identificação dos judeus. Em 1943, o número de judeus era tão elevado que os SS começaram a criar algumas séries distintivas. Por exemplo, a série ‘A’ ou ‘B’ para registrar os homens e mulheres respectivamente.⁴³

Em de janeiro de 1945 ocorreu à chamada Marcha da Morte, os prisioneiros foram obrigados a caminhar longas distâncias, sem sapatos ou casacos sob a neve. Eram patrulhados por oficiais nazistas. Lola recorda que passou muito frio, caminhando por cerca de sete dias, em situação degradante. Do campo de Auschwitz elas foram pra Ravensbrück.

⁴³ RAMOS, Célia Maria Antonacci. *As Nazi-tatuagens: Inscrições ou Injúrias no Corpo Humano?* São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 38.

E então chegamos ao campo de Ravensbrück, na Alemanha. Quando chegamos o portão estava fechado e não nos deixaram entrar. Quando abriram pela manhã entramos em uma enorme tenda, superlotada de mulheres, que quando minha irmã sentava para descansar eu precisava ficar de pé, já que não havia espaço. Nesse campo passamos novamente por uma seleção, e de novo eu e minha irmã fomos selecionadas. Ficamos lá por dois ou três dias, e levaram-nos para um trem normal, diferente dos de antes.

Segundo Saidel, "a maior parte das sobreviventes judias de Ravensbrück chegou depois que Auschwitz foi evacuada em janeiro de 1945".⁴⁴ As mulheres estavam muito debilitadas após a caminhada forçada, enfrentaram temperaturas abaixo de zero além das condições sub-humanas no campo de concentração anterior. Elas chegaram quando as estruturas do campo havia se deteriorado. Nos últimos meses a situação era caótica e poucas sobreviventes tem recordações da curta permanência neste campo.

As prisioneiras que chegavam não tinham alojamento devido à superlotação. Então foram transferidas para o campo de satélite ou subcampo em Malchow. Este subcampo foi descrito pela historiografia pelo duplo papel que desempenhou: na utilização de trabalho escravo e de ser uma das paradas ao longo da rota da Marcha da Morte. Oportuno lembrar que no final de abril de 1945, a Marcha da Morte saiu de Ravensbrück.⁴⁵

Em Malchow as mulheres eram selecionadas para o trabalho na fábrica de munições subterrânea. Aquelas que não conseguiam alguma ocupação ficavam perambulando diante de condições de vida precárias. Muitas morreram em decorrência da degradação, conforme constatamos através do testemunho de Lola:

[...]tinha cerca de trezentas mulheres, e dormíamos em beliches. Logo que chegamos fomos distribuídas para os trabalhos. Minha irmã e parte do grupo foram escolhidas pra trabalhar na fábrica de munição, que ficava a cerca de cinco quilômetros do campo, debaixo da terra, aonde se chegava através do bosque. Eu e outras meninas fomos escolhidas pra limpar a latrina e o esgoto que havia dentro do campo. Por duas ou três semanas trabalhamos lá.

Lola Anglister e sua irmã permaneceram neste campo até serem resgatadas pela Cruz Vermelha Internacional⁴⁶, em abril de 1945 e, de lá, foram para Copenhague, na Dinamarca.

⁴⁴ SAIDEL, Rochelle G. op. cit., p. 141.

⁴⁵ Idem, p. 187.

⁴⁶ A mobilização para o auxílio das prisioneiras sobreviventes partiu de um acordo entre Nobert Mazur, representante da Seção Sueca do Congresso Judaico Mundial com Heinrich Himmler. Como parte do reconhecimento dos dirigentes nazistas que a Alemanha estava perdendo a guerra. Diversas reuniões foram feitas entre janeiro a abril de 1945. Um contrato foi assinado e as lideranças nazistas comprometeram-se que “os campos não seriam explodidos; uma bandeira branca seria hasteada sobre os campos quando os Aliados se aproximasse; os judeus seriam tratados como outros prisioneiros e não seriam executados; e a Suécia podia mandar pacotes para os prisioneiros judeus.” [...] Em 25 de abril, vinte ônibus da Cruz Vermelha dinamarquesa resgataram mais prisioneiras, incluindo muitas judias polonesas, mulheres grávidas e trinta crianças.” Idem, p.

Estavam bastante debilitadas e pesavam menos de quarenta quilos. Posteriormente, foram para a cidade de Lund, na Suécia, sendo ali bem recebidas. Passaram por um processo de tratamento e recuperação em um hospital local. Juntaram-se a um grupo sionista que os levou para Israel no final de 1947. Foi em Israel que Lola conheceu seu futuro marido, Moshe Anglister. A família chegou ao Brasil em 1954, onde tiveram condições para recomeçar uma nova vida. Segundo Lola, estavam longe das guerras e dos traumas do passado.

1.3 O Drama da Gestação em Ambientes Concentracionários

De acordo com as noções patriarcais das sociedades ocidentais, a maternidade é o momento mais pleno da vida de uma mulher. Outros sentimentos que escapem da total devoção da mulher à maternidade eram considerados com repulsa pela sociedade. São sentimentos projetados na mulher e fazem parte da vida social. No caso das deportadas para os campos de concentração, estas crenças desapareceram.

As políticas nazistas que regiam as questões referentes a sexualidade alteraram profundamente todas as esferas da vida das mulheres e dos homens, assim como a unidade social da família. Para Amesberger, as chances de sobrevivência daqueles que foram perseguidos eram reduzidas, e várias medidas foram tomadas pelos próprios dirigentes de campos que negavam às mulheres o direito de dar à luz. A autora enfatiza que sua pesquisa jamais tentou provar que as mulheres sofreram mais que os homens. Trata-se de descobrir e iluminar as situações específicas em que as mulheres se encontravam. Principalmente porque os homens julgados pelos nazistas como “raça inferior” também foram vítimas das políticas de higiene racial.⁴⁷

A gestação sempre foi uma questão ambígua para os dirigentes nazistas, especialmente no caso da mulher judia, considerada como a reprodutora da raça inferior, degenerada, e portadora do sangue infecto dos judeus. As mulheres judias grávidas, se confinadas em guetos ou em campo de concentração, eram submetidas a diversos tipos de tratamento pelos oficiais. Nos campos de concentração de Ravensbrück e Auschwitz, um decreto proibía a admissão de mulheres grávidas com a justificativa de que nos campos não havia condições para o parto. Se a gravidez fosse diagnosticada, certamente ocorreria o assassinato da criança ou então, a

mãe era submetida às experiências médicas que resultariam em abortos forçados. De acordo com a doutrina nacional-socialista, o objetivo era a aniquilação total da população judaica. Em síntese: “os direitos reprodutivos foram revogados aos judeus.”⁴⁸

Um número expressivo das crianças judias que nasceram nos campos de concentração não sobreviveram, devido às circunstâncias degradantes, a fome, o frio e a debilidade das mães. Muitas não lactaram em virtude da alimentação que era reduzida sem valor nutricional e também aos trabalhos forçados das quais eram submetidas. Em caso de sobrevivência da criança no campo, o desafio estava em mantê-la escondida, se fosse descoberta pelos guardas do campo, certamente seria assassinada.

Para os padrões sociais da Alemanha nacional-socialista, a maternidade era a plenitude da mulher: a criança traria felicidade à família, evidentemente para aquela classificada como “raça superior”. Entretanto, nos campos de concentração, este sentimento estava “fora de lugar”, a reprodução de “seres inferiores” deveria ser prevenido para extinguir a raça “degenerada”.

A historiografia que analisou este tema observou – com base no relato de testemunhas – a dimensão psicológica de tal situação. Revelou que a gravidez no campo representava certa alegria: a esperança de dias melhores e de renovação, além de reforçar a vontade de viver entre as prisioneiras. Despertava os sentimentos de solidariedade e de estratégias para manter a criança escondida, o máximo possível. A sobrevivente Nomi Moskovits Friedmann, entrevistada por Rochelle Saidel, tinha apenas sete anos quando foi levada junto com seus pais e sua irmã de Amsterdam para o campo de trânsito de prisioneiros em Westerbork, na Holanda. De lá foram deportadas para o campo de Ravensbrück, em novembro de 1943.

[...] Nomi disse que as crianças ficavam com suas mães. Acrescentou que várias mães se revezavam vigiando as crianças enquanto as outras trabalhavam. Algumas dessas mães morreram de doença ou foram assassinadas, e um grupo de mulheres se revezava para cuidar das órfãs”.⁴⁹

Sobre as mulheres gestantes nos campos de concentração, Michael Pollak, que entrevistou as mulheres judias deportadas para Auschwitz-Birkenau, observou:

Nos campos de extermínio, quando uma deportada estava grávida, a comunidade de mulheres a escondia para que não fosse morta. Como não poderia ter no trabalho o mesmo rendimento das demais, a grávida seria morta logo que fosse descoberta. Então havia esse problema agudo, da

⁴⁸ AMESBERGER, Helga, “Reproduction under the Swastika. The other side of the nazi glorification of Motherhood”, In. op. cit., p. 139-140. op. cit., p.144.

⁴⁹ SAIDEL, Rochelle G. op. cit., 2009, p. 87.

realidade biológica da mulher, da alegria do nascimento, coincidindo totalmente, naquele universo, com a inevitabilidade da morte, tanto do recém-nascido como da mãe.⁵⁰

Segundo o autor, este assunto foi recorrente nas suas entrevistas. Recorda que quando conseguiu entrevistar uma mulher que falou sobre gestação no campo, ficou claro que a experiência individual assumiu o teor coletivo porque era uma lembrança trágica e muito traumatizante. Assim constatou que algumas mulheres atribuíam a sua experiência a outra pessoa, numa espécie de transposição necessária que permitia a transmissão da vivência dolorosa.

Em 2008 entrevistamos⁵¹ George Legmann, nascido em 8 de dezembro de 1944 em um campo de concentração. Sua mãe, Elisabeta Török Legmann, foi transportada grávida para Kaufering I ⁵² em Landsberg na Alemanha. Elisabeta era casada com Iosif Legmann e residiam na cidade de Cluj Napoca, na Romênia. Viviam relativamente bem até a ocupação nazista. A história de vida da família Legmann é um dos raros casos onde ambos sobreviveram. Transmitindo a história contata por sua mãe, Legmann recordou em seu testemunho que:

“Em junho de 1944, os judeus da cidade dos meus pais foram deportados para Auschwitz – Birkenau, campo de extermínio nazista na Polônia. Meu pai conseguiu fugir jogando-se do trem, perto de Budapeste, onde conseguiu se esconder. Valendo-se de seus conhecimentos em economia e por saber falar outros idiomas, conseguiu sobreviver ao Holocausto.

No entanto, minha mãe, aos 29 anos de idade, não conseguiu escapar. Foi presa pelos nazistas. Ela, que já havia perdido dois filhos ainda em gestação, descobriu que estava grávida em 1944, quando já se encontrava no campo de trabalhos forçados de Kaufering I – Landsberg, na Alemanha. Quando desceu do trem, minha mãe e minha avó materna Regina, passaram por um processo de seleção, assim como todos os outros prisioneiros. Segundo minha mãe, os alemães disseram: – “Os velhos, os doentes e as grávidas vão para o caminhão. O resto vai a pé”. Sem saber que esse grupo seria enviado para as câmaras de gás, por serem considerados inaptos pelos nazistas, ela optou em seguir a

⁵⁰ POLLAK, Michael, “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº.10, 1992, p. 09.

⁵¹ George Legmann para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah . São Paulo, 06 de maio de 2008. Retorno para aprovação do texto final em agosto de 2008. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 01 hora 55 minutos. Em 16 de Agosto de 2008, Legmann foi convidado a contar sua história de vida para os professores presentes na VII Jornada Interdisciplinar sobre o Ensino do Holocausto, com o tema: “Por 1,5 milhão de Crianças...” Este evento de ação educativa foi realizado pelo LEER/USP, em parceria com a B´nai B´rith do Brasil e Prefeitura de São Paulo.

⁵² O subcampo Kaufering I – pertencia a administração do campo de concentração de Dachau. Sobre a exposição e o memorial no campo ver em: <http://www.kz-gedenkstaette-dachau.de/>

maioria, e disse à mãe: – “a senhora não é velha e eu não estou grávida.” Assim conseguiram escapar da seleção para o extermínio.

As duas foram, então, enviadas para o campo de trabalhos forçados de Landsberg, onde permaneceram de dezembro de 1944 a maio de 1945. Minha avó Regina usava lenços na cabeça para esconder o cabelo branco e minha mãe, para esconder a gravidez, usava roupas largas durante o trabalho pesado e forçado no campo. Ela era uma mulher muito forte, tanto fisicamente quanto psicologicamente, e por isso sobreviveu. Conseguiu manter sua gestação. Até ser descoberta na penúltima semana.

3 - Elisabeth Török Legmann
Acervo do entrevistado/SP

Os oficiais alemães ficaram surpresos e foram investigar se havia outras mulheres grávidas no campo. Encontraram em Landsberg mais seis mulheres grávidas. O mais provável seria a deportação para Auschwitz, mas com a proximidade do fim da guerra, ao final de 1944, os alemães estavam perto da derrota. O médico da SS ao pedir instruções sobre o que fazer com as grávidas, recebeu como resposta: – “faça o que quiser”. Segundo minha mãe, ao ver que a guerra estava no fim, o comandante do campo decidiu deixar as mulheres vivas, para que isso pudesse pesar a seu favor após a derrota. Após a guerra, continuamos a viver na Romênia, tentamos emigrar para os Estados Unidos, mas como tínhamos familiares no Brasil, segundo minha mãe, optaram por viver aqui.”

4 - Fotografia não identificado. *Mães no campo de concentração - Kaufering I*. Campo de Dachau, 01 de maio de 1945. [Da direita para esquerda: Ibolya Kovács com Agnes, Sara Grun com Jossi Eva Fleischmannová com Marika, Magda Schwartz com Judit e Elisabeth Legmann com George. Acervo George Legmann, disponível no site: www.arqshoah.com.br

Em 2010, por ocasião do 65º aniversário de libertação do campo de concentração de Dachau, ocorreu a exposição, *Sie gaben uns wieder Hoffnung - Schwangerschaft und Geburt im KZ-Außenlager Kaufering I* [Eles deram esperança novamente – gravidez e parto no Campo de Concentração de Kaufering I] ⁵³. Segundo Gabriele Hammermann, atualmente diretora do espaço revitalizado do subcampo *Kaufering I*, hoje aberto à visitação, a exposição se dedicou em contar um aspecto pouco considerado nas histórias sobre o Holocausto: o destino das prisioneiras entre elas havia mulheres grávidas, ignoradas pelos historiadores, porque originalmente o campo era destinado aos homens. Apesar da escassez de documentação, a localização das sobreviventes e de seus filhos, interlocutores da memória de suas mães, permitiu a realização da citada exposição, entre fotografias e testemunhos inéditos: algumas destas mães e/ou seus filhos foram homenageados, entre os quais estava George Legmann.

A historiografia dos campos nazistas revelou que a partir do final da guerra, a SS

⁵³ Tradução Karina Gonçalves

Schutzstaffel (Esquadrão Protetor) iniciou a deportação de mulheres judias para o acampamento, onde eram submetidas a trabalhos forçados. Além disso, relatos das testemunhas mencionam as condições degradantes de alimentação e higiene, vivendo sempre sob humilhação e vulnerabilidade sexual. Apesar de estarem em um “não lugar”, algumas sobreviventes se referiram ao apoio e ao companheirismo entre as prisioneiras. Desta solidariedade, por exemplo, dependeu o destino de Eva Fleischmannová, Sara Greens, Ibolya Kovács, Elisbeth Legmann, Dora Löwy, Magda Schwartz e Miriam Rosenthal. As crianças que nasceram no campo de Dachau foram: Judith Kalman, Hana Klein, George Legmann, Marika Novakova, Agnes Rapine e Leslie Rosenthal, conforme fotografia que registrou suas presenças no campo de Kaufering I. Esta imagem, documento histórico importantíssimo, fez parte da exposição “Sie gaben uns wieder Hoffnung” – Schwangerschaft und Geburt im KZ-Außenlager Kaufering I”, organizada no espaço do antigo campo.

5- Fotógrafo não identificado. Mães com seus respectivos filhos no campo de concentração - Kaufering I
Reproduzida do catálogo da exposição "Sie gaben uns wieder Hoffnung" –
Schwangerschaft und Geburt im KZ-Außenlager Kaufering I – Alemanha, 1945.

A presença de gestantes em campos de concentração não era incomum, tudo indica que a sobrevivência destas cinco mães no sistema assassino dos campos foi uma exceção. As histórias de vida, destas mulheres que sobreviveram as atrocidades no subcampo de Kaufering I, revelaram, além da perseguição empreendida pelos nazistas, o difícil retorno à vida e os caminhos para o enfrentamento do trauma.

1.4 - Violência e Aniquilação ao Corpo Vulnerável

Ao colocar a mão sobre o outro, sem permissão, o agressor o aniquila. É como um estupro, um ato sexual realizado sem o consentimento de uma das partes. LARGUÈCHE, Evelyne, 1997 ⁵⁴

A Resolução 1820, de 19 de junho de 2008, do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (CSNU)⁵⁵, alertou para a condição de vulnerabilidade das mulheres em situações de guerras e de conflitos territoriais. Recomendou que esta prática deveria ser punida, além de advertir sobre as necessidades de apoio médico e indenizações às vítimas e detenção dos culpados.

Os atos de violência que ocorreram durante a Era Nazi podem ser caracterizados como exemplo da situação de vulnerabilidade da mulher em regiões de conflitos, especificamente nos guetos e nos campos de trabalho, concentração e extermínio. Geralmente o perpetrador sente prazer em dominar o corpo feminino e esta forma de violência representa a demonstração de poder por meio da degradação e humilhação do outro.

Em ambientes de restrição, guetos e campos, as ações violentas podiam ter duas dimensões: uma atingia diretamente o corpo, como por exemplo, o estupro, o aborto forçado, as experiências médicas, o desnudamento, espancamentos, o trabalho escravo, a raspagem completa do cabelo e pelos do corpo, a imposição de tatuagens, os riscos de epidemias e os fuzilamentos. A outra forma foi a violência moral, que atingia emocionalmente as prisioneiras com as ameaças de morte, insultos e a separação dos familiares.

Entre as diversas formas de violência, segundo os relatos das sobreviventes, observou-se o desnudamento forçado, com a finalidade de selecionar os mais “aptos” para o trabalho.

⁵⁴ LARGUÈCHE, E. *Injure et sensualité: le cops du délit*. Apud: RAMOS, Célia Maria Antonacci. *As nazi-tatuagens: inscrições ou injúrias no corpo humano?* São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 29.

⁵⁵ Acesso ao documento em <http://www.un.org/womenwatch/> - novembro/2013

Neste momento, as mulheres eram identificadas para ingressarem nos campos, despiam-se totalmente, sendo observadas por oficiais da SS, perante familiares e os outros prisioneiros. Segundo entrevista concedida pela sobrevivente Yvette Lévi à Célia Antonacci Ramos, o desnudamento vexatório foi narrado por ela como:

[...] o momento mais difícil foi a chegada na rampa de Birkenau, bem no fundo, onde os médicos da SS estavam para selecionar. Eles separaram logo, rapidamente, as mulheres dos homens, os velhos, as mães e os bebês [...] E, depois, eles nos fizeram caminhar para a desinfecção [...] e foi aí que começou o horror dos horrores. Eles nos fizeram entrar no bloco e o horror era se despir [...] nós não queríamos. Com dificuldade retiramos a camisa que nós tínhamos, deixamos cair a saia e depois... havia os homens de roupas listradas. E havia os SS, enfim, a atmosfera [...] e quando nós nos vimos totalmente nuas.⁵⁶

O uso de latrinas coletivas e a ausência do ciclo menstrual causaram tormentos físicos e emocionais nas prisioneiras, que temiam a infertilidade e desconheciam os reais motivos da ausência do ciclo. Segundo Halbmayer, as condições de vida desastrosas nos campos, a falta de alimentos, o trabalho pesado e as torturas reduziram a resistência física das prisioneiras.

A perda da capacidade de menstruar, que quase todas as mulheres tiveram, também causou humilhação. No início, muitas delas preocupavam-se e tinham medo que seriam inférteis como resultado. É por isso que eu considero a incapacidade de menstruar como uma forma de violência sexual.⁵⁷

A sobrevivente polonesa, Ala Gartner⁵⁸, narrou um momento dramático da sua permanência no campo de Auschwitz-Birkenau:

“Recebemos o uniforme, que era uma saia e um casaco, e também uma caneca. Perguntei para que servia aquela caneca? Eles responderam que era para todas as necessidades. [...] Desde o primeiro dia do campo não tomamos mais banho. Eu estava cheia de piolhos e somente uma vez por mês ou mais, nos liberavam um banho. Tínhamos que entregar a roupa para dedetizar e passávamos nuas para avaliarem nossos corpos. Raspavam nossos cabelos e pelos. Durante o tempo todo, não usávamos nenhuma roupa de baixo. Não menstruávamos mais. Devem ter dado algum remédio, porque fazia três meses e nada de

⁵⁶ RAMOS, Célia Maria Antonacci. op. cit., p. 32.

⁵⁷ “Loss of the ability to menstruate, which almost all women experienced, also caused humiliation. At first many of them worried and were afraid they would be infertile as a result. That is why I consider the inability to menstruate as a form of sexualized violence.” [traduzido por Lilian Ferreira de Souza] HALBMAYER, Brigitte. “Sexualized Violence against Women during Nazi ‘Racial’”, In: HEDGEPEETH, Sonja M; SAIDEL, Rochele, (Org.). op. cit., p.34

⁵⁸ Ala Lubliner Gartner para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 01 de abril de 2009. Retorno para aprovação do texto final em 15 de maio de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 20 minutos.

menstruação.”

Outra dimensão da violência praticada nos campos foi a raspagem dos cabelos e dos pelos do corpo das prisioneiras. Segundo os nazistas, esta medida visava conter infestações de piolhos – ato descrito pelas sobreviventes como uma prática de violência, humilhação, punição e estigmatização. Esta era uma fase inicial quando as deportadas ingressavam no confinamento, geralmente a experiência da chegada ao campo é similar para a maioria dos testemunhos, com algumas particularidades. Segundo a sobrevivente, Marta Kos, a raspagem dos cabelos deixava “a impressão mais profunda de todo o tempo gasto no campo de concentração.”⁵⁹ E para a sobrevivente Ala Gartner, além dos insultos, o ingresso no campo foi marcado com o número de registro de prisioneira tatuado no braço:

Depois tivemos que tomar banho, rasparam nosso cabelo. Então passamos por umas mesas onde estavam os policiais da SS que começaram a nós tatuar. A todo o momento ouvíamos muitos xingamentos. Em meu braço tatuaram o número 52.593 com um triângulo em baixo.⁶⁰

Das ações de violência física que ocorreram durante os anos de repressão do Estado nazista, o estupro foi uma das formas que mais gerou constrangimento entre as vítimas e os pesquisadores, tal prática deve ser analisada segundo o contexto histórico-político de cada país. Durante o regime, os atos de violência sexual não foram considerados como uma estratégia de guerra, mas como ações isoladas de aniquilação das mulheres prisioneiras. De acordo com Brigitte Halbmayer, “em guerras, as mulheres ‘do inimigo’ tornam-se alvo de violência sexual por causa de sua importância central para a construção e preservação do grupo étnico.”⁶¹ Elas eram invisíveis, a sua vida insignificante ao olhar do algoz.

Tais crimes foram visto com polêmica para alguns historiadores do Holocausto. Hoje algumas lacunas vêm sendo preenchidas com novas pesquisas e a abertura dos arquivos deixados pelos nazistas. Assim os relatos das mulheres judias que sofreram abusos sexuais, ficaram de fora do repertório da memória das vítimas. Houve muita dificuldade de encontrar mulheres dispostas a narrarem tais formas de violência acuadas pelo medo de ficarem estigmatizadas no meio social.

⁵⁹ “Marta Kos said that shaving off her hair left “the deepest impression of all of the time spent in the concentration camp.” [traduzido por Lilian Ferreira de Souza]. HALBMAYER, Brigitte, “Sexualized Violence against Women during Nazi ‘Racial’”, In: HEDGEPEETH, Sonja M; SAIDEL, Rochele. op. cit., p.36

⁶⁰ Ala Lubliner Gartner para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 01 de abril de 2009. Retorno para aprovação do texto final em 15 de maio de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 20 minutos.

⁶¹ HALBMAYER, Brigitte. op. cit., p. 31.

Raros registros testemunhais abordam esta forma particular de sofrimento, sobretudo porque os indivíduos adeptos a doutrina nazista eram oficialmente proibidos de praticar relações sexuais com judeus em virtude da aplicação das Leis de Nuremberg. Se fossem detidos, o que raramente acontecia, seria pela prática de contaminação racial ou profanação da raça (*rassenschande*). Poucos foram os testemunhos destes atos. Algumas mulheres narraram o que observaram e evitaram contar algumas experiências em primeira pessoa.⁶²

Para Halbmayer, as vítimas de violência sexual durante o Holocausto estavam “condenadas” ao ostracismo, em virtude dos tabus que o tema despertava no contexto pós-guerra, e as questões sobre este assunto raramente foram feitas. A demanda do período criava uma atmosfera de recomeço e luta para uma vida digna, o que impossibilitou que as mulheres falassem sobre tais atos.

A violência sexual teve como origem o ato da misoginia – manifestação de poder dos homens sobre as mulheres enraizados na tradição de sociedades patriarcais – sendo ao mesmo tempo, prova da superioridade do perpetrador sobre a vítima. “É a expressão de ódio às mulheres.”⁶³

O antissemitismo, enquanto alicerce para a ideologia nacional-socialista distinguia dois grupos raciais: o “ariano puro superior” e o “degenerado” inferior e indigno de viver. Os grupos confinados nos campos e guetos, classificados como membro da “raça inferior”, ficavam sob constante vigília, aumentando a vulnerabilidade e os riscos de todos os tipos de violência.

A sobrevivente Rose Frochewags Mellender ao ser entrevistada por Rochele Saidel, assim descreveu sua passagem pelo subcampo de Malchow (Alemanha), referindo-se aos fatos ocorridos logo após a libertação em abril de 1945.

Os russos chegaram e procuram algumas moças, sabe como é, fingimos que estávamos muito doentes para que não tocassem em nós. Eles eram uns animais, porque não tinham estado com uma mulher há muito tempo, pouco lhes importando se ela está em um campo de concentração, se está doente, se tem piolhos ou não. Não ligavam, e estupraram algumas moças. Por isso tivemos de nos esconder debaixo das camas e de outras coisas. Foi uma luta o tempo todo.⁶⁴

Os atos de violência física e moral, segundo Ramos: rompiam a dignidade do

⁶² GOLDENBERG, Myrna, "Sexo, violación y supervivencia. La mujer judía e o Holocausto". In: *Nuestra Memória*. Buenos Aires. Publicacion del Museo Del Holocausto. Año XVI. Nº 34. Diciembre de 2010, p. 270.

⁶³ HALBMAYER, Brigitte. op. cit., p.31.

⁶⁴ SAIDEL, Rochelle G. op. cit., p. 189.

prisioneiro causando um forte constrangimento em decorrência da homogeneização e da despersonalização. Assim para a autora, em regimes totalitários, os indivíduos são considerados como meios para “realização de um projeto político e não mais uma pessoa.”

“A despersonalização era um meio para transformar os indivíduos em ingredientes de um projeto que os transcendia. Teremos em primeiro lugar, a transformação imposta às vítimas em seu comportamento. Antes de serem mortas, as vítimas serão desnudadas. Os seres humanos não se mantêm desnudos em grupo, não se deslocam privados de suas roupas. Sem roupas é aproximá-los dos estados bestiais.”⁶⁵

A desumanização da qual foram submetidas às vítimas do Holocausto, provocou inúmeras sequelas àqueles que sobreviveram, deixou marcas físicas e emocionais irreversíveis. Além de surras, seus corpos foram marcados com números indelévels. As crianças que foram separadas das suas mães, assim que chegavam do transporte, eram levadas diretamente para o extermínio e considerados pelos nazistas como “comedores inúteis” devido à baixa capacidade e rendimento no trabalho forçado. Estudar as inúmeras formas de violência perpetradas é uma tentativa de buscar respostas para a compreensão da irracionalidade dos crimes indizíveis.

⁶⁵ RAMOS, Célia Maria Antonacci. op. cit., p. 33.

1.5 - Mulheres Arianas: Mães do Reich e Força de Trabalho

No que concerne à ideologia do *Terceiro Reich* sobre as mulheres, o Estado nacional socialista adotou o discurso de degeneração das raças, principalmente com relação aos judeus, ciganos, negros e os eslavos. De acordo com as teorias pseudocientíficas, estes grupos ameaçavam o corpo racial ou popular (*Volkskörper*) comprometendo diretamente a saúde e a integridade dos povos superiores. A emancipação das mulheres era vista como uma perigosa influência dos intelectuais judeus que, desde a segunda metade do século XIX, pregavam sobre a importância desta conquista em vários países da Europa⁶⁶. Emancipar representava, para os dirigentes do partido nazista, a quebra dos padrões familiares tradicionais, idealizados pelo regime, que postulavam:

[...] As mulheres que se encontravam do lado ‘alemão’ da barreira racial eram vistas como ‘mães do *Volk*’. [...] Algumas mulheres deveriam contribuir, como mães, para a renovação nacional e para o aumento da taxa de natalidade, após o declínio desta; outras eram consideradas indesejáveis, sobretudo com mães.⁶⁷

Cumprе ressaltar que a mulher alemã, classificada como “ariana” no contexto do nazismo tornou-se o foco discurso científico e político, sendo considerada como a reprodutora ideal para o Terceiro Reich. Enquanto progenitora garantiria a renovação, o futuro da raça pura e contribuiria para o aumento das taxas de natalidade, no contexto da depressão econômica do país após Primeira Guerra Mundial. Segundo Gisela Bock, o trabalho na definição do perfil da “mãe ariana” configurou-se como um símbolo da cooperação das mulheres para o combate à degeneração das raças.

A tela, *Aryan Family*, de Wolfgang Willrich⁶⁸ (1897-1948), representou muito bem esta ideologia construída pelos teóricos racistas desde o final do século XIX. Nesta imagem aparecem representados a família como o núcleo da nação. Todos os personagens são brancos e loiros, a figura do homem segue com o padrão “nórdico”. Observando as roupas

⁶⁶ Segundo Tucci Carneiro, os judeus alemães conquistaram a primeira emancipação em 1807 e os direitos de igualdade social civil entre 1869 e 1871, os colocou em situação de igualdade perante a população em geral. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, “A Era Nazi e o Anti-Semitismo”, In: PINSKY, J.; PINSKY BASSANEZI, C. (Org.) *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 109.

⁶⁷ BOCK, Gisela, “A Política Sexual Nacional-Socialista e a História das Mulheres”, In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (Org.). op. cit., p. 186

⁶⁸ Wolfgang Willrich nasceu em Göttingen. Em 1934 foi contratado por Richard Walther Darré (1895 - 1953), ministro da agricultura, para compor retratos de camponeses com ascendência nórdica, típica do Sul e do norte da Alemanha. Neste período Willrich residia em Berlim. O artista ao longo de sua carreira mostrava ampla simpatia à ideologia do nazismo. Produziu uma série de cartazes e cartões postais que foram reproduzidos em jornais e revistas. Acesso em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org>

constatamos que podem ser camponeses e o menino, por sua vez, o típico uniforme da *Hitlerjugend* - Juventude Hitlerista. Temos aqui a representação ideal do homem do campo que trabalhava duro e da mulher representando a fertilidade, correspondendo à vitalidade da terra. No conjunto, estamos diante do cenário idílico da família ariana alemã.

6- Wolfgang Willrich, *Aryan Family*, c. 1934-39
Fonte: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org>, acesso em maio de 2012

O Estado alemão afirmava suas doutrinas através da propaganda que, dentre outros elementos, veiculava a imagem da “verdadeira” mulher alemã: uma cidadã a serviço da pátria e da família. A ampliação dos benefícios para as mães “arianas” como, por exemplo, a construção de creches, a licença maternidade e a concessão de empréstimos aos casais que pretendiam ter filhos, foram algumas das medidas que fizeram parte de um extenso programa de política de populacional, claramente vetado às mulheres estrangeiras e àquelas consideradas inferiores racialmente: as judias e as ciganas.⁶⁹

⁶⁹ BOCK, Gisela. op. cit., p. 204

A propaganda política desde a ascensão do Partido Nacional-Socialista ao poder em 1933, enfatizava os programas de restauração e estabilização da família. Em 1935, Heinrich Himmler (1900-1945) criou a *Lebensborn* (Fonte da Vida), instituição responsável pela construção de maternidades na Alemanha e nos países ocupados. Segundo Bock, as mulheres “antes de serem admitidas na maternidade, eram sujeitas a uma seleção de acordo com suas credenciais étnicas e eugênicas bem como as do pai da criança.”⁷⁰ O objetivo do programa era aumentar a taxa de natalidade, visando à contribuição com a pátria, na geração de filhos racialmente puros.

O grupo da elite “ariana” a *Liga das Famílias Numerosas* – fundada entre os anos de 1918 e 1919 – concedia assistência às famílias pobres e com muitos filhos. Segundo Maria Gabriela Vasquez, em 1935, esta organização foi incorporada ao Departamento de Política Racial, e devendo ajudar o Estado a promover positivamente as medidas raciais, auxiliando na distinção dos indivíduos que eram considerados um fardo para o país. A Liga foi responsável pela distribuição da *Cruz de Honra para a Mãe Alemã*. Procriar era um dever com o Estado, um ato patriótico premiadas com condecorações similares às de guerra. Magda Goebbels (1901-1945), esposa do ministro da Propaganda Joseph Goebbels (1897-1945) foi retratada em uma das publicações do governo com os seus filhos. Em 1938 recebeu a *Cruz de Honra da Mãe Alemã*, pelos sete filhos dado ao *Führer*.⁷¹

7- Magda Goebbels com seus filhos, 1938 e à direita a medalha concedida as “mães do Reich”

Fonte: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org>, acesso em maio de 2012

⁷⁰ BOCK, Gisela. op. cit., p. 206

⁷¹ VASQUEZ, María Gabriela. “Las Mujeres y la Shoá: el caso de las auxiliares SS”, In: *Nuestra Memória*. Publicacion del Museo Del Holocausto. Año XVI, N° 34, Diciembre de 2010, p.254.

Os programas políticos de população permitem comparações entre as ações empreendidas para as mulheres judias e para as arianas. Eram práticas que revelavam mais que a duplicidade de discursos, pois demonstravam atitudes opostas revelando o grau de intolerância pautado em pseudoteorias racistas e nos mitos políticos, sendo alguns seculares.

Diversas medidas foram formuladas para que doutrina nacional-socialista levasse a diante a definição do papel da mulher enquanto mãe e esposa. Paralelamente o Estado incentivava a partição das mulheres em instituições ligadas ao partido nazista ou que seguiam aliadas com a ideologia racial. Como foi o caso da *Bund Deutscher Mädel*, *Nationalsozialistische Frauenschaft* e *Deutsches Frauenwerk*.

Em 1930 foi fundada a Liga das Moças Alemãs (*Bund Deutscher Mädel* - BDM), associação filiada ao Partido Nacional-Socialista, sendo frequentada por jovens entre 14 e 18 anos. Este grupo praticava atividades esportivas e de lazer, além de receber ensinamentos ideológicos do partido. Esta organização era similar à Juventude Hitlerista, destinada à educação dos meninos. A *Liga Nacional-Socialista das Mulheres* (*Nationalsozialistische Frauenschaft*, NSF) fundada em 1931 por Gertrud Scholtz-Klink, tinha como objetivo educar as mulheres alemãs para as suas tarefas nacionais e políticas. Outra instituição também liderada por Scholtz-Klink era a *Organização de Mulheres Alemãs* (*Deutsches Frauenwerk*, DFW), não filiada ao Partido Nacional-Socialista, constituída a partir das adesões de outras entidades femininas anteriores ao nazismo. As duas organizações NSF e DFW “consagraram-se à formação de mulheres como donas de casas e como mães”.⁷² Tanto a NSF como a DFW organizavam cursos e palestras com os temas direcionados para as orientações sobre a maternidade, culinária típica, ensino das tradições folclóricas e os cuidados com a saúde familiar com foco na formação especial para a política racial.

A existência de organizações com este perfil ressalta a importância dada à mulher “ariana” na sociedade alemã. No entanto, esta aparente caridade enfatizada no discurso do Estado, estava camuflada de ideais políticos e sociais como a preservação da higiene racial, além de transmitir elementos da doutrina nazista que reforçavam o dever da mulher para com a pátria alemã.

Outro perfil desejado pelos ideólogos do nazismo era o da mulher “ariana” perpetradora. Ao apresentarmos o seu perfil, procuramos compreender como a doutrina nazista determinava o perfil das mulheres “arianas”, sendo algumas indicadas como guardas da *SS Schutzstaffel* (Esquadrão Protetor) nos campos de concentração. Havia também as

⁷² BOCK, Gisela. op. cit., p. 212.

médicas e enfermeiras atuando nos centros de eutanásia, onde as mulheres judias serviam de cobaias para as pesquisas científicas junto aos institutos oficiais.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento dos tribunais penais para o julgamento dos crimes de guerra, uma parte significativa das perpetradoras foram acusadas dos crimes de assassinato e da prática de torturas. No entanto, poucas ocuparam posições de liderança junto ao Partido Nacional Socialista, o que não exclui a participação feminina em alguns setores do Estado.

Segundo Maria Gabriela Vasquez, as mulheres que se envolveram na estrutura política do regime nazista podem ser definidas em três grupos: o primeiro das mulheres que informavam e denunciavam opositores políticos e raciais; das médicas e enfermeiras que atuaram nos centros clínicos que realizavam os programas de eutanásia e abortos forçados; e por fim as guardas de campo de concentração, de trabalho e extermínio.

Sobre as mulheres que atuavam no campo da medicina, suas atividades consistiam em acompanhar os médicos nos centros de eutanásia. Em 1933, a médica Agnes Bluhm (1862-1943), foi pioneira na defesa racial cooperando com as investigações sobre os estudos de eugenia. Para Vasquez, as médicas e enfermeiras colaboravam com a esterilização forçada e a prática da eutanásia na Alemanha desempenhando funções importantes nos campos de concentração e de extermínio. Menciona também a trajetória da médica dermatologista Herta Oberheuser(1911-1978) que realizou experiências em mulheres e crianças no campo de concentração de Ravensbrück.⁷³

A instalação dos campos de extermínio e a resolução adotada para a Solução Final da Questão Judaica foram atos masculinos. As mulheres, em comparação aos cargos ocupados pelos homens, representavam cerca de 10% do total em atividade. A historiografia sobre o tema tem observado que estas mulheres, ainda que em menor número, que estavam próximas e envolvidas com as práticas genocidas.⁷⁴

Segundo as pesquisas de Gisela Bock e de Maria Gabriela Vasquez, as mulheres que ocupavam cargos nos campos de concentração eram oriundas de classes populares, algumas com baixa escolaridade e que antes da ascensão do nazismo ao poder, trabalhavam como costureiras, empregadas domésticas e operárias. Partidárias e simpatizantes do nazismo, assim como integrantes das organizações NSF e DFW, também ocuparam espaço expressivo neste contexto de valorização. Após as etapas de treinamento, elas estavam aptas para a nova

⁷³ VASQUEZ, María Gabriela, op.cit., p.254.

⁷⁴ Idem, p.255.

função, almejando melhores salários. Na primeira fase eram treinadas em Lichtenburg e a partir de 1939 no campo de concentração de Ravensbrück.

Nos campos de trabalho e extermínio, as guardas femininas da SS estavam subordinadas aos homens e raramente estiveram em um cargo de alta patente. Exerciam atividades ligadas à supervisão, patrulha, administração da cozinha e dos alimentos, e a organização dos grupos de trabalhos, além de outras tarefas para a manutenção do espaço concentracionário, como por exemplo, a garantia do abastecimento de lenha. Seguindo a hierarquia dos campos nazistas, abaixo das SS estavam os *Kapos*, mulheres ou homens selecionadas entre o grupo de prisioneiras que se destacavam pelo perfil de liderança e autoridade. De acordo com o relato dos sobreviventes e das pesquisas sobre o tema, as *Kapos* foram lembradas por seus atos de brutalidade, violência exagerada, maus tratos, torturas, assassinatos e auxílio aos nazistas nas seleções para as câmaras de gás. Ala Gartner, recordou um momento dramático no campo, logo após o falecimento da sua mãe:

Eu não tinha forças para nada... queria apenas ficar no canto do barracão chorando. Até que uma *kapo*, judia e polonesa, responsável pelo nosso barracão me falou:

–“Se você continuar assim vou ter que te mandar para a próxima seleção. Você não é melhor que ninguém.”

Ela me bateu, pois este era o trabalho dela... Foi difícil para mim, muito difícil ! ⁷⁵

Após o final da Segunda Guerra, em 1945, o mundo se viu diante do lastimável assassinato em massa de judeus e demais minorias perseguidas. Com a derrota da Alemanha e a divulgação dos atos configurados como Crime contra a Humanidade, começaram a ser organizado, os tribunais de julgamentos para punir os perpetradores. No campo de concentração de Bergen Belsen, as auxiliares da SS, foram julgadas e condenadas à pena de morte. Entre elas estavam Irma Grese, Juana Bormann e Elisabeth Volkenrah.

Irma Grese, com apenas 19 anos era supervisora em Ravensbrück e em 1943 foi transferida para Auschwitz, onde lá ficou conhecida ironicamente como "o anjo de Auschwitz" por sua crueldade. Se tratava de uma das auxiliares SS mais jovens, acusada de crueldades sem limite, seleção para as câmaras de gás e assassinatos a sangue frio. ⁷⁶

Durante os anos do regime nazista, nem todas as mulheres foram passivas diante dos

⁷⁵ Ala Lubliner Gartner para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 01 de abril de 2009. Retorno para aprovação do texto final em 15 de maio de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 20 minutos.

⁷⁶ “Irma Grese, que com sólo 19 años era supervisora en Ravensbrück y em 1943 fue transferida a Auschwitz, donde se la conoció ironicamente como ‘el ángel de Auschwitz’, por su crueldade. [...] Se trataba de uma de las auxiliares SS más jóvenes, acusadas de crueldade sin límites, selecciones para la cámara de gas y asesinatos a sangre fría.” [traduzido por: Lilian Ferreira de Souza] VASQUEZ, María Gabriela, op. cit., p. 257-8

processos políticos do país. As guardas nos campos de concentração representaram uma parcela menor, no entanto tiveram em suas mãos o poder de decidir sobre o destino da vida de milhares de prisioneiras, muito das quais judias. Representam, ainda hoje, uma face sinistra, da crueldade e da maldade, perpetrada sob o mando do Estado Nacional-Socialista. Sem dúvida, estas mulheres quebraram o mito do ideal de maternidade sugerido pelo ideário nacional socialista.

Os anos que compreenderam o Terceiro Reich entre 1933-1945, foram marcados pela repressão a liberdade individual, revogação de direitos humanos, mortes e confinamento de opositores políticos e de minorias raciais em campos de concentração. Desde a ascensão do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) o terror se tornou onipresente.

Poucas vozes ecoaram em protesto às atrocidades nazistas. Uma delas foi a Sophie Scholl, e de seus irmãos e amigos que juntos compunham o grupo de resistência *Weiße Rose* (Rosa Branca). A trajetória do grupo revelou a participação alguns jovens que não compactuavam integralmente com a repressão do Estado alemão, para eles os desdobramentos da guerra e principalmente os assassinatos dos judeus nos campos de concentração, eram provas evidentes que o modelo nazista era sinônimo de incoerência e esgotamento.

Como protesto o grupo produzia panfletos antinazistas e distribuía em pontos estratégicos. Em 1943 foram detidos em uma ação de protesto na Universidade de Munique, condenados a pena de morte pela Gestapo pelo crime de alta traição ao Reich, foram assassinados. Para Inge Scholl⁷⁷, a atitude de seus irmãos foi descrita como um ato de liberdade do medo pavoroso e da “indiferença aniquiladora” que deveriam ser contrapostas a resignação e apatia.

⁷⁷ SCHOLL, Inge. *A Rosa Branca*. PEREZ Juliana P. e REICHMANN, Tinka. (org.) Trad. Anna Carolina Schafer e outros. São Paulo, Editora 34.

2 – TRAJETÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA

2.1 – Klara Mozes (Szeged, 27 de abril de 1924)⁷⁸

Quando comecei a falar de Auschwitz pela primeira vez, me disseram que eu estava mentindo.
Klara Mozes, 2008.

O primeiro contato para marcamos a entrevista com Klara Mozes foi feito por Rosana Meiches, colaboradora do *Arqshoah*. Após o agendamento combinamos o melhor horário para realizar o registro em áudio. Fomos até o residencial para idosos, localizado em uma travessa da Avenida Paulista. Klara nos recebeu na sala de reuniões coletivas e foi neste espaço que gravamos a entrevista que estendeu-se do começo da tarde até a hora do jantar. Foi quando finalizamos a gravação do seu testemunho.

Nesta ocasião, em dezembro de 2008, Klara estava com 84 anos e muito bem fisicamente. É uma mulher forte, porém com muitas dificuldades para narrar as suas experiências, marcadas pelos traumas das vivências em guetos e campos de concentração. Klara, húngara de nascimento, não se expressava muito bem na língua portuguesa, mas mesmo assim conseguimos um registro importante para nosso estudo. Sua trajetória durante o Holocausto foi marcada por uma deportação “tardia” que ocorreu na Hungria após a ocupação das tropas alemãs em 1944. A guerra alterou profundamente sua vida.

8 - Klara Mozes, 1952.
Acervo da entrevistada/SP

⁷⁸ Klara Mozes para Lilian Souza e Rosana Meiches - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 03 de dezembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em janeiro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 01 hora e 55 minutos.

Infância marcada pelo antissemitismo

Meu nome é Klara Mozes, nasci em Szeged na Hungria, em 27 de abril de 1924. Meu pai se chamava Abraham Singer e minha mãe, Elisabeth Hirsch, sendo de uma família de “quatrocentões”. Meu avô materno havia servido no exército do Império Austro-Húngaro.

Abraham Singer, meu pai, tinha sete anos de idade quando meus avós paternos fugiram da Polônia, por ocasião de um *pogrom*, e se instalaram em Budapeste. Em 1930, meu pai abriu uma loja, especializada na confecção de chapéus. Naquele mesmo ano, a família do meu pai [meus avós] decidiu ir para a França, onde residiam meus tios e que lá haviam se casado. Em 1937, papai decidiu visitar a família. Ao tentar tirar o passaporte como húngaro, sua origem polonesa impediu, pois ele tinha apenas os documentos da Polônia, onde nasceu.

Mesmo assim fomos até a França com o passaporte polonês. Ao retornarmos para Szeged, nossa cidade na Hungria, dois funcionários do consulado implicaram com a nacionalidade do meu pai:

– “Você é polonês... tem que voltar, não pode ficar aqui na Hungria!”

Ele respondeu que ali vivia desde sete anos de idade, mas mesmo assim não adiantou. Contratou advogados e não conseguiu.

Os húngaros eram muito antissemitas. Não sabíamos o que fazer. A casa e a loja haviam sido compradas pelo meu pai, com muito custo. Levávamos uma vida normal. Não adiantou: meu pai teve que sair do país e foi para Varsóvia, na Polônia. Após o bombardeio desta cidade pelos alemães em setembro de 1939, nunca mais tivemos notícia do meu pai.

Nesta época, eu tinha treze anos... não me lembro bem. O governo deu o prazo de uma semana para sairmos de Szeged. Minha mãe, embora nascida na Hungria, era casada com um polonês, razão pela qual foi considerada polonesa. Eu não me lembro por qual razão, mas ficamos em Szeged e meu pai teve que ir embora... Fiquei com minha mãe cuidando da nossa loja. Eu sai do ginásio, porque ela não conseguia me manter.

Suicídio da mãe.

Em 1939, chegou uma carta do governo dizendo que deveríamos sair de Budapeste. No dia primeiro de maio de 1940, minha mãe se suicidou. Ela deixou uma carta, dizendo que preferia morrer, mas que me deixassem em paz. Saiu nos jornais. Eu fui chamada até um escritório e lá me disseram que sentiam muito pela morte dela, e que por enquanto, eu poderia ficar na cidade. Então, fui morar na casa da minha avó, fiz um curso para ser cabeleireira, mas eu não era um grande talento. Também voltei para o ginásio. Minha mãe gostaria que eu fosse médica.

Casamento e deportações

Em 1941, conheci o meu primeiro marido, que se chamava Istvan Deutsch. Novamente recebi uma carta do governo dizendo que deveria sair do país, porque era filha de um polonês. Eu tinha apenas 17 anos. Meu noivo [Istvan] pagou um dinheirão para me deixarem em paz. Logo depois, para o nosso casamento não nós deram licença, porque eu era considerada “estrangeira”. Então, a família dele pagou outra fortuna para obter essa licença. Finalmente, nós casamos em Szeged, em 1943. Fiquei casada por algumas semanas apenas, pois logo levaram Istvan para trabalhos forçados. Depois da guerra, fiquei sabendo o que aconteceu. Um soldado que cuidava dele veio me procurar e contou que o levaram para Leningrado onde cavavam túneis e abriam estradas. Foi aí que Istvan pisou em uma granada e morreu. Lembro-me que uma noite, em 1943 antes do Natal, eu sonhei com ele que me disse assim: – “Klara, dói muito as minhas pernas!”. Ele veio se despedir, no meu sonho.

Sequestro de mulheres judias

Um irmão do meu pai – não me lembro do nome – que morava em Budapeste, tinha duas filhas. Quando começou a captura dos judeus eles foram levados para a fronteira. Soube que eles estavam deportando mulheres judias para os soldados húngaros e alemães que, provavelmente, abusavam delas. Soube que levaram esta família [meu tio e suas duas filhas] e que todos morreram na fronteira da Hungria com a Tchecoslováquia.

Ocupação da Hungria e deportações

Em março de 1944, quando os alemães entraram em Budapeste, me levaram para uma prisão, cujo nome não me recordo. Lá encontrei a família de meu marido Istvan, de origem húngara e muito antiga. Estavam bem de vida, mas foram roubados... Levaram tudo que eles tinham. Eles choraram muito quando me viram. Até hoje, não sei o que aconteceu com eles... Parece que morreram na Áustria, quando e como eu não sei dizer.

Muitos judeus tentavam fugir, mas logo eram descobertos e levados para as prisões. Eu fiquei em Sharlart e depois na cidade de Kistarcsa [na Hungria] onde viviam judeus e não judeus. Não era um campo de concentração e sim um campo de trânsito. De lá iria sair um trem para Alemanha, ou seja, seríamos deportados.

Em Kistarcsa recebi uma carta da minha avó, informando que estava sendo levada para o gueto. Certo dia, eu fui colocada em um trem para Auschwitz. Esse trem não saiu. Por interferência do [Almirante Miklós] Horthy⁷⁹, foi dada uma ordem para o trem não prosseguir. Diziam que sua esposa

⁷⁹ Regente e chefe de Estado Miklos Horthy (1868 - 1957) ou Nikolaus von Horthy.

tinha descendência judaica!? Ficamos três dias naquele vagão que não tinha banheiro, pois era o mesmo que usavam para conduzir animais. Levaram-nos de volta para Kistarcsa. Três dias depois me transferiram para Sárvár [Hungria], onde permaneci até ... acho que era mês de agosto.

Um dia veio um homem, conversou comigo e disse que queria que eu fosse para a casa dele. Eu fiquei com medo e não fui. No dia seguinte, levaram todo mundo para Auschwitz. Imagino que ele sabia disso e foi lá para me salvar. Fomos todos transportados para Auschwitz - Birkenau [na Polônia], onde vi o horror. Em Birkenau, encontrei minha amiga que se chamava Morischa e outros conhecidos. Hoje ela mora em Israel. Colocaram o número 32 na nossa barraca. Tomamos banho, nos deram remédio e passamos por uma seleção: metade do grupo foi para o lado esquerdo e o outro para o lado direito. Um dia, à noite, pediram para tirarmos toda a roupa e nos levaram para uma câmara de gás, dizendo que era para desinfecção. Foi uma coisa horrível...! Ficamos lá durante horas, uma esquentando a outra, na frente da câmara de gás. Uma ordem veio para que voltássemos. O mesmo aconteceu no dia seguinte. Os outros prisioneiros, do lado da cerca gritavam:

– “Vocês vão morrer...se têm comida, deixem aqui com a gente.”

Eram poloneses e, até hoje, eu lembro-me disso. Se alguém ficou por lá muito tempo, ficou como animais... vira bicho mesmo! Acho que os poloneses tinham raiva dos judeus húngaros, porque eles foram deportados antes, e nós [húngaros] somente em 1944. Psicologicamente, a vida foi diferente para húngaros e poloneses. Os poloneses tinham amantes no campo, escolhiam as moças mais bonitas. Tinham até um quarto separado... Para os húngaros foi diferente, porque chegamos muito tempo depois.

Trabalho forçado em Stutthof

Os chefes do campo procuravam selecionar pessoas que ainda podiam trabalhar, ajudando a construir estradas. Viajamos vários dias, de trem. Saímos de Birkenau. Nos deram uma roupa de verão e uma manta, pois já era outubro, e nada mais. Chegamos em Stutthof [na Alemanha] onde ninguém se conhecia. Trabalhávamos e andávamos três quilômetros por dia para construir estradas. Dormíamos em um barracão, sem janelas. Ali permanecemos até o final do ano. Um dia, perguntaram se alguém queria trabalhar na cozinha. Isso era como ouro... eu fui! Conseguia pegar alguns alimentos e enchia a bolsa para levar para minhas amigas. Depois descobriram que eu levava os alimentos e parei de trabalhar lá. Eles soltaram um cachorro em cima de mim, que mordeu minha perna. Até hoje tenho a

cicatriz. Fui dormir num barracão que servia de “pronto-socorro”.

Libertação

Em janeiro de 1945, apareceu uma pessoa que se dizia médica e que cuidou de nós. Levantei-me e vi que os russos estavam chegando e eles [os nazistas] sabiam. No dia seguinte, marchamos. Aqueles que ficaram – por não conseguir caminhar – foram mortos pelos alemães. Um soldado russo, que falava iídiche, nós contou depois que encontrou 230 mortos no lugar.

Andei por vários dias. Eu tenho escrito todos os lugares por onde passamos, pois estou esquecendo...! Procuramos casas abandonadas para pegar comida. Chegamos numa fazenda onde havia vacas e algumas pessoas tiraram leite. Estávamos com fome e muito frio. Resolvemos ficar ali escondidas, pois já estávamos em território polonês. No dia seguinte andamos pela estrada. Víamos soldados russos...! Entrávamos nas casas e roubávamos comida. Éramos sete meninas. Conseguimos chegar até a cidade de Varsóvia. Vimos muita gente morta pelo caminho, porque várias cidades haviam sido bombardeadas, lembro até hoje, e tenho quase 85 anos.

De Varsóvia até Szeged

Nosso desejo era voltar para casa. Em Varsóvia, procurei o lugar onde meu pai morava e vi que a nossa casa tinha sido bombardeada. Alguns dias depois fizemos a travessia em direção à Hungria. E eu ainda estava com aquela ferida na perna, infeccionada. Fui a primeira judia a voltar para Szeged. Das 53 pessoas da minha família, só achei uma prima que ainda está viva. Quando comecei a falar de Auschwitz pela primeira vez, me disseram que eu estava mentindo. Eu não sei como não estou sonhando com estas coisas. Eu quis que tudo saísse da minha cabeça. Os próprios judeus não acreditavam que isso teria acontecido.

A loja de meu pai ficou com o irmão do meu marido cuja esposa era católica. Tinham três filhos. Achei o meu apartamento intacto. Uma funcionária de minha mãe havia cuidado dele... ! Ali eu vivi até 1957.

Casamento com Arnold Mozes

Casei-me pela segunda vez com Arnold Mozes, judeu da Romênia, cuja família vivia em Budapeste. Ele queria voltar para lá. Então eu vendi a casa dos meus pais e a de meus avós e compramos uma outra, muito bonita, em Budapeste. Lá eu consegui um emprego como gerente em um supermercado, que ficava em frente ao Teatro Municipal.

Em 1956, ao visitar a família de meu marido na Romênia, ouvimos no rádio que a Hungria

estava em revolução. Para conseguirmos de lá foi um processo longo: liguei para o meu chefe que arrumou um motorista para nos levar até a estação do trem que nós levaria até a fronteira. Mas, não havia trens circulando e passamos a fronteira à pé. Quando chegamos na Áustria nós levaram até uma escola, onde havia comida. Estávamos somente com a roupa do corpo. Ali permanecemos por três meses.

9- Passaporte de Klara Mozes expedido pelo governo austríaco. Acervo da entrevistada/SP

Imigração para o Brasil

Em 1957 fomos ao consulado brasileiro para pedir vistos de entrada como católicos, pois corria a notícia de que eles [o governo] faziam de tudo para não entrarem judeus no Brasil. Minha sogra tinha um filho, então meu cunhado, que estava há dez anos em São Paulo, onde tinha um apartamento na rua Aurora. Creio que isso também ajudou a liberação dos nossos vistos. Desembarcamos no porto de Santos em 8 de fevereiro de 1957. Ficamos na Hospedaria dos Imigrantes até meu cunhado assinar como responsável por nós. Viemos de trem para São Paulo onde meu cunhado nos arrumou um apartamento no Bom Retiro. Tínhamos apenas cinquenta e dois dólares. Compramos alguns ingredientes para fazer doces húngaros e vendermos na porta das escolas próximas da nossa casa. Depois de um tempinho, encontramos um conhecido da Hungria, que nos levou para algumas fábricas, onde obtivemos crédito para adquirir roupas para vender. E assim prosseguimos com nossas vidas...!

2.3 - Ala Lubliner Gartner (Będzin, 03 de junho de 1926)⁸⁰

Eu queria tirar essa porcaria de tatuagem, mas não tinha recursos. Estou marcada por dentro e por fora, não tem jeito. Ala Lubliner Gartner, 2008.

A nossa primeira entrevista com a sobrevivente Ala Gartner, foi gravada em áudio em sua residência na cidade de São Paulo em 1 de abril de 2009. Na ocasião, ela apresentava um desgaste na saúde física e emocional. Percebemos que tinha dificuldades para falar sobre os anos que sobreviveu na sua trajetória pelo Holocausto. Muitas vezes interrompeu o relato, mostrava as fotografias e os documentos que havia separado. Assim, aproveitava aquela “pausa” para explicar a ocasião de cada uma daquelas imagens - símbolo do seu passado. Pelo seu relato, ficou evidente que resquícios do trauma marcaram toda a sua vida. Ala Gartner também foi entrevista pela *Shoah Foundation*, e contou que, até hoje, não consegue assistir a entrevista que concedeu, devido às lembranças que surgem de um período em que saiu muito fragilizada. De todas as entrevistas presentes, a de Ala Gartner foi uma das mais trabalhosas no processo de transcrição. Muitas passagens apresentavam lacunas sobre a sua trajetória por campos de concentração. A dificuldade em organizar a sua narrativa, o “vai e vem” nos temas abordados, foi considerado natural e, respeitando suas emoções e silêncios, evitávamos interromper. Durante uma segunda visita, realizada 15 de maio de 2009, conseguimos completar alguns nomes e datas e obter a aprovação do texto gravado, transcrito e transcriado.

⁸⁰ Ala Lubliner Gartner para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 01 de abril de 2009. Retorno para aprovação do texto final em 15 de maio de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 20 minutos.

10 - Ala Gartner, 16/07/1947. Panamá.
Acervo da entrevistada/SP

Infância na Polônia

Nasci em Będzin [Polônia], em 03 de junho de 1926 numa pequena cidade com 70, 80 mil habitantes, sendo muitos judeus. Meus pais se chamavam Israel e Felícia Lubliner. Minha infância foi boa e alegre. Por ser a única filha, era muito mimada. Frequentei o ginásio hebraico e a escola polonesa. Em Będzin, como em todas as cidades, tinha gente bem situada e a condição da nossa família era muito boa. Sempre recebíamos convidados em nossa casa.

Ocupação da Polônia

Quando estourou a Segunda Guerra [Mundial] eu tinha 14 anos e estava no segundo ano do ginásio. Foi aí que a minha vida mudou. Falavam do perigo das propagandas dos alemães sobre os judeus. A gente sabia e tinha receio, mas procurávamos levar uma vida normal. Até o momento em que os alemães entraram na Polônia e a vida mudou. Era setembro e, com a guerra, tudo mudou! Não saíamos de casa, pois tínhamos muito medo. Os soldados eram muito agressivos e tratavam os judeus como bichos. Não tinham sentimentos... Tinham a necessidade de matar. Se eles não gostassem da sua cara, matavam.

Quando a guerra estourou era sexta feira e meu pai, Israel Lubliner, decidiu partir para o lado russo. Mas, como era *shabat*, ele se organizou com uns amigos para ir no domingo. Pegamos um

pouco de dinheiro e viajamos. Felícia, minha mãe, ficou na cidade para cuidar da nossa loja que vendia bicicletas e pneus. Assim como ela, a sua mãe [sua avó], resolveu ficar. Nós fomos embora em uma carroça alugada, com três ou quatro amigos do meu pai.

No caminho a gente parava e dormia, mas os bombardeiros eram fortes. Então, a gente se escondia em “*bunker*” que descobrimos no meio do caminho. Uma vez, quando saímos deste esconderijo, nossas coisas foram roubadas. Perdemos tudo! Diante desta situação, meu pai decidiu voltar. Caminhando a pé, andamos por dois ou três dias. Entrando na cidade, vimos a realidade: a cidade estava ocupada pelos nazistas e as sinagogas destruídas. Começou a luta...!

Ainda tínhamos nossa casa, felizmente. Minha mãe ficou surpresa com o nosso retorno... não esperava. Ficamos em casa e, logo em seguida, começaram a sair às leis de restrição aos judeus. Após seis horas da tarde não podíamos sair de casa. Além disso, faziam cortes de energia. Depois tivemos que usar a estrela de David costurada no casaco. Nessa época convocaram os homens jovens para os trabalhos forçados. Eles mandavam cartas para suas famílias, dizendo que os jovens estavam bem e que eram bem tratados... Estranho! Havia também o racionamento de comida: usávamos um cartão de alimentação para comprar pão e outros alimentos. Nossa loja foi ocupada pelos alemães e não tivemos tempo de vender nada.

Uma vez, durante o inverno, os alemães chegaram e chamaram os jovens para trabalhar. Deveriam acender fogões, porque fazia muito frio e não tinha aquecedor. Um dia me pegaram para este trabalho e, como eu não sabia fazer, eles me seguraram lá, o dia todo. Apanhei muito... ! No dia seguinte, me liberaram.

No começo a vida era quase normal, mas logo apareciam novas ordens. Tivemos que entregar nossos objetos de valor, prata, joias, casacos de pele... Em casa eu tive que assumir muitas tarefas, pois meu pai teve que se esconder por um tempo, visto que os homens eram muito visados para o trabalho forçado. Então, fui trabalhar em uma fábrica de uniformes, como costureira e meu pai conseguiu um emprego num depósito como guarda noturno, enquanto a minha mãe ficava em casa.

Gueto na cidade de Będzin

Em setembro de 1943, criaram um gueto na nossa cidade. Saímos de casa sem nada e fomos para a periferia, à meia-hora de onde morávamos. Ficamos em um quarto que não tinha banheiro e era muito precário. Não havia nem muros e nem grades, mas nossa entrada e saída era vigiada e controlada. Mesmo assim a gente se organizava. Começamos a fazer um *bunker* em um jardim para servir de esconderijo. Todo mundo acreditava que aquela situação teria um fim, sendo aquela a nossa forma de resistência. À noite, os jovens saíam para limpar a sujeira. Sobre a comida: dividíamos tudo,

mas não tinha quase nada.

Lá ficamos eu, meu pai e minha mãe. Os jovens eram poucos, e parte do tempo ficávamos neste bunker. Porém houve um bombardeio, e os oficiais nazistas descobriram nosso esconderijo. Estávamos em doze pessoas, incluindo duas crianças pequenas. Então saímos, infelizmente. Não havia outra possibilidade: ou saímos ou seríamos mortos. Decidimos sair...!

Deportação para Auschwitz-Birkenau

Caminhamos até a estação, onde os trens de carga nos esperavam para o transporte.. Estávamos sujos, com sede. Fomos para o caminho da morte... Embarcamos em um trem e esta foi a última vez que fiquei próxima de meu pai e do meu avô. Seguimos para o campo de concentração *Auschwitz-Birkenau*, destino final. Lá chegamos e dividiram os homens e as mulheres. Todos nossos pertences, que eram malas pequenas com algumas roupas, foram jogadas no chão... como lixo. Nesse momento, eu ainda estava com meus pais e meu avô. E lá estava Menguele, bem vestido...! Eu passei pela seleção e minha mãe ficou, sendo encaminhada para o outro lado da fila, provavelmente para ser morta na câmara de gás. Pelo rosto dela se via a idade. Minha mãe era uma mulher jovem, não era uma senhora. Naquela época, meus pais tinham uns 40 e poucos anos. Mamãe era bonita, alta, magra. Até hoje não consigo acreditar...! Naquela hora não tive voz, nem grito...fiquei paralisada. Eles empurravam a gente, davam pontapés.

Depois tivemos que tomar banho, rasparam nosso cabelo. Então passamos por umas mesas onde estavam os policiais da SS que começaram a nós tatuar. A todo o momento ouvíamos muitos xingamentos. Em meu braço tatuaram o número 52.593 com um triângulo em baixo. Recebemos o uniforme, que era uma saia e um casaco, e também uma caneca. Perguntei para que servia aquela caneca? Eles responderam que era para todas as necessidades.

11 - Ala Gartner, 1945, dois dias após libertação do campo de concentração de Mauthausen.
Acervo da entrevistada/SP

Fomos para o bloco das mulheres onde nos avisaram: – “Obedeçam ou depois vocês vão ver o que acontece com quem não obedece!”

Sempre ouvíamos xingamentos, das piores coisas. Dormíamos seis pessoas em um único beliche. Até que começaram as ordens para os trabalhos nas sapatarias e também nas fábricas de munição. Pela manhã tomávamos um chá, no almoço eles serviam uma sopa e a noite era apenas pão. Tudo era servido na mesma caneca.

No começo eu só chorava, pois a morte da minha mãe foi brutal para mim. Eu não tinha forças para nada... queria apenas ficar no canto do barracão chorando. Até que uma *kapo*, judia e polonesa, responsável pelo nosso barracão me falou:

–“Se você continuar assim vou ter que te mandar para a próxima seleção. Você não é melhor que ninguém.” Ela me bateu, pois este era o trabalho dela... Foi difícil para mim, muito difícil! Às vezes, eu guardava o pão para o dia seguinte e era roubada. Aos poucos fui aprendendo a conviver naquele

ambiente.

Desde o primeiro dia do campo não tomamos mais banho. Eu estava cheia de piolhos e somente uma vez por mês ou mais, nos liberavam um banho. Tínhamos que entregar a roupa para dedetizar e passávamos nuas para avaliarem nossos corpos. Raspavam nossos cabelos e pelos. Durante o tempo todo, não usávamos nenhuma roupa de baixo. Não menstruávamos mais. Devem ter dado algum remédio, porque fazia três meses e nada de menstruação. Depois deste banho passamos por uma nova seleção. Assim eles podiam verificar quem estava debilitado demais a ponto de ir para câmara de gás. Com isso abria espaço para os novos que estavam chegando.

Em 1944 fiquei muito doente: contrái tifo, tinha diarreia muito forte, e por isso passei por uma nova seleção. Como não havia lugar na enfermaria, voltei para o barracão. De lá fui transferida para um trabalho com munições. Eu não sei para que arma era, mas havia um cordão por onde passava uma massa. Minha mão ficou preta e inchada; não conseguia mais trabalhar, doía muito. Também tive sarna: foi um horror! Certa vez, uma colega de barracão falou:

– “Dessa vez você não passa pela seleção; é melhor você me dar suas coisas porque não terá chance.”

Dei minhas coisas para ela. Resultado: eu passei pela seleção e ela não. Fiquei sem nada...! Por isso apanhei muito das guardas e levei muitos pontapés nas costas. Tenho consequências dessa surra até hoje. Qualquer pessoa que resistisse era castigada, enforcada ou apanhava. Esta era uma forma de mostrar para os outros o que acontecia se ocorresse algum tipo de rebelião. Às vezes, eu tinha esperanças; às vezes me acostumava com a situação e tinha vontade de viver.

Campo de concentração de Mauthausen

As notícias da aproximação dos russos chegaram até o campo. Então, os oficiais nazistas nos obrigaram a percorrer a chamada *Marcha da Morte*: andei quilômetros junto com um grupo de mulheres. Chegamos até a fronteira com a Áustria. Pelo caminho encontrávamos acolhimento em algumas propriedades de camponeses que nos ofereciam algum tipo de comida, legumes.

Após andar durante três semanas, conseguimos chegar até uma estação de trem que nos levaria para Mauthausen, um campo de concentração para homens na Áustria. Lá fomos direcionadas para um sobrado. Depois soube que aquele sobrado, que era todo vermelho por dentro, era um bordel utilizado pelos alemães durante a guerra e que estava desativado.

Ficamos neste prédio por três dias mais ou menos. Os outros prisioneiros davam para a gente um pedaço de pão. Para conseguir água, derretíamos o gelo que se formava na janela. Depois de três dias fomos transferidos para outro campo, que era uma fábrica abandonada... Foi muito estranho, pois

víamos a movimentação da SS, com aquela sensação que alguma coisa errada estava acontecendo. Ouvi barulho de tanques e, junto com as outras prisioneiras do nosso grupo, fomos até o lado de fora da fábrica. Eram os americanos chegando...!

Ausweis - Certification.
 Herr *Lübliner Ala*
 geb. am *3.6.1926* in *Breslau*
 zuletzt wohnhaft *Breslau*
 wurde vom *3.7.1943* bis *6.6.1945*
 in nationalsozialistischen Konzentrationslagern gefangen
 gehalten und vom Konzentrationslager Mauthausen
 Freiheit gesetzt.
 was kept in captivity from *3.7.43* to *6.6.1945*
 in Nazi-German concentration camps and was liberated from the concentration camp of Mauthausen.
 Unterschriften und Stempel:
 Lagerkomitee
 Camp Committee
 Mauthausen, am *10.6.1945*
 Lagerkommandant
 Camp commandant

Provisional identification card for civilian internee of Mauthausen.
 Vorläufige Identitätskarte für Mauthausen, Gruppe Zivilinternierte
 Current number *12593* Internee number *12593*
 Laufende Nr. *Lübliner* Haftlings-Nr.
 Family name *Lübliner*
 Familiennamen
 Christian name *Ala*
 Vorname
 Born *3.6.1926* at *Breslau*
 geboren in
 Nationality *Polish*
 Nationalität
 Address *Breslau*
 Fingerprint:
 Fingerabdruck
 Signature:
 Unterschrift
 Mauthausen, am *10.6.1945*

12 - Cartão provisório de identificação de Ala Lübliner, conforme modelo para internados civis. Mauthausen, Áustria, 16 de junho de 1945. Acervo da entrevistada. /SP

Caminho para a libertação

Os soldados americanos quando viram a nossa situação, começaram a chorar feito crianças. Eles ficaram com pena, medo e também nojo: éramos um bando de mulheres sujas, sem banho! Imaginem a situação. Eles jogaram pão para a gente e um deles falou em inglês: – “Liberdade”!

Não entendi nada; daí outro falou em alemão. No outro dia, veio um tanque com mais soldados, trazendo também mais comida. Até que chegou a Cruz Vermelha, com mais comida: ovos mexidos e sopa de ervilha. Todos que comeram muito e passaram mal. Então tiveram que mandar médicos. Ficamos lá duas semanas e depois fomos transferidas para outro campo. Era a liberdade, mas tínhamos medo...

Eu já não tinha família; não havia lugar para ir depois de tudo que passei. Pensei em ir para a Palestina, mas eu estava longe, na Áustria. Não seria possível até porque aquela região estava sob o domínio dos ingleses. Os soldados americanos alertavam para não voltarmos para a Polônia, devido à ocupação russa.

Campo de refugiados na Itália

A ajuda veio com a UNRRA e com a JOINT⁸¹, organizações norte-americanas de auxílio aos sobreviventes e refugiados da guerra. Fomos levadas em um trem de carga para a cidade de Santa Maria di Bagno, ao sul da Itália.⁸²

Havia um escritório geral do campo, lá fui procurar alguma ocupação. Não fazia nada, não tinha dinheiro... Isso me deixava louca. Lá, fui orientada a ir até o hospital que cuidava dos refugiados. Quando cheguei, procurei a diretora geral que só falava inglês. A primeira coisa que ela disse, quando tentei falar alguma coisa foi: – “your’re crazy”! Tive sorte que apareceu um médico iugoslavo e que me ajudou com a comunicação. Ele me perguntou o que eu sabia fazer? Respondi que podia varrer, limpar... Ele respondeu: – “Já vi muita gente louca, mas essa loucura é diferente!”

Ele pediu para as enfermeiras me ensinarem a arrumar as camas, dar injeções em laranjas e, com o tempo, fui aprendendo. Lá eu tinha alimentação e convivia com pessoas normais; não no outro ambiente com os outros deportados. Trabalhei neste hospital durante um ano e meio. Comecei a ganhar um pouco de dinheiro. Não era muito! Comprei sabonete, sutiã e calcinha, que não tinha há anos... Parecia um bicho !

Dificuldades e esperanças

Adoecei e fui encaminhada para um sanatório em Roma, com outros sobreviventes. Até que chegou uma carta do meu tio Isaac, irmão da minha mãe, que antes da guerra havia emigrado para os Estados Unidos e residia, naquele momento, no Panamá. Mas nesse tempo eu tive alguns problemas, era depressiva, não andava e não entendia porque havia sobrevivido. Foi quando conheci meu futuro marido, Henryk, que me ajudou muito mesmo. Também era sobrevivente e compreendia meus temores e traumas. Ele se recuperou rápido, saía, jogava, futebol e nadava. E eu me sentia um lixo mesmo; psicologicamente também. Eu estava muito apática, enquanto que o meu marido tinha mais energia, vida e amor. Decidimos aceitar a ajuda do meu tio e ir para o Panamá. Fomos via Bruxelas, Holanda e Estados Unidos. Meu tio ajudou muito, mesmo.

Imigração para o Brasil

No Panamá trabalhamos muito até que o meu cunhado, que já residia no Brasil, nos ajudou com a nossa entrada no país. A dificuldade maior foi para obter vistos, porque o governo estava com Getúlio Vargas. Conseguimos entrar como turistas no dia 1 de abril de 1948. Além disso, tive que

⁸¹ UNRRA – United Nations Relief and Rehabilitation Administration e JOINT – Joint Services Command.

⁸² Nesta cidade, foi estabelecido um campo para deslocados de guerra: “displaced person camp”.

conseguir um documento comprovando que era católica. Até meu primeiro filho nascer fiquei como católica. Depois consegui a cidadania brasileira e passei a ser judia, novamente.

Encontrei meu equilíbrio emocional no Brasil. No começo morei em um quartinho na Avenida Duque de Caxias, em São Paulo. Não tínhamos dinheiro e trabalhávamos muito. Naquela época eu não sabia o que era a vida. Suportei muitas coisas...! O Brasil era um recomeço. No Brasil, enfim, tive condições de formar uma família, ser gente; mas até hoje sou ansiosa e tenho medo. Tive dois filhos, quatro netos.

Eu sou assim: momentos de felicidade e de tristeza...! Às vezes, bate uma saudade,... Difícil de explicar. Não posso me queixar! Estou bem e hoje não me falta nada. Eu tenho guardado as fitas de outras entrevistas de dez anos atrás, mas não consigo assistir. Aqueles momentos de infelicidade me perturbam até hoje. Eu queria tirar essa porcaria de tatuagem, mas não tinha recursos. Estou marcada por dentro e por fora... Não tem jeito!

2.4 - Hana Rosenthal Jurica (Lodz, janeiro de 1923) ⁸³

Durante todo esse tempo fiquei com a minha irmã mais velha, mas em Bergen-Belsen ela não resistiu: faleceu nos meus braços... Eu chorei tanto, queria ir junto com ela. Hana Rosenthal Jurica, 2011.

A entrevista com Hana Rosenthal Jurica, foi gravada em áudio na sua residência no bairro do Bom Retiro em São Paulo, no dia 29 de novembro de 2011. Fomos recebidas com muita simpatia e Hana estava disposta a contar a sua trajetória pelos anos que marcaram sua sobrevivência até chegar ao Brasil. Nos mostrou as fotografias de época. Hana tinha dez irmãos e destes, apenas dois sobreviveram. Perdeu seus pais e sua moradia. Mesmo assim ressaltou que não desistiu da vida. Seus problemas de saúde apareceram em decorrência das condições degradantes em que viveu durante o Holocausto. No final da entrevista fomos surpreendidas quando Hana começou a cantar uma pequeno trecho de uma canção em ídiche, que lembrava da sua infância. Ficamos encantadas com a sua determinação e força para continuar sua caminhada, agora no Brasil.

13 - Hana Rosenthal Jurica. São Paulo, 1980.
Acervo da entrevistada/SP

⁸³ Hana Rosenthal Jurica para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 29 de novembro de 2011. Retorno para aprovação do texto final em 10 de abril de 2012. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 2 horas e 40 minutos.

Infância na cidade de Lodz

Meu nome é Hana, em português, em ídiche é Hanahh. Eu nasci na Polônia em uma cidade chamada Dömbie. Meu pai, se chamava Wolf Rosenthal e minha mãe Hadassa Rosenthal, e estavam economicamente bem posicionado. Ele tinha uma fazenda com moinho e produzia trigo. Éramos dez irmãos, cinco homens e cinco mulheres. Eu sou a caçula. Quando meu pai ficou doente, nós mudamos para Lodz na Polônia, uma cidade bem maior que a nossa. Era a maior cidade industrial da Polônia. Lá, eu e meus irmãos, estudávamos. Meu pai trabalhou como tradutor.

Ocupação das tropas alemãs na Polônia

Lembro-me que fui para uma excursão e, quando voltei, todos da minha família estavam chorando. Muitas famílias fugiam, mas meu pai não queria fugir. Lembro-me de ir até a padaria e não ter pão. Estranho também foi que nossos vizinhos - polacos e com os quais tínhamos um bom relacionamento - quando estourou a guerra, eles colocaram uma suástica na porta. Logo depois descobrimos que eram descendentes de alemães.

Eles eram nossos vizinhos, sendo que os filhos estudavam junto conosco. Certo dia, na fila para receber pão, quando chegou a nossa vez, ele falou para minha irmã mais velha: –“Haus! Haus”!

Isso significava pra gente sair de lá porque tinha acabado o pão. Minha irmã ficou tão nervosa que deu um tapa na cara dele. Eles cresceram juntos, eram amigos. Depois desse episódio ela resolveu ir embora de casa. Foi uma somatória de fatores que a levou a tomar essa decisão. Decidiu ir para a Rússia: para Bialystok. Muita gente da minha cidade escolheu este destino. Assim como ela, muitos jovens também partiram.

Cotidiano no gueto de Lodz

Depois de três meses que minha irmã partiu, o gueto na nossa cidade foi estabelecido. Tivemos que mudar de casa, para uma região que ficava no subúrbio. Minha família naquele momento era doze pessoas, porque alguns dos meus irmãos eram casados e já tinham filhos. Quando mudamos eu chorei muito: vi aquele cenário, com cercas de arame farpado... um horror ! Os guardas eram alemães, faziam a patrulha e, qualquer coisa que provocasse algum desagrado, eles matavam, por motivos banais. Se eles estivessem de mau humor, matavam mesmo.

Não me lembro quanto tempo depois, fui trabalhar em uma fábrica de chapéus. Trabalhava em troca de comida: era sopa. Dinheiro não existia. Quem não trabalhava não recebia nada, como meus pais que já eram idosos. Assim eu e meus irmãos nos unimos para conseguir alimentá-los. Sempre me

lembro do frio e da fome que passei.

Resistência e juventude

Como aos domingos não trabalhávamos, então havia encontro de jovens em um terreno, um local escondido. Discutíamos política, cantávamos e recordávamos do tempo de antes da guerra. Nessa época havia muitos grupos comunistas e outros sionistas. Me lembro do *Hashomer Hatzair*. Isso nos fortaleceu um pouco, mas era muito difícil aquela vida. Se sabíamos do que acontecia do lado de fora do gueto? Nada, nada...! Não sabíamos da situação da guerra, como estava a política... nada. Vi muita gente adoecer dos pulmões, muitos morreram.

Quem administrava o gueto era um judeu, escolhido pelos alemães, cujo nome era Rumkowski⁸⁴. Acho que ele foi pior que Hitler! Era um homem com certa idade, mesmo assim se considerava novo. Tentava conquistar as moças jovens.

Deportação para Auschwitz-Birkenau

Vivemos no gueto de Lodz por quatro anos, quando veio a notícia que iríamos trabalhar fora do gueto. Então fomos trabalhar lá em Auschwitz [Polônia]. O transporte foi em um vagão de transporte de animais. De Lodz pra Auschwitz eram três horas de trem, mas eles fizeram a viagem em dias. Sem nada mesmo... era pra castigar, sem comida, água e banheiro. Havia idosos e crianças. Quando chegamos vi Mengele, que era alto, forte. Descemos do trem: os jovens pulavam e os velhos caíam, porque esses vagões eram muito altos... quem caía ia para o crematório. Mengele, em seguida, fazia a seleção: ou era para o campo ou para a morte.

Meu irmão tinha uma filha de quatro anos, muito linda, inteligente: mesmo com quatro aninhos já escrevia. Sua mulher já tinha ido para o crematório. Lembro-me que antes, ainda no gueto de Lodz, minha sobrinha cuidava do meu pai doente. Eu sempre trazia a sopa que recebia no trabalho para ela. Quando descemos em Auschwitz, Mengele falou:

– “Todas as crianças vão para o crematório!” Meu irmão não queria perde-la... e foi junto com ela.

Mas quando eu cheguei lá, em *Auschwitz-Birkenau*, fiquei histérica. Porque não parecia com um campo, nada... Parecia um lugar de loucos! Um vestia uma blusa, o outro uma calça de pijama. Quem estava já dentro do campo, gritava para a gente em hebraico, para jogar o que tínhamos como bagagem para eles. Mas não adiantava, a cerca era elétrica e se eles se aproximassem morriam.

⁸⁴ Mordechai Chaim Rumkowski (1907-1944) judeu polonês, foi escolhido pelos oficiais nazistas para comandar o Conselho Judaico do gueto.

Percursos da sobrevivência em Auschwitz-Birkenau

Eu passei pela seleção, pois era jovem e tinha 20 anos. Mas lá eu fiquei histérica: eu ria e chorava. Pensei que íamos para um lugar de trabalho e não um campo de concentração. Fomos para um salão onde cortaram os nossos cabelos, tomamos banho sem sabão e toalha, nada. Diante destas mudanças, eu não reconhecia meus irmãos, pois ficamos todos iguais, sem cabelos e com a mesma roupa. Mas depois nós juntamos. Fomos para uma sala que tinha beliches... Pareciam gavetas de tão baixas. Era o lugar para dormir: não tinha cobertor nem colchão. De manhã, eles serviam café em uma caneca para cinco pessoas; cada uma dava um gole. Tinha uma mulher, guarda do campo... Ela era ruiva, acho que eslovaca, não sei da onde. Parecia uma doida, porque ela corria com um pau e batia, batia... em todos nós ! Até hoje eu tenho uma marca. É tudo verdade! Eu posso falar isso porque eu sobrevivi.

Trabalho forçado

Eu fiquei lá acho que por seis meses. De repente veio uma notícia para ir trabalhar em outro campo. [Hana não se recordava do nome do campo, provavelmente era um campo satélite do complexo de Auschwitz-Birkenau]. Nosso trabalho era em uma mina de sal, metros abaixo da terra. Tinha um elevador com tábuas para descer. E nós trabalhamos muito... Lá no nosso barracão podíamos tomar banho todos os dias.

Deportação para o campo de Bergen-Belsen

Lembro-me de usar um vestido listrado e uma lata pendurada em um cordão para receber a comida. Estava muito frio, chovia e nevava muito. Lá não tinha banheiro. Quando cheguei, muitos estavam morrendo porque havia uma epidemia, de tifo. Eu também tive. Por isso eu sou sobrevivente, passei por muitas cirurgias! Durante todo esse tempo fiquei com a minha irmã mais velha, mas em Bergen-Belsen ela não resistiu: faleceu nos meus braços... Eu chorei tanto, queria ir junto com ela. Todos que morriam eram jogados em uma pilha de cadáveres, era uma montanha de corpos, todos nus.

Libertação e recuperação

Eu estava com tifo. Fui internada em um hospital improvisado, lembro-me de quando eu acordava, estava toda molhada, fazia as necessidades na cama, não tinha forças. Uma vez acordei, porque sonhei com um dos meus irmãos: ele trazia um caldo de frango, que na Polônia era muito comum. Acordei...! Depois não sei de mais nada. Me enrolaram em um cobertor: era a Cruz Vermelha.

Nos libertaram, pois havia acabado a guerra. Fomos para Libeck na Alemanha e depois fomos para a Suécia, em 1945. Só depois de recuperada é que eu soube que era na Suécia. Ficamos em quarentena.

(Re)começo na Suécia

Fui tratada por médicos excelentes, professores aposentados. Cada uma ficava com o seu médico especialista na doença que tinha. Eu e mais outras fomos mandadas para o setor de cuidados com os pulmões. Eles faziam tudo pra gente. Lembro que tomei muitos remédios. Estava com pedras na vesícula e tive que operar... Alias, fiz muitas cirurgias, até perdi as contas. Lá fiquei com um grupo de cinco meninas e fomos bem tratadas.

14 - Hana Jurica ao centro de blusa branca com as amigas na sala de recuperação após a libertação na cidade de Lund, Suécia, 1946.
Acervo da entrevistada/SP

Ficamos em um dormitório. Fui muito bem tratada durante o tempo que fiquei lá: recebíamos comida e todos os cuidados médicos. Algumas meninas tinha o hábito de esconder pão debaixo do travesseiro, um trauma daqueles tempos do campo. Por isso, veio um psicólogo ajudar na nossa recuperação. Ele falava que nosso comportamento era normal, pois passamos tanta fome e por isso nos não estávamos prontas pra viver uma vida normal. Fiquei em tratamento durante um ano.

Eles queriam tanto o nosso bem! Um dia chamaram a Greta Garbo [atriz]. Ela deu um show pra gente, especial. Eles também organizavam concertos. A Suécia era minha vida, se não fosse eles eu não estaria aqui para contar esta história.

Em busca dos familiares

Nossa única mágoa era para procurar família. Todo mundo queria encontrar alguém. Então o que nós fizemos? Colocamos no boletim da Cruz Vermelha, uma ata escrita assim, por exemplo: Eu Hana Rosenthal morei em Lodz na rua tal. Sobrevivi e estou na Suécia. Todas as meninas do meu quarto fizeram isso, escrevendo em polonês. A partir deste boletim o carro da Cruz Vermelha passava pelas ruas e anunciava com um alto falante aquele boletim. Foi assim que meu primo Felix me achou. Ele era da Polônia e ficou a guerra toda escondido na Bélgica.

União com Jaroslav Jurica

Foi na Suécia que eu conheci meu futuro marido: Jaroslav Jurica, tchecoslovaco. Lá eu me casei com 22 anos. Ele também era sobrevivente e estava na Suécia para se recuperar de uma doença no pulmão. Mas ele ficou em outra cidade. Durante a guerra, havia sido levado pela Gestapo, não sabia uma palavra em alemão... Tiraram-lhe a roupa...! Estava muito frio. Aí, lhe perguntaram: –“Como está homem? Como você se chama?”

Ele não sabia uma palavra em alemão. Então pegaram um balde com água, jogaram nele e depois bateram. Ele sobreviveu porque era novo e fisicamente forte. Não sei como, um milagre...e de lá ele foi para outro campo de concentração. Não quero falar sobre isso... Nos conhecemos no hospital e ele havia acabado de chegar. Apaixonou-se por mim. Falaram que eu era muito bonita, não sei... hoje com 88 anos, não sei. Ficamos casados 56 anos... !

Os sobreviventes da família

Meu primo Felix, que morava Bélgica, me mandou passagem para eu ir lá. Nesta época, eu já estava casada, mas fui sozinha. Quando eu cheguei lá ele estava tão feliz, não sabia o que fazer comigo. Dos meus irmãos sobreviveram: a minha irmã Estela Rosenberg, aquela que deu um tapa na cara do polonês. Hoje ela vive no Canadá e tem um casal de filhos. E outro irmão, chamado Shoshani Rosenthal, passou anos em um kibutz em Israel... era comunista !

Caminhos da imigração

Eu estava na Bélgica e meu marido na Suécia. Não sabia o quê fazer para levar ele para lá.

Meu primo Felix falava: – “Você sabe que aqui tem um ministro que é judeu? Vai lá e faz um pedido pra uma entrevista”.

Eu era muito ativa... Consegui agendar um encontro e contei para ele minha história. Falamos em alemão porque eu não sabia francês e ele não sabia falar em polonês. Conte a minha vida, a minha tragédia. E chorei, chorei, chorei. Ele falou: – “Olha menina não chora” !. E assim ele me ajudou a trazer meu marido para a Suécia em seis semanas.

Naquela época, a Suécia tinha uma lei para estrangeiros que permitia ficar por seis meses no país. Então decidimos ir para Tchecoslováquia. Meu marido queria encontrar alguém da família. Não encontrou. Mas a gente sempre tem esse sentimento, de reencontrar as pessoas queridas.

Eu estava grávida... Minha filha nasceu na Tchecoslováquia cujo governo comunista; e fomos ali bem recebidos. Meu marido conseguiu emprego. Até que veio a notícia que estavam organizando imigrantes para ir para Israel. Minha filha tinha um oito meses. Eu deixava ela com o meu marido e ia para Praga fazer a inscrição para conseguir o transporte para Israel.

Meu irmão já estava morando no kibutz desde 1933, era casado e tinha duas filhas. Quando cheguei em Israel, ele morava em Jerusalém e foi nos encontrar em Haifa. Foi tão bonito...! Não esqueço Israel.

Ali ficamos por sete anos, mas eu tive um problema na pele, um eczema. Naquela época não havia médicos nem remédios. Era o primeiro ano de vida do Estado de Israel. Eu trocava correspondência com a minha irmã que estava no Canadá. Foi ela que me ajudou a conseguir visto, um permanente. Eu não sabia o que era isso, não conhecia as leis. Nessa época eles precisavam de estrangeiros, mas meu marido tinha um serviço maravilhoso.

15 - Hana Rosenthal Jurica. São Paulo, 2008.
Foto: Lilian Souza

2.5 - Janina Landau Schlesinger (Cracóvia, 07 de outubro 1924)⁸⁵

O tempo depois da guerra era muito difícil, pelo menos pra mim: não havia nenhuma perspectiva de fazer alguma coisa na vida. Janina Landau Schlesinger, 2008

O primeiro contato realizado com Janina foi estabelecido pela Profa. Dra. Rachel Mizrahi, que leciona na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, ministrando um curso livre para pessoas da Terceira Idade. Lá conheceu Janina e lhe apresentou a proposta de pesquisa do *Arqshoah*. Janina aceitou dar uma entrevista. Fomos até sua residência no bairro de Perdizes em São Paulo, em 10 de novembro de 2008, quando então registramos sua história em áudio. Neste ano, o projeto *Arqshoah* havia estabelecido uma parceria com a TV/USP através do Prof. Dr. Pedro Ortiz, para o registro audiovisual de alguns sobreviventes. Então uma nova proposta foi feita para Janina que aceitou o convite para fazermos um vídeo. Combinamos a melhor forma de filmá-la. No dia 28 de novembro de 2008, eu, Rachel Mizrahi e Pedro Ortiz com sua equipe, retornamos à sua residência para a segunda entrevista. Janina estava muito a vontade! Narrou sua história e, no final, nos mostrou as fotografias e documentos expressivos da sua trajetória de vida. Em 2008, ela tinha 84 anos, estava bem de saúde e muito disposta e esperava orgulhosa o nascimento primeiro bisneto.

16 - Janina Schlesinger. São Paulo, 2008.
Fotografia de: Lilian Souza

⁸⁵ Janina Schlesinger para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 28 de novembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em outubro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio e vídeo: 3 horas e 40 minutos.

Infância e despertar da guerra

Eu me chamo Janina Landau Schlesinger, nasci na Polônia em Cracóvia, que não foi bombardeada durante a guerra porque era sede do governo alemão. Minha juventude era muito boa: eu era filha única e fui educada muito severamente, mas com muito amor. Eu estava no quarto ano do ginásio quando começou a guerra. Meu pai se chamava Jacob Landau e foi convocado para o exército. Ele era tenente de reserva e a Polônia convocou todos que eram da reserva.

Nós pegamos um trem porque meu pai deveria se apresentar. Do oeste vinham os alemães... então fugimos. Fugir num trem que era bombardeado toda hora foi um pesadelo. Ele desceu na metade do caminho de onde tinha que se apresentar. Eu e minha mãe, que se chamava Erna Stela Landau, seguimos até a cidade de Lvov. Ficamos ali um pouquinho de tempo e encontramos uma parte de nossa “quase” família: uma cunhada da minha mãe, médica, que nos abrigou em sua casa por pouco tempo. Voltamos para Cracóvia que já estava ocupada pelos alemães e, assim que chegamos no nosso apartamento, vimos que ele também estava ocupado pelos nazistas, pois estava localizado em uma parte muito boa da cidade. Então não entramos mais no apartamento e não podíamos tirar mais nada de lá.

Fomos para outra parte da cidade onde alugamos um quarto no apartamento de um advogado, irmão de um tio. Eu comecei trabalhar numa mercearia, e a minha mãe conseguiu um emprego no hospital de doenças contagiosas onde ela ficou até o fim mesmo, ou seja, até o momento em que fomos transportados para Plaszow [na Polônia]. Assim tínhamos dinheiro para pagar o aluguel e a comida, nada mais! Não tínhamos nada pois tudo ficou no nosso antigo apartamento.

Lembrança do pai

Eu sabia que meu pai estava num dos campos de oficiais poloneses, pois ele foi feito prisioneiro de guerra. Ficou preso em um campo na Bavária onde os judeus moravam todos juntos e podiam andar pela região. No começo tentamos mandar para ele alguma comida, mas isso se revelou impossível: primeiro porque a gente não tinha o que comer e, segundo, porque ele não receberia.

Gueto de Cracóvia

Os nazistas abriram o gueto de Cracóvia justamente onde a gente morava. Só mudamos de um quarto grande para um pequeno. No cômodo grande morou uma família, com a qual a gente fez amizade. Nós trabalhávamos... era um tempo ainda que se podia sair do gueto para trabalhar fora. Às seis horas da manhã, os nazistas pegavam uma porção de rapazes e moças e os levavam para a cidade para limpar o chão das ruas que tinham muita neve.

Quando fechou o gueto, não podíamos mais sair... Eu comecei a trabalhar na Cooperativa de costura, onde a gente costurava uniformes para o exército alemão.

Campo de concentração de Plaszow

Era uma vida muito ruim porque você não podia sair, mas por outro lado você podia andar pelo gueto inteiro. Depois eles diminuíram nossa liberdade até que um dia fecharam o gueto e nos levaram para Plaszow, que fica entre doze e quinze quilômetros de Cracóvia, antigamente um cemitério judaico. Naquele lugar nós passamos a trabalhar de noite, numa cooperativa de papel onde montávamos os jornais que eram distribuídos; montávamos letras por letras. Trabalhar de noite dava pra gente duas coisas: “status” e uma folga de dia. Quando os alemães faziam a ronda e viam as barracas onde dormia a turma da noite, eles não entravam. A noite você podia tomar banho mais tranquila, lavar peças de roupas e os alemães não incomodavam; nem na cooperativa.

De tempos em tempos saíam do campo alguns transportes... todos tinham medo. Apesar que, depois da guerra, ficamos sabendo que muitos sobreviveram porque foram levados para pequenas fábricas onde eram tratados bem melhor do que nos campos.

Deportação para Auschwitz

No outono de 1944, o campo de Plaszow foi liquidado e fomos para Auschwitz. Lá, para variar, tiraram o pouco que nós tínhamos. Os barracos eram horríveis, sujos e não tinham com que limpar. Logo depois eles começaram a levar a gente para os transportes. Nós ficamos lá entre 12 e 15 dias, não posso dizer exatamente.

Eu estava com a minha mãe, e passamos por uma seleção realizada por um médico, no primeiro andar de um pequeno prédio. Lá minha mãe foi selecionada para ir num transporte e eu fui segregada para ir à morte, porque eu tinha uma alergia e eles tinham medo que fosse alguma coisa ruim e contagiosa. Minha mãe desceu e foi se trocar. Eu fiquei na sala do primeiro andar onde tinha uma janela... Então pulei pela janela do primeiro andar... Meu “anjo” estava bem ali neste dia e eu não me machuquei. Entrei por uma porta que dava em uma sala com outras pessoas. Ali estava a minha mãe... só que eu estava nua, porque havia tirado a roupa para a seleção. Não me lembro dos detalhes, mas alguém me arrumou um casaco e nós saímos.

Quando nós entramos no ônibus alguém perguntou ao oficial:

– “Vocês não vão marcar números na gente?”.

Ele respondeu: – “Não, no campo vocês vão morrer logo, não vale a pena a gente perder uma noite para marcar vocês”.

De Auschwitz para Bergen-Belsen

Demoramos três dias dentro de um vagão de ferro onde não tinha comida, não tinha onde sentar. Chegamos num campo que se chamava Bergen-Belsen. Lá a situação era trágica: não havia roupa e já estava ficando frio, porque em novembro já era, quase inverno e não tinha comida. Desde o começo era muito ruim...! Certa hora eles nós transferiram de um barraco para o outro, não sei por quê, nem que diferença fazia.

Permanência no campo de Bergen-Belsen

Quando fomos transferidas para o último barraco, encontramos uma amiga da minha mãe, de Cracóvia: Grete. Em cada barracão tinha um *kapo*, e elas escolhiam alguém para auxiliá-las. Grete foi escolhida, pois falava muito bem alemão, um dos motivos que a levaram a fazer trabalhos como secretária. Ela nós ajudou muito... Só não podia dar comida, mas quando tinha que escolher alguém pra ajudar na cozinha ela sempre me empurrava. Eu colocava dentro do forro do casaco um pedaço de alguma verdura para a minha mãe, mas isso infelizmente não a salvou, mas talvez prolongou um pouquinho sua vida.

Sobreviver no campo. Era muito difícil. Uma vez eles pegavam jovens para ajudar em diversos trabalhos. Não eram serviços pesados: devíamos pegar cobertores e carregar de um lugar para o outro. Eu percebi que dava para tirar a lã e fazer meias e luvas e, desta forma, trocar por pão. Então eu fiz agulhas com um pedaço de madeira.. E tricotei meias... Alí havia muitas mulheres da Grécia que não estavam acostumadas com o frio. E se espalhou pelo barracão que eu estava trocando meias por um pedaço de pão... !

Falecimento da mãe e libertação do campo de Bergen Belsen

Nós ficamos em Bergen-Belsen até terminar a guerra em maio de 1945 quando fomos “libertadas”, entre aspas, em 15 de abril. Foi uma coisa muito trágica pra nós: fomos libertadas pelos ingleses, todos os prisioneiros do campo estavam doente com tifo. Eles tinham horror de entrar no campo naquela situação e também não estavam preparados para encontrar gente viva. Eles sabiam da situação, mas não estavam preparados.

Lá no campo encontraram um depósito de pão, depois descobriram que estavam envenenados. Eles tinham feijão e carne de porco enlatada que distribuíram entre os sobreviventes do campo. Isso foi uma tragédia, porque quem está tanto tempo com fome, depois de uma comida pesada como aquela passa muito mal. Por isso falo que eles não estavam preparados!

Foi nesta ocasião, um pouco antes da libertação que a minha mãe faleceu. Ela estava muito fraca. Vi que os ingleses já estavam esvaziando o campo mas eu não queria ir, não via sentido em nada. Eu fiquei no barracão, em um beliche de três andares, lá em cima. Foi quando passou uma senhora que eu conhecia ela do campo. E disse: – “Desce porque eu vou te levar pra Celle”.

Eu não queria ir de jeito nenhum, daí ela me convenceu. Assim fomos levados para lá, era uma cidade próxima. Para sair de Belsen era necessário passar por banhos de desinfecção, recebíamos roupas, porque a nossa era um trapo. Quantos anos eu tinha? Acho que dezessete.

Cotidiano no campo de refugiados de Celle

No ônibus ou caminhão não me lembro... fiz amizade com uma senhora que estava com as suas filhas. Elas eram de uma cidade polonesa e me adotaram porque eu estava sozinha. A cidade de Celle era muito bonita, mas não tinha nada. Então pegamos os armários, viramos ao contrário e fizemos camas, sem colchão mesmo. Depois de passar por uma guerra a gente aprendeu a se virar!

No segundo dia, minha amiga Grete apareceu. Ela já estava bem, mas eu estava muito mal, fraca e magra. E ela me falou:

– “Estou aqui como tradutora!, - pois falava inglês muito bem. Disse que era para passar no quarto dela e pegar um prato de sopa. No outro dia ela me disse que haveria uma distribuição de roupas. Eu usava sempre o mesmo casaco. Foi quando eu consegui pegar uma calça e uma camisa masculina. Era melhor que nada!

A vida após a libertação

Depois de mais de um mês, eu não sei o tempo exato, apareceu no campo um rabino inglês. E disse que havia possibilidade de nós levar para a Palestina. Ora, se tem um lugar que eu nunca quis ir era para lá ! Mas era muito melhor do que ficar nesse campo onde não tinha comida; e o pouco que tinha era graças a Grete.

O tempo depois da guerra era muito difícil, pelo menos pra mim: não havia nenhuma perspectiva de fazer alguma coisa na vida. Voltar pra Polônia não era possível, porque naquela época já era o regime comunista. E para onde eu vou? Para Palestina... tanto faz!

Sáímos em caminhões que levavam, mais ou menos, noventa pessoas. Partimos rumo ao Sul. O rabino deixou todos na frente de barracões que eram, na verdade, grandes estábulos. Depois de algumas horas, apareceu um grupo de jovens poloneses, que foram prisioneiros dos alemães. Eles eram obrigados a trabalhar nas fazendas cuidando do gado... trabalho escravo. Nos finais de semana eles estavam livres. Quando eles apareceram, me assustei muito. Não podia confiar em qualquer

estranho.

Eles perguntaram sobre a gente e ofereceram ajuda. Conseguiram camas, cobertores e travesseiros que pegaram em um alojamento abandonado dos alemães. Isso melhorou a nossa situação, pois agora, pelo menos, estávamos em uma cama.

Passaram-se alguns dias e, quando eu estava sentada na frente do nosso alojamento passou um carro com o símbolo do exército polonês. Saiu um senhor, que se chamava Liebeskind, me lembro muito bem ! Ele estava procurando pela esposa, mas eu não a conhecia, então não pude ajudar. Acho que ele se comoveu com a minha situação e perguntou o que eu precisava para melhorar um pouquinho a vida. Eu disse:

– Preciso de uma escova de dente.

No dia seguinte ele trouxe a escova de dente e um pedaço de pão branco. Se despediu e disse que voltava no dia seguinte. Então, quando ele voltou, disse que gostaria de me levar onde trabalhavam duas moças polonesas que queriam me conhecer. Mesmo sendo arriscado, porque era um oficial do exército e podia ser punido, ele me levou. Quando nós chegamos naquela cantina, as moças olharam pra mim e começaram chorar...; mas elas eram muito espertas. Em polonês se diz “juízo camponês”. Elas me deram um pedaço de pão e um café com leite, comi e fiquei conversando com elas. Depois de duas horas me deram novamente um pedaço de pão e um café com leite. E uma delas disse:

– “Você sabe que não pode comer muito de uma vez. Deve comer a cada duas horas alguma coisinha!”.

O senhor Liebeskind me levou de volta, quando se despediu disse:

– “Eu quero que você venha amanhã e vai trabalhar pra nós.”

Eu ri. Não tinha condição de ir, pois aquele lugar ficava uns quatro ou cinco quilômetros do campo para a cidade. Ele me respondeu:

– “Faça uma força!”.

Decidi ir: levantei às cinco horas e caminhei os cinco quilômetros. No meio do caminho eu parava, descansava. Mas cheguei. Lá as meninas polonesas me serviram um pedaço de pão com café com leite. E falaram:

– “Nos primeiros dias você só vai comer isso”.

E comecei a trabalhar: lavava a louça e descansava às vezes, pois estava muito fraca ainda. Com o tempo eu não levava mais cinco horas pra chegar lá. E elas começaram a me dar outros tipos de comida, um pedaço de ovo... um bolinho mais doce; assim salvaram a minha vida. Nesse tempo se espalhou que havia uma menina judia que veio do campo e que esta muito magra, muito e precisando

das coisas.

Os amigos dessas duas moças faziam excursões nas fazendas dos alemães e traziam bacon, salsicha, ovos. Diziam: – “Isso é tudo pra você, menina, isso é tudo pra você, lanka!” Explico: Janina é em português e em polonês é lanka.

Até que dia apareceu o rabino e propôs a nossa saída para a Palestina. Eu estava decidida a não ir. Claro que isso foi loucura pura, porque eu não tinha dinheiro, roupa, nada! Então me arrumaram um quartinho na cantina, onde só cabia a cama mesmo.

Um dia, o senhor Liebeskind apareceu e comunicou que eles iam mudar para uma vila, e que eu não poderia ir porque era área militar. Iriam apenas as duas moças que já estavam registradas. Bom, foi desespero puro, porque eu estava em um país que mal falava a língua... e não tinha nada. Um dia eu estava pondo as mesas e apareceu meu pai...

Reencontro com pai

Meu pai, como eu disse antes, havia sido feito prisioneiro de guerra e estava sediado numa cidade perto da Bavária. Naquela noite todos se reuniram na cantina. E meu pai disse assim: – “Vamos conversar... você está doente?”.

Ele cursou sete semestres de medicina em [1918], mas largou o curso porque o pai dele faleceu e teve que assumir a firma da família.

17 - Jacob Landau e sua filha Janina Schlesinger.
c. 1945-6. Acervo da entrevistada/SP

Como ele me achou? Bem, ele recebeu uma carta de outro deslocado de guerra. Nós achamos que era aquela senhora com as duas filhas, que me “adotou”, pois eu deixei com ela o endereço do meu pai. Depois que ele recebeu a carta, saiu à minha procura. De lá fomos para Murnau, e fiquei em um quarto com mais duas senhoras esposas dos oficiais poloneses. Ele me levou ao médico, e uma moça que era secretária, olhou para mim e falou:

– Porque você no pleno verão está vestida assim”? Eu disse que não tinha outra roupa.

O médico me examinou, e diagnosticou algo no coração. Fiz exames de sangue e voltei depois de uma semana. O resultado final foi:

– “Você tem miocardites e está subnutrida”.

Ele me deu um remédio e recomendou que eu tinha que ficar seis semanas de cama. Mas agora eu tinha todos os amigos do papai... eles me paparicavam. No retorno com o médico, tinha um pacote para mim, que a secretária havia deixado. No pacote havia um vestido, uma combinação, uma blusa... Eu achei tão bonito...! Quando eu voltei, umas duas ou três vezes lá, ela nunca estava... acho que ela não queria que a gente agradecesse.

Encontro com Hugo Schlesinger

Seis semanas se passaram. Foi então que eu vi um carro com o símbolo da Itália chegando, quando apareceu... perto de mim, Hugo Schlesinger, meu futuro noivo. Ele estava procurando por sua irmã, Greta. Eu apresentei Hugo para o meu pai. Ele me chamou para passear... Naquela região da Bavária tinha lindo lagos. Retornou para a Itália e, de lá, começou a me escrever cartas. Dizia que na Alemanha eu não teria futuro e me convidou para ir para a Itália.

A vida na Itália e a união com Hugo

Meu pai não queria ir. Ele faleceu em 1949 e nunca quis sair de lá [da Alemanha]. Dizia que era muito velho para aprender outro idioma. Mas, eu consegui todos os papéis, e fui. Naquela época eu já tinha um vestido, duas calcinhas...! Fiz um embrulho bonitinho, e me despedi do meu pai, pensando que iria revê-lo em breve.

Quando cheguei na cidade de Predappio, cidade onde nasceu Mussolini, eu já tinha uma carta de Hugo, dizendo que se houvesse algum desencontro que eu deveria procurar, o senhor Gursky, polonês. Hugo estava em Roma, e de fato, precisei de ajuda...! Então, o senhor Gursky me alugou um quarto. Três dias depois encontrei-me com Hugo e passamos a noite inteira conversando. Quando eu contei a minha história, ele disse:

– “Agora, durante dez anos não se fala disso...! Você saiu viva, está relativamente bem”.

Durante dez anos não falei de guerra, campos, nada. Bom... então começou a minha vida com Hugo. Ele morava na casa dele e eu, logicamente, na minha. Eu não tinha nada. Hugo ajudou-me a conseguir um emprego. Ele foi falar com o rabino-chefe do exército polonês, que se chamava Dr. Rubner, pois eram amigos e nasceram na mesma cidade. Então ele me contratou. Mas para aceitar alguém no exército, com todos os direitos, eu tinha que fazer primeiro um curso e depois um estágio. E deu certo: eu tinha roupa, uniforme, tudo bonitinho. Fiz um estágio de umas seis semanas e conheci um monte de gente muito simpática.

Em abril de 1946, casei-me com o Hugo. Ele entrou na minha vida definitivamente. O senhor Rubner conduziu nosso casamento, na sinagoga de Ancona. Era a primeira vez, que era aberta depois da guerra.

Eu e o Hugo nos conhecíamos desde criança. Depois ele estudou em Cracóvia, mas eu sempre o evitava porque ele tinha cabelo vermelho. Hoje eu adoro [cabelos vermelhos]. Meu neto tem.

18- Carteira de Estudante de Janina Landau, da Universidade de Firenze Faculdade de Letras e Filosofia. Acervo da entrevistada/SP

Imigração para o Brasil

Hugo nunca quis ir para Inglaterra. Eu não suporto os ingleses, pelas besteiras que eles fizeram no campo, depois na África do Sul e na Palestina. Eu sei que o tempo não era fácil para eles... Mas eles são muito frios.... nunca queríamos ir para lá [Inglaterra]. Por que o Brasil?

Nós fomos para Florença, porque eu me inscrevi na Universidade de Florença e lá aconteceu o nosso primeiro encontro com os brasileiros. Eram muito simpático, maravilhosos. Hugo teve a ideia de

ir ao consulado brasileiro, e teve uma resposta positiva para obter vistos. Mas eu não poderia obter este visto, pois não davam para mulheres. Mas um amigo de Hugo conseguiu o nosso visto.

Começamos os preparativos. Procuramos saber como era Brasil, que língua que se fala. E entramos aqui e adoramos. Nós chegamos na cidade do Rio de Janeiro em dezembro de 1946. Ficamos uns cinco dias por conta da UNRRA⁸⁶ e depois viemos pra São Paulo. Foi muito difícil! Não tínhamos dinheiro, onde cair morto, nada! Mas Hugo conseguiu logo um emprego em uma fábrica. Eu fui trabalhar em um laboratório: naquela época se usava vidros, para xarope: se chamava *Vidmar do Brasil*. E assim nós começamos a vida.

O recomeço na cidade de São Paulo

Aqui em São Paulo fizemos amigos. Depois, nós saímos de onde a gente morava, até chegar na Avenida Duque de Caxias, no centro da cidade. Eu consegui um emprego maravilhoso! Foi quando eu abri o jornal e li que a *Livraria Kosmos* precisava de uma vendedora. Hoje não é mais famosa, mas naquela época era. Ficava na Rua Marcone. Eu fui lá e falei com Stefan, que naquela época era o dono. Conversamos em português, e ele me perguntou quantas línguas eu falava. Disse que eu falava bem italiano, um pouco alemão e polonês. Trabalhei lá um ano e meio na *Kosmos*. Apreendi muito. Depois alugamos uma casa no bairro da Pompéia e Hugo foi transferido do trabalho. Já tínhamos dois filhos naquela época: Ricardo e o Cláudio. Nos mudamos para Avenida Rebouças e, mais tarde, nos anos 60, fomos para o bairro do Pacaembu, onde compramos uma casa. Moramos há 36 anos nesta casa.

Hugo trabalhava em uma empresa que construía cinemas, a primeira sala que ele construiu foi na Rua Conselheiro Nebias. Ele entrou para a Sociedade Brasileira de Comédia que pertencia ao Teatro Brasileiro de Comédia. Tínhamos amizade com a Nídia Lícia Cardoso e com o marido dela, Sérgio Cardoso. Hugo foi pioneiro no diálogo cristão-judaico, escreveu muitos livros sobre este e outros temas. Foi um homem formidável, maravilhoso, como pai, marido, avô. Eu tenho cinco netos: o mais velho é o Michel, rabino da Congregação Israelita Paulista – CIP.

⁸⁶ United Nations Relief and Rehabilitation Administration (UNRRA)

2.6 - Lola Anglister (Cracóvia – Polônia, 29 de outubro de 1925)⁸⁷

Estávamos então em liberdade, mas sem pai, sem mãe, sem tios, avós, primos, sem família e sem nada. Mas sobrevivemos. Lola Anglister, 2011.

O meu primeiro encontro com Lola Anglister, foi em sua residência em São Paulo estava acompanhada da pesquisadora Luba Schevz. Na primeira entrevista concedida ao projeto, Luba estava na companhia de outra pesquisadora do projeto, Ana Duarte. Assim o meu contato com Lola foi estabelecido pela amizade e confiança em Luba.

Entramos em contato e Lola prontamente aceitou nos receber. Ainda pelo telefone expliquei que o motivo do meu contato era lhe apresentar o resultado da primeira entrevista que havia sido concedida e que gostaria de lhe fazer algumas perguntas. Lola estava bem disposta e nos recebeu de forma simpática e acolhedora. Inicialmente lhe apresentei o resultado da primeira entrevista, ela começou a leitura do material e interrompeu para uma pausa para o café.

Ela trouxe à mesa o álbum da família, com as fotografias que sobreviveram intactas graças aos cuidados dos parentes que haviam emigrado antes do começo da guerra. Assim explicou detalhadamente quem eram as pessoas retratadas, os pais, tios, primos, todos os membros da numerosa família. O encontro com Lola, respeitou o horário do *Shabat*, saímos da sua residência um pouco antes do início da celebração, respeitada por sua família.

⁸⁷ Lola Anglister para Lilian Souza, Luba Schevz e Ana Carolina Duarte - Núcleo de História Oral. São Paulo, 01 de setembro 2011. Retorno para aprovação do texto final em maio de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo da gravação em áudio: 03 horas e 35 minutos.

19 - Lola Anglister - São Paulo, 2011.
Fotografia: Ana Carolina Duarte.

Infância, família e a vida escolar em Cracóvia

Meu nome é Lola Anglister, nasci na cidade de Cracóvia, no dia 29 de outubro de 1925. Meu pai chamava-se Yacob Rapaport, e nasceu em Dukla, na Polônia, e minha mãe Amália Luksner Rapaport. Não tenho certeza onde minha mãe nasceu, talvez em Viena, mas quando pequenos ambos foram para a Cracóvia. Somos em duas irmãs, eu e Débora, que hoje mora em Israel.

Cracóvia era uma cidade muito bonita, tive uma infância muito feliz lá. Fui educada trilingue: aprendi polonês, hebraico e alemão. Nessa mesma idade fui matriculada em uma pré-escola, um jardim de infância chamado *Tarbut*, que em hebraico significa “cultura”. Fiquei lá até entrar no primário, na escola hebraica com o nome do Professor Doutor Chaim Hilfstein, uma das pouquíssimas escolas reconhecidas oficialmente pelo governo da Polônia, o que queria dizer que, estudando nessa escola, você poderia entrar direto na faculdade. Era uma escola judaica, com professores dos melhores, judeus, e que nos educou com amor à Palestina, assim como nossos pais, que também eram sionistas. Eu não tinha amigos que não fossem judeus, porque tudo girava em torno da escola: movimento escoteiro, colônias de férias, todos pertenciam à escola.

Minha irmã se formou em ciências humanas no Liceu, pois na Polônia tínhamos seis anos de primário, quatro de ginásio e dois de Liceu. Este tinha três opções: matemática, biologia e humanas. Como ela se formou em agosto de 1939, um mês antes da guerra, não teve tempo de entrar na faculdade.

Meu avô paterno chamava-se Abraham Rapaport, era muito bonito e tinha grandes olhos azuis. Sua primeira esposa, minha avó, não conheci, mas apenas sua segunda esposa, que chamava-se Rosa Rapaport, e eu a chamava de tia. Meus avós maternos eram Shlomo Luksner e Chaia Gitel Luksner. Meu pai, junto com meu avô materno, tinha, na época em que morávamos em Cracóvia, uma loja de tecidos de cama, mesa e banho, em que importavam os produtos e vendiam apenas por atacado pra outras lojas. Meu pai era um homem muito inteligente, que havia estudado para ser rabino, e falava várias línguas, como todos nós em casa.

Nossa família tinha uma vida muito boa em Cracóvia, morávamos em um bom apartamento. Nunca sofremos antissemitismo na nossa própria pele antes da guerra. Ouvíamos falar, líamos nos jornais, sabíamos que havia lugares em que judeus eram xingados, mas nunca fomos agredidos.

Início da Segunda Guerra Mundial

Logo que estourou a guerra, faltavam dois meses para meu décimo quarto aniversário. Quando acabou, faltavam cinco para o vigésimo. Foram seis anos de guerra. Lembro-me das últimas férias que passei na colônia da escola. Eu havia caído e machucado muito minha perna, assim quando cheguei em casa com a perna muito inflamada e febre alta, não consegui atendimento médico. Então meus pais chamaram um cirurgião que veio até nossa casa. Me colocaram em cima da mesa de jantar, e minha perna foi operada. Até hoje tenho uma grande cicatriz.

Também me lembro que quando os alemães entraram na Polônia começaram as perseguições aos judeus. Eles cantavam marchando na rua, contra judeus, em alemão, palavras que ainda me lembro. Fomos proibidos de estudar, as escolas imediatamente fechadas e proibidas de aceitarem alunos judeus.

Solidariedade aos refugiados judeus alemães

Naquela época, muitos judeus fugiram da Alemanha e vieram pra Polônia. Na nossa cidade algumas famílias organizavam cozinhas comunitárias. Lembro-me da minha avó cozinhando grandes panelas de comida e eu e minha irmã levando-as para o refeitório, onde ajudávamos a servir as pessoas. Também em nossa própria casa todo dia havia alguém para comer, porque, em comparação com a situação dos judeus alemães, a nossa vida era boa, ainda morávamos em nossa casa. Mas

durou muito pouco tempo.

Confisco dos bens da família e uso da Estrela Amarela

Logo no primeiro inverno, meu pai foi chamado pra varrer a neve da rua. Depois, um quarto de nosso apartamento foi requisitado por um funcionário da polícia secreta alemã. Lembro-me de quando ele veio até nossa casa, eu acompanhei meu pai até a porta. Esse homem morou conosco durante algum tempo, e nunca nos maltratou ou nos ofendeu, mas não me lembro o que aconteceu com ele.

Saiu, então, uma ordem para os judeus, quando saíssem na rua deveriam usar uma faixa de pano com uma estrela de David. E que todos deveriam entregar os casacos de pele, ouro, prata, dinheiro, objetos de valor, e quem não entregasse e as coisas fossem achadas estaria sujeito à pena de morte. Isso foi logo no começo da guerra. Então começaram as perseguições nas ruas. As pessoas, especialmente os judeus com barbas, eram muito perseguidos. Eu vi o quanto apanharam. Eram obrigados a se ajoelhar, e jovens puxavam a barba deles, enquanto riam muito, se divertindo. Eu vi muita coisa ruim.

Gueto de Cracóvia

Foi ditada a ordem de que, para entrar no gueto de Cracóvia, era necessário uma licença. Quem não recebesse o visto era obrigado a sair da cidade. Eles não queriam judeus na cidade de Cracóvia, apenas dentro do gueto. Assim, nem todas as pessoas recebiam a licença, como minha irmã que, a despeito de nossa família ter recebido, ela não recebeu, tendo que entrar ilegalmente e escondida para morar conosco no gueto. Não sei dizer qual era o critério que usavam para dar o visto ou não às pessoas.

Meus pais acharam um apartamento no gueto e nos mudamos para lá, em 1941, junto com minha avó materna e meu avô paterno com a esposa. O apartamento tinha dois quartos, sala e cozinha, e lá vivíamos em oito pessoas. Meu avô paterno, morreu antes da guerra, em 1936 ou 1937, e teve a “sorte” de não ser tão humilhado.

No gueto, no começo, em 1941, foram formadas em alguns apartamentos aulas para que as crianças continuassem estudando. Eu participei de algumas e meu pai me dava aulas de *Tanakh*, e o namorado da minha irmã, naquela época me dava aulas de inglês no nosso apartamento. Não havia escolas, mas os pais queriam que as crianças continuassem estudando. Porém não sei se todas as crianças tinham essa oportunidade de ter aulas.

Meu avô paterno era um homem muito respeitado e admirável. Ele não aguentava toda aquela humilhação, de ser tratado pior que lixo. Ele, então, depois de alguns meses no gueto, ficou doente e

morreu. Não sei se ele tinha alguma doença. Lembro-me que passei pelo quarto em que ele estava deitado e ele me falou as últimas palavras de sua vida: – “Minha menina linda!”. Naquele mesmo dia ele faleceu.

Falecimento do seu pai

Mais ou menos quatro ou cinco meses após o falecimento de meu avô, meu pai ficou doente. Ele também não aguentava a humilhação. Mas no mesmo dia em que ele ficou mal, ele ainda foi com minha mãe visitar uma vizinha no prédio. A filha da vizinha estava com um vestido, e me lembro de meus pais entrando em casa e ele disse: – “Quando essa guerra acabar eu vou mandar fazer um vestido pra Dora desse tecido.” E na mesma noite, ele faleceu.

Violência no Gueto de Cracóvia

No gueto as pessoas saíam na rua e não voltavam mais. Não tínhamos contato com o exterior, não sabíamos se estávamos ganhando ou perdendo a guerra. Não sabíamos exatamente nada. As pessoas só apanhavam, morriam de fome, não havia comida suficiente, nem atendimento médico. Eu me lembro até hoje que, um dia, a polícia veio ao nosso prédio fazer controle, e uma senhora saiu de seu apartamento. Ela se chamava Neufeld, e foi morta na escada do prédio. Ainda vejo a imagem dela estirada na escada.

As pessoas na rua eram pegadas, mas nós não sabíamos ainda dos campos de concentração. Falava-se que eram campos de trabalho. Mas também não sabíamos onde eram, pois não chegava correio, nada. Mesmo assim, um dia recebi uma carta da minha melhor amiga, que foi obrigada a deixar a cidade de Cracóvia, pois sua família não havia recebido visto para morar no gueto. Ela me escreveu que estava tentando ir para o gueto de Cracóvia. Receber uma carta no gueto era quase impossível! Mas se passaram uma ou duas semanas, e não recebi mais nada. Depois soube que ela foi morta, tinha apenas quinze anos!

O gueto continuava com várias ações contra os judeus, com pessoas sendo mortas nas ruas ou levadas embora. Nós perdíamos totalmente a noção. Os alemães, então diminuíram o território do gueto. O prédio que nós morávamos ficava na fronteira entre o gueto e a cidade, e nós fomos obrigados a sair. Não havia apartamentos livres no gueto, e nós fomos morar com a irmã da minha mãe, que estava com o marido, dois filhos pequenos, a sogra e o cunhado. Já eram sete pessoas, em um apartamento de dois quartos. Ainda éramos quatro, minha mãe, eu, minha irmã e minha avó. Ficamos, então, em onze pessoas no apartamento.

Últimos momentos com a mãe

Mas no dia 28 de outubro o prédio ficou cheio de oficiais *Gestapo* com cachorros enormes, e berravam: – “Todo mundo pra fora, já!”.

Nós saímos minha irmã, eu, minha mãe, minha tia com o marido e os filhos, e levamos algumas roupas. Não me lembro se minha avó foi conosco ou se ficou no apartamento. Minha irmã diz que ela foi conosco, mas não me lembro disso. E então fomos separadas.

Nesse mesmo dia fui levada para realizar trabalhos forçados no aeroporto militar de Cracóvia, e minha irmã foi levada para morar no lugar onde trabalhou. E a mamãe, com o resto da família, foi levada de trem para campo de extermínio de Belzec ou Treblinka. Toda a família foi direto do gueto para o crematório. Nunca mais vi minha mãe, e sequer pude me despedir dela, porque não deixaram ao menos nos despedirmos.

Trabalhos forçados

Fiquei cerca de um ano no aeroporto. Lá não faltava comida e éramos muito bem tratadas pelos aeroviários, que nunca nos ofenderam, inclusive pelos pilotos, que eram alemães. Morávamos separadas em dois blocos, um de meninas e outro de rapazes. O nosso bloco tinha três quartos com seis beliches. Eu dormia no beliche de cima. Quando chegamos ao aeroporto fomos recebidas por dois alemães que eram os responsáveis. O primeiro deles chamava-se Clemens, e era um oficial graduado. Ele nos falou para não nos preocuparmos que eles cuidariam de nós. O outro alemão, que era inspetor, falou algo que nunca esquecerei:

– “Contei para minha esposa sobre vocês, e ela falou o seguinte: ‘lembre-se que você também tem filhos e pode chegar um dia que você vai ter que responder não somente pra Deus, mas também pra pessoas que vão sobreviver’”.

Lembro-me também de um piloto alemão que, parou na frente da foto do Hitler e falou:

– “Você, desgraçado, está desgraçando não somente o mundo, mas a Alemanha também.” Ele disse isso na minha frente, mas nunca teria falado na frente de outro alemão, porque seria morto na hora ou recebido alguma queixa.

Deportação para o campo de concentração de Plaszow

Fomos levadas pra Plaszow, que era um campo de concentração, em um subúrbio de Cracóvia. Foi construído em cima do cemitério judaico em que meu pai e meu avô estavam enterrados. Logo na entrada, encontrei um colega com o qual estudei desde o primário. Ele me perguntou de onde vínhamos, e contei para ele das cenas de violência que tinha visto. Ele falou:

– “Vá se acostumando que aqui isso acontece a cada cinco minutos. E nós vamos pra

Auschwitz, de lá ninguém volta vivo”.

Em Plaszow, então, passamos por uma seleção pra sermos distribuídos para vários trabalhos. Como eu ainda era forte, pois no aeroporto havia comida. Eu fui selecionada para trabalhar na pedreira. Fui obrigada a quebrar pedras, colocá-las no carrinho e levá-las para onde eles mandavam. Às quatro horas da manhã éramos chamadas e verificadas. Trabalhei lá durante dois meses.

Antes do trabalho, ainda de madrugada os oficiais realizavam uma contagem das prisioneiras um dia veio um e contou até a quinta pessoa, e matou as cinco. No outro dia as pessoas não queriam ser o número cinco. Mas eles contaram até a terceira e mataram. Era assim, eles matavam quantos queriam aleatoriamente.

Mas nesse campo eu me reencontrei com minha irmã, e desde então ficamos juntas. Fomos selecionadas para o trabalho na fábrica, que se chamava Kabel, ficamos lá por pouco tempo, cerca de quatro ou cinco meses e depois voltamos para o campo de Plaszow.

Atrocidades testemunhadas

Em Plaszow, em março de 1943, todas as crianças foram arrancadas dos braços dos pais, foram postas em caminhões e levadas para extermínio. Não havia já muita gente no campo, e cada vez mais diminuía. Todo dia as pessoas morriam, pois não havia comida suficiente, o trabalho era muito pesado.

Certo dia, depois de voltar da fábrica pra *Plaszow*, todos foram chamados para uma seleção. Dois rapazes foram pegos e enforcados na frente de todos. E depois nos mandaram voltar pra onde estávamos dormindo. Alguns dias depois fomos chamados novamente. O chefe da polícia judaica, que era responsável pelo campo, também foi chamado, junto com seu ajudante, sua esposa e mais um integrante da administração do campo. E foram assassinados.

Deportação para Auschwitz-Birkenau

Alguns dias depois dessa seleção, começou a liquidação do campo de Plaszow. Fomos, então, levados pra estação de trem e deportados para Auschwitz. Não fomos nos vagões de passageiros, mas nos vagões fechados, de transportar gado, que ficaram superlotados. E a minha irmã foi comigo.

Chegamos, então, no campo de extermínio de Birkenau, onde, se não me engano, fomos cuidadas por meninas eslovacas. Todos tiveram que se apresentar para a seleção. Uma parte das meninas recebeu tatuagem e a outra parte foi posta de lado. Depois soubemos que a parte colocada de lado foram para o bordel, servir os soldados alemães, e as outras meninas foram mandadas para o laboratório do Mengele. Eu fui tatuada com o número A26505, que somados todos os algarismos dá o

número 18, mesmo valor da palavra *chai*, em hebraico, que simboliza ‘vida’ para os judeus. Minha irmã foi tatuada com o número A26504. E ela me disse:

– “Lola, você vai sobreviver porque tem o número *chai*, 18”.

20 - “Nazi-tatuagem” de Lola Anglister. A-26505.
São Paulo, 2011. Fotografia: Ana Carolina Duarte.

Em Auschwitz, nosso grupo foi mandado para uma seção... um prédio com quartos e beliches. Lá nós recebemos roupas e começamos a trabalhar, e eu, como ainda era forte, fui obrigada a serrar madeira, cortar em pedaços, colocar em carrinhos e puxava-os até o lugar determinado. Eu me lembro que voavam aviões por cima do campo, e nós pedíamos pelo amor de Deus que não jogassem bomba em nós. Mas não sabíamos que naquela época os alemães já tinham perdido a guerra, não tínhamos nenhuma informação. Isso já era no ano de 1945.

Mas ainda no final do ano de 1944, nós fomos chamadas para o crematório. Ficamos paradas em frente da porta e tínhamos certeza de que seriam os nossos últimos momentos. Ficamos lá esperando por horas, até que chegou ordem para voltarmos. Não sabíamos o que havia acontecido, mas soubemos depois que o crematório estava superlotado, por isso fomos mandadas de volta.

Marcha da Morte para Ravensbrück

No dia 18 de janeiro de 1945 aconteceu a chamada Marcha da Morte. Fomos todas obrigadas a fazer fileiras de cinco pessoas, acompanhadas dos dois lados por soldados da Gestapo com armas e com cachorros. Estava muito frio! E andamos sete dias e sete noites. Quem tropeçava ou parava para descansar era morto na hora. Não me lembro se comíamos ou não, se nos lavávamos, como eram as noites... E então chegamos ao campo de Ravensbrück, na Alemanha. Quando chegamos o portão estava fechado e não nos deixaram entrar. Quando abriram pela manhã entramos em uma enorme

tenda, superlotada de mulheres, que quando minha irmã sentava para descansar eu precisava ficar de pé, já que não havia espaço. Nesse campo passamos novamente por uma seleção, e de novo eu e minha irmã fomos selecionadas. Ficamos lá por dois ou três dias, e levaram-nos para um trem normal, diferente dos de antes.

Deportação para o subcampo de Malchow

E fomos levadas para outro campo, de Malchow, era pequeno. O campo ficava na Alemanha, tinha cerca de trezentas mulheres, e dormíamos em beliches. Logo que chegamos fomos distribuídas para os trabalhos. Minha irmã e parte do grupo foi escolhida pra trabalhar na fábrica de munição, que ficava a cerca de cinco quilômetros do campo, debaixo da terra, aonde se chegava através do bosque. Eu e outras meninas fomos escolhidas pra limpar a latrina e o esgoto que havia dentro do campo. Por duas ou três semanas trabalhamos lá. Até que a responsável pelo trabalho mudou a minha função e eu fui para fábrica de munição. Isso durou até meados de abril de [19]45 quando em frente aos portões do campo apareceu uma ambulância da Cruz Vermelha Internacional.

Libertação e transferência para a recuperação na Suécia

E chegou o responsável com uma lista, com as duas últimas chamadas para subir no carro. Fomos minha irmã e eu. Quando estávamos saindo pelos portões uma moça falou:

– “Vocês são felizes. Vocês estão saindo pra liberdade. Vão poder usar sapato de salto alto. Eu gostaria muito de poder ir com vocês”, mas ela deveria ser chamada depois.

Nós subimos na ambulância com as enfermeiras com o uniforme da Cruz Vermelha. Nossa ambulância começou a andar seguindo o comboio de caminhões. E no caminho para a liberdade havia bombardeiros. O nosso comboio não foi atingido, mas outros comboios foram.

Chegamos então em Copenhague, na Dinamarca. Fomos recebidas muito bem, com muito pão, leite e queijo. Estávamos mortas de fome, eu pesando menos de quarenta quilos. Fomos atendidas por médicos e enfermeiras, e lá dormimos uma noite, no dia seguinte depois do café da manhã fomos de navio para a cidade de Lund na Suécia. Lá passamos por exames médicos. Lavaram e cortaram nossos cabelos. Conseguimos roupas novas e fiquei três meses em recuperação.

Estávamos então em liberdade, mas sem pai, sem mãe, sem tios, avós, primos, sem família e sem nada. Mas sobrevivemos! Como tivemos uma educação sionista desde pequenas, minha irmã e eu nos juntamos a um grupo de jovens na Suécia, jovens da Alemanha fugidos pra Dinamarca, que também queriam ir pra Israel. Ficamos trabalhando na Suécia e nos preparando com esse grupo para imigrar para Israel. E, em 1946, fomos avisadas que iríamos para lá. Fomos, então, levados para o

aeroporto, e pegamos um avião até a Bélgica. Viajamos ilegalmente, pois não tínhamos nenhum documento, não tínhamos nada.

Imigração para Israel

Estávamos ilegalmente na Bélgica. Ficamos em um lugar afastado de Bruxelas, em mais ou menos cinquenta pessoas, pois havia conosco um grupo de jovens sobreviventes na Rússia. Continuamos aí por vários meses, tendo aulas de hebraico, de defesa pessoal, talvez pela Sochnut.

Até o momento de partir. Fomos de navio cargueiro, que havia sido modificado com a instalação de beliches. O navio seguia viagem durante o dia. Era muito perigoso porque a Palestina estava como um protetorado inglês, havia patrulha e os ingleses nos avistaram. Nosso navio navegava com bandeira panamenha, se não me engano, e se chamava Theodor Herzl. Quando estávamos perto de Haifa fomos pegos. Seis navios ingleses nos cercaram e atiravam, e nós não tínhamos armas, apenas latas de comida! Houve feridos.

Em Haifa fomos desembarcados e revistados. Nesse mesmo dia a tarde chegou ao porto um navio inglês de guerra, e fomos levados para o Chipre. E ficamos lá em um campo enorme de refugiados. Estávamos no campo de número 48. Já éramos livres, porém não podíamos sair do campo. Fizemos cursos de hebraico, matemática e dança. Até Golda Meier foi nos visitar, assim como vários dignitários de Israel. E já sabíamos que de lá iríamos para Israel, era uma questão de tempo.

Ficamos nesse campo cerca de um ano. No final de 1947 fomos pra Israel, com ordem oficial. Fui para um *kibutz*, mas logo saí e fui para a casa de uma tia que também era sobrevivente.

Lembro-me que quando cheguei em Israel ouvi no rádio o Ben Gurion declarando a independência de Israel, no ano de 1948. Festejamos a noite toda pelas ruas de Tel Aviv. Era o fim simbólico do sofrimento.

Recomeço em Israel

Em Israel me reencontrei com um amigo que conheci antes da guerra, quando tinha cerca de 14 anos. Nós namoramos e nos casamos em Israel. Ele, meu marido, Moshe Anglistter, na época servia ao exército de Israel. Em 1950 nasceu minha primeira filha. Logo que ela começou a andar, percebi que ela mancava. Como era ano de guerra não havia médicos especialistas. Mas naquela época ocorreu um encontro internacional de médicos em Tel Aviv. Fomos até lá procurar um ortopedista, mas o tratamento não deu certo. Não achávamos um médico experiente em Israel.

Nessa época, recebi uma herança de um tio, e tivemos dinheiro para buscar um tratamento para nossa filha. Decidimos ir pra Paris, e depois com a ajuda do presidente da Federação Israelita da

Alemanha, eles marcaram uma consulta para nossa filha com o melhor ortopedista da Alemanha. Viajamos para Munique, e lá ela foi operada. Não tínhamos mais dinheiro suficiente e meu marido não tinha mais profissão. A única irmã dele que havia sobrevivido já morava aqui em São Paulo. Eles eram em sete irmãos, mas apenas sobreviveram meu marido e essa irmã. Então, nesse caminho todo para ajudar minha filha, chegamos ao Brasil.

Imigração para o Brasil

Vimos de navio, saindo de Marselha, com passaporte israelense. Chegamos no dia 25 de janeiro de 1954, quando São Paulo fazia 400 anos, e Vargas ainda estava vivo. No início morei na casa da minha cunhada. E depois alugamos um apartamento no Bom Retiro.

Nunca achei que se sobrevivesse viveria em outro lugar que não Israel, e hoje tenho uma família formada aqui no Brasil, um filho e uma filha, três netos e duas bisnetas lindas. Sempre viajo para Israel, mas amo muito o Brasil, o país que me devolveu a minha identidade.

Tive uma infância muito boa na Polônia. Não senti na pele, até a guerra, o antissemitismo. Mas guardo mágoas do lugar que nasci, porque os poloneses não reagiram ao nazismo, não nos ajudaram.

Para mim, o Holocausto foi uma época que nos pegou de surpresa. As pessoas desapareciam nas ruas, as crianças eram mortas. Você não tinha certeza se você ou seus parentes e amigos voltariam para casa. Tudo foi muito marcante no Holocausto, mas uma imagem me marcou muito após a guerra: nós, que tínhamos sido tratados como lixo, não tínhamos mais nada, nem éramos ninguém, fomos atendidas no navio rumo à Suécia por garçons vestidos de gala e luvas brancas, algo inconcebível depois de tanta humilhação por que passamos.

Acho muito importante contarmos essa história. Hoje sou naturalizada brasileira. Escrevo um livro de memórias e tenho um álbum com fotos que quero deixar para meus filhos.

2. 7 - Lise Forell (Brno, 12 de abril de 1924)⁸⁸

Eu paguei tudo que se pode pagar pela minha liberdade. Ela é sagrada. Lise Forell, 2010.

A entrevista concedida pela artista plástica Lise Forell, foi realizada em sua residência na zona sul da cidade de São Paulo. No mesmo endereço Lise mantém seu ateliê, espaço para as aulas de pintura e a sua coleção de orquídeas.

Lise nasceu em 12 de abril de 1924 na cidade de Brno, na Tchecoslováquia, filha de uma tradicional família judaica, tem orgulho de ser judia, apesar de não praticante, acredita que mais que uma religião o judaísmo une um povo que sofreu no percurso da história.

A ideia da entrevista surgiu a partir de uma prosa com um colega de faculdade David, neto de Lise, que contou rapidamente a história da avó artista plástica, assim como me encaminhou o endereço do blog com uma pequena biografia da avó. A história de Lise Forell impressiona a medida que seu posicionamento ideológico é ilustrado no rigor dos traços dos pincéis. A artista representa em suas obras os cenários brasileiros e o estilo político, metafórico e caricatural das trajetórias daqueles que tiveram suas histórias alteradas por homens fanáticos e cegos pelo ódio racial.

21 - Lise Forell em sua residência ao lado da pintura *Europe Post-Guerra* (Nanquim sobre papel. 50x75 cm, 1957) Foto: Lilian Souza /SP

⁸⁸ Lise Forell para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 12 de maio de 2010. Retorno para aprovação do texto final em julho de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 55 minutos.

Lembranças de Brno

Eu me chamo Lise Forell que é meu nome de solteira. Lisebeth Lowe é meu nome oficial, de casada, que está no passaporte. Nasci em 12 de abril 1924... Em Brno na Tchecoslováquia. De uma família burguesa judia, filha única com todo o peso que isso dá ... com a minha família toda querendo que eu estudasse de tudo, que eu fosse a melhor em tudo.

Nossa cidade Brno, era linda. De vários estilos arquitetônicos combinados. Eu adorava porque todas as minhas primeiras lembranças são de lá, isso marca a gente fortemente. Falo alemão, theco razoavelmente bem, inglês e francês eu tive que aprender.

Quanto ao antissemitismo, eu não senti muito por parte dos tchecos, eu senti o alemão na pele, as minhas colegas não falaram e não andaram mais comigo.

Desde os seis anos de idade eu estudava em uma escola alemã, porque os judeus de Brno, eram muito *deutsche kultur*, queriam que os filhos ficassem na linha da cultura e língua alemã. Isso foi um erro porque quando houve a ocupação dos nazistas da Tchecoslováquia, os judeus foram expulsos das escolas alemãs, evidentemente todos tiveram que sair. Era a “purificação” das escolas. E fomos para a escola theca era a única opção, lá fomos mal recebidos e rejeitados.

Minha família ficou preocupada com a situação. Meus pais, Otto e Greta, não eram religiosos já eram bastante assimilados. Eles não queriam que eu me envolvesse, mas entrei em um movimento sionista, o *Macabi*, obviamente fiquei sionista da esquerda, o que nos unia contra as perseguições.

Academia de Belas Artes de Antuérpia

Nesse período eu fazia aulas de pintura com o conceituado pintor Gustav Böhm, era a única criança no grupo dos adultos, me saia muito bem. Mas a preocupação de meus pais, depois da ocupação alemã, fez com que eles me mandassem para Bélgica, onde morava meus avós maternos e meu tio Karl, irmão da minha mãe .

Quando cheguei consegui fazer a matricula na Academia de Belas Artes da Antuérpia, cuja fama era a de ser a melhor da Europa. Estudei pintura, passei nos exames de ingresso e comecei o curso a partir do terceiro ano da academia. Fazíamos aulas com modelo vivo, minha avó nem podia sonhar que eu pudesse estar encarando homens nus, naquela época ainda se amarrava um lençinho no dito cujo, que era muito mais pornográfico que o cara pelado mesmo.

Cotidiano alterado pela guerra

Fiquei doente, houve um surto de escarlatina e fui internada em um hospital para doenças contagiosas. Meu tio avisou aos meus pais sobre o meu estado de saúde. Ele conseguiu os laudos

médicos e mandou para minha mãe. Nos laudos informavam o meu precário estado de saúde. Com estes documentos eles conseguiram sair da Tchecoslováquia para me visitar. Mal sabiam eles que era a despedida definitiva! Eles só levaram dez marcos e as alianças. Quando os meus pais chegaram e me viram se assustaram, mas logo me recuperei e a preocupação da família foi com a iminência da guerra.

De fato a partir de 1939, as tropas nazistas começaram a entrar na Bélgica. Então meu pai, meu tio e meus avós decidiram fugir em um carro, nós juntamos as intermináveis filas nas estradas. Presenciamos bombardeios, passamos frio e fome, foi complicado... Quando chegamos na fronteira entre a França e a Espanha, o governo Franquista não aceitou a entrada de uma família judia, então seguimos para o sul, em Marselha.

Visto para o Brasil

Ficamos em uma pensão, meu pai e meu tio partiram para a peregrinação em busca de vistos. Meu pai graças a Deus conseguiu um visto brasileiro. A gente não tinha a mínima ideia de como era o Brasil, mas escolhemos porque era o visto mais barato na época. Nosso visto foi liberado por Souza Dantas.⁸⁹ Qualquer visto era difícil. Ele se desdobrou. Por isso salvou muitas vidas.

Navio Alsina e o Campo de Refugiados no Marrocos

Em dezembro de 1940, do Porto de Marselha embarcamos no navio francês Alsina, nessa viagem fomos eu meus pais, meus avós maternos e a família do meu tio Karl. Chegamos e ancoramos no porto de Dakar[Senegal] só depois soubemos que fomos detidos porque havia um contrabando no navio. Ficamos sete meses confinados, na prisão flutuante, descíamos do navio para ir ao porto, fizemos amizades... O nervosismo era muito grande, obviamente o capitão do navio evitava dar explicações. Quando finalmente o navio zarpa percebemos que estava voltando e ancorou em Casablanca, no Marrocos lá nos desembarcaram sem grandes explicações. De lá nos empurraram

⁸⁹ Luiz Martins de Souza Dantas(1876- 1954). Diplomado em Direito, ocupou diversos cargos públicos em diferentes países da Europa. No ano de 1922 foi nomeado embaixador do Brasil na França, cargo que ocupou até 1944. As exigências de uma série de documentos, certidões, além de Circulares Secretas, visavam propositalmente barrar a imigração dos “indesejáveis” para o Brasil. A doutrina antisemita endossada pelos diplomatas brasileiros, foi analisada pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, a partir da documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty verificou-se que as Circulares Secretas de 25 de maio de 1937 e de 7 de junho de 1937, por exemplo, apontam as barreiras legais e burocráticas, que se estenderam até o ano de 1950. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Veneno da Serpente. Reflexões sobre Anti-semitismo no Brasil*, São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 18 e 119

Souza Dantas, contrariando a política vigente, assinou cerca de quatrocentos vistos diplomáticos, sendo grande parte deles datados de junho de 1940 até meados do início de 1941. Em 10 de dezembro de 2003 foi homenageado como “Justo entre as Nações”, título concedido pelo *Yad Vashem* (Museu do Holocausto em Israel) aqueles que arriscaram suas vidas para ajudar os judeus perseguidos pelo regime nazista. KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas. O Embaixador Souza e os Refugiados do Nazismo*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2002. p. 248.

para dentro de alguns ônibus e seguimos em viagem, foi mais ou menos duas horas, até chegar em um campo desativado para os fugitivos da Legião Estrangeira, era uma região desértica. Me lembro da placa no portão *Camp Sidi-El-Ayashi*. O comandante do campo nos tratou como fugitivos, entre os passageiros tinha mulheres grávidas, médicos, velhos e jovens, ele nos tratou como se fôssemos criminosos de quinta categoria.

Não era um campo de extermínio, mas era para refugiados, administrado pelos franceses, não tinha nada ver com campo para os judeus, como na Europa. Só quando veio essa leva dos passageiros do navio, a maioria era de judeus. Fomos tratados como desertores.

Nesse tempo todo, desenhava meu no meu diário, e fiz caricaturas de uma família francesa, bonitinha, gordinha, que vai embora de Marselha... a família que embarca bem e que acaba atrás do arame farpado! Eu escrevi: *visite la France!* Era um protesto particular contra os maus tratos e humilhações, do que eu via naquele lugar. Evidentemente não era uma coisa pró-franceses, porque a gente fala muito dos alemães dos horrores que de fato eles fizeram, mas os outros não ficaram muito atrás não, na França o antissemitismo ainda estava naquela época bem moderno e praticado.

Alguém, provavelmente um 'puxa o saco' pra me denunciar mostrou as minhas caricaturas para o comandante do campo que me mandou direto para o chefe da polícia local, era em um lugar afastado. Eu fui intimada a comparecer. Na ocasião fui com a minha mãe. Lá falamos com o senhor Bourel. Ele se encantou comigo, eu tinha dezessete anos na época... ele queria me beijar e me prometeu ajudar a minha família a sair daquela condição, mas imagina se eu iria sucumbir a um velho! De fato, depois disso nós saímos do campo e fomos para a cidade de Casablanca, lá meu pai lutou para conseguir novos vistos.

La famille

Les adieux à Marseille

Premier jour du voyage

Dans la salle à manger

Soirée à bord

La cabine

Sortie à Dakar

Débarquement à Casablanca

Au camp...

Salle de bains

Les toilettes

Visitez le Maroc...

22 - Charges desembarque em Marrocos
Lise Forell, *Sem título*, grafite, caricatura, 1940. Acervo da artista/SP

Em busca de novos vistos e o desembarque no Brasil

Em Casablanca, meu pai partiu desesperado por ajuda, com instituições de auxílio para refugiados. Conseguimos dinheiro e novos vistos, no campo a gente não tinha possibilidades de renovar os papéis, o visto caducou por causa do tempo. Às vezes eu ia visitar o senhor Bourel que insistia em um encontro íntimo, na fatídica semana conseguimos partir para Cadiz, e de lá, com todos os documentos em ordem embarcamos em um navio de carga de bandeira espanhola, chamado *Cabo de Buena Esperanza* que foi transformado em navio de passageiro pra caber bastante gente. As beliches tinham quatro camas, ficava superlotado. Levou um mês pra chegar no Brasil, o que não é brincadeira, chegamos em 25 de setembro 1941. Imagina depois de passar por campo de concentração chegar ao Rio de Janeiro!

Paixão pelo Brasil

No início da vida aqui no Brasil, ficamos em uma pensão em Botafogo, meu tio Karl e sua família foram para Buenos Aires. Eu estava apaixonada pelo Brasil, aprendi o português facilmente porque falava francês. Meus pais ficavam nervosos com a situação econômica. Eu preparei uma pasta com meus trabalhos entre caricaturas, desenhos publicitários e de moda e com isso consegui um dinheirinho. Meu pai conseguiu um emprego no setor de contabilidade da Revista Sombra e minha mãe era ótima doceira, recebia encomenda de bolos e tortas. Em pouco tempo nos mudamos para o bairro do Leme.

O meu primeiro marido Herbert Stukart Lowell, eu conheci no navio Alsina, ele foi criado num convento muito famoso em Viena chamado Melk, quando vieram os alemães e ocuparam a Áustria, ele não queria sair de lá, era de extrema direita, do movimento estudantil monarquista. Ele não queria fugir da Áustria, tiveram que convencê-lo se não ia acabar no campo de concentração. No campo, em Marrocos, nos deram um dia pra passar fora, ele simplesmente disse:

– “Eu gostei muito de você, é muito bonita e tudo, mas eu tenho que te dizer uma coisa eu nunca me casaria com uma judia.” E levou quatro anos para se casar com a judia, para mim foi como uma obsessão fazê-lo mudar de ideia, e consegui. Nosso casamento foi no Rio de Janeiro. E durou exatamente um ano, eu tive um filho mas estava louca pra me mandar, não gostava dele, era uma ideia fixa minha porque ele tinha dito que nunca se casaria com uma judia.

Vida para as artes

No Rio conheci muitos artistas, o pintor e compositor Heitor dos Prazeres, frequentei um círculo intelectual, tinha uma amiga, a Nanette, que comprava as minha gravuras, me dava roupas belíssimas.

E sempre que ela encomendava desenhos eu aprimorava a técnica de bico de pena. Depois comecei a dar aulas de desenhos, minhas alunas eram grã-finas, vinham para passar o tempo e descobriam que tinham talento.

Fim da guerra

Depois da guerra as notícias que chegaram foram terríveis, o meu tio e minha avó paterna foram mortos em um transporte para um campo de concentração, minha tia Camilla, irmã de meu pai, foi fuzilada em Riga, sob o olhar do filho dela, meu primo Peter Muller, que sobreviveu depois de passar por vários campos de trabalhos forçados, foi libertado pelos russos, pesando trinta e oito quilos, veio para o Brasil, o irmão mais velho dele, Léo, fugiu para a Palestina antes da invasão alemã, adotou um nome britânico e assim escapou das atrocidades.

Casamento com Leonardo Bevilacqua e mudança para São Paulo

Eu sucumbi ao charme dos brasileiros que é muito mais forte que dos europeus. Depois que me separei de Herbert fui para Teresópolis, pra fazenda pousada Terra Mater, eu já tinha passado férias lá, e para pagar pela minha hospedagem, eu decorei com pinturas as rústicas portas e móveis da pousada. Lá eu conheci o Leonardo Bevilacqua, sua família era proprietária do lugar, ele foi meu segundo marido. Decidimos abandonar o Rio de Janeiro e partimos para São Paulo, deixamos tudo pra trás. Leonardo conseguiu emprego em uma oficina mecânica e eu fui trabalhar em uma empresa chamada C. Sorgenicht, fazia pinturas em vitrais.

Tive cinco filhos com Leonardo, a Géssica, Yorick, Diego, Débora e Raffael e adotei o Roberto que na época tinha um ano e meio. É tão meu filho como os outros.

Sobre a religião dos meus filhos, como eu não sou religiosa, Leonardo também não era, então achei que cada um deveria escolher... Deixei livre. Minha filha Débora hoje é ortodoxa e esta morando em Israel. Os outros não são nem muito católico ou nada, e o meu caçula Roberto virou crente. A coisa mais engraçada quando ele vem me visitar e a Débora por acaso esta aqui, eles se cruzam na sala, ela vai rezar virada para Jerusalém com o *talmud* embaixo do braço e ele com a bíblia vai pro outro lado ajoelha e reza com a família dele, eles se olham feio, mas na minha casa é território neutro.

Criei meus filhos assim na liberdade, o mais livre possível pra ter filhos diferentes, todos muitos diferentes de mim, ninguém puxou o lado artístico, desligado, de não ter muito dinheiro dessas coisas...

Meus netos têm uma admiração por mim, justamente pelo meu desprendimento de bens materiais etc... Me dou muito bem os com meus netos brasileiros e israelenses... Somos uma família bem, bem unida.

Liberdade

Eu fiz um importante trabalho, um mural em um edifício no Guarujá, litoral de São Paulo. Consegui uma boa remuneração e mudei de casa. Anos depois eu me separei de Leonardo.

Paguei tudo que se pode pagar pela minha liberdade. Ela é sagrada. Prefiro passar fome do que ficar com um cara que me enganava. Estou sozinha a bastante tempo, sozinha nunca estou, dou aulas de pinturas. Tenho meus filhos, os netos, tenho muitas amizades, sou muito curiosa, acho que isso é de pintor, conhecer pessoas de níveis diferentes, de educação diferente. Aqui no Brasil é muito misturado. Não posso dizer que sou amiga de todo mundo que vem aqui, mas tenho uma certa curiosidade... amizades eu escolho mais a dedo.

Tenho amigos de todos os tipos, brasileiros e alemães, só que com alemão eu sou mais difícil, eu cutuco mais um pouco no passado, eu não gostaria de jogar cartas com alguém que o pai queimou meu avô no campo de concentração... alemão tem que me provar um pouco o currículo político.

Tive que sustentar meus filhos, e participei de várias exposições, mesmo contra vontade para poder ganhar dinheiro, um ex-aluno me sugeriu fazer uma exposição individual em Brasília, no *vernissage* fiz amizade com o adido cultural da Embaixada de Israel, que me propôs uma exposição em Jerusalém, apesar das dificuldades de uma mostra internacional, eu fui e me impressionei com a magia do deserto, suas construções e ruínas milenares. Depois fiz outras exposições em Hamburgo, na Alemanha.

Adoro o norte do Brasil, o sul menos porque me lembra a Europa, os europeus vivem pra trabalhar, e os brasileiros trabalham pra viver, isso é a grande diferença.

Aqui eu conheci um senhor advogado, que adora meus quadros políticos, ele tem mais de cem quadros, uma coleção completa e também está esperando que eu me vá porque no dia que o pintor morre os quadros valem mais.(risos)

Estou totalmente na ativa, vendo meus quadros, dou aulas de pintura, não tenho mais o mesmo pique, eu não tenho doença nem nada, mas o pique não é o mesmo, eu pintava dez horas por dia brincando, mas agora eu pinto seis... Eu não quero depender dos meus filhos.

As diferenças daqui e de lá, está nas construções, a cidade cresce até demais, lá eles chegaram até o topo da montanha e não tem mais pra onde ir, porque eles já tem de tudo, tem até papel higiênico com perfume francês! Essas coisas totalmente supérfluas... e aqui nós temos muita coisa pra atingir, porque desde que estou aqui, já fazem mais de setenta anos, muita coisa mudou.

Sinto saudade da comida de lá, a única coisa que eu sou muito saudosista. Aqui temos um futuro pra atingir uma meta, e lá não têm! Já atingiram tudo que se pode materialmente, então eles têm poucos filhos, ou nenhum. Os homens e mulheres trabalham, juntam dinheiro e viajam bastante, mas

não tem mais pra onde melhorar, então pararam no tempo, em Paris eu sinto isso, em Londres.

Orgulho de ser judia

Depois do sofrimento que o povo judeu passou, eu tenho certo orgulho de ser judia, porque é um povo, não é só a religião, é a espinha dorsal que me segura. De tudo que o povo judeu já passou ele sobrevive, cada vez mais forte.

Hoje me sinto acolhida carinhosamente pela natureza. Para escapar vou ao meu sítio *Schalom*, lá posso sem mágoa, nem revoltas, mergulhar nas reminiscências e cuidar de minhas lembranças. Tanto as más, quanto as boas.

2. 8 - Nanette Blitz Konig (Amsterdã abril de 1929)⁹⁰

A lembrança mais forte que guardo dessa época foi quando fomos arrancados de casa. Até hoje escuto a batida na porta, a gritaria, a baixaria. Uma coisa que não se transmite são os cheiros, os gritos e a desumanização! As pessoas não eram nada...
Nanette Blitz Konig, 2008.

Nosso encontro com Nanette foi em sua residência em São Paulo. No primeiro momento já sabíamos da sua história de amizade de infância com Anne Frank no Liceu Judaico de Amsterdã. Nanette é frequentemente convidada para ministrar palestras sobre a sua experiência e a relação de amizade com Anne. Quando chegamos em sua residência, ela cuidadosamente havia separado todos os documentos que possuía. Após a entrevista tivemos muitos encontros com Nanette, sempre foi muito ativa e disposta a participar dos eventos organizados pelo LEER. Em agosto de 2010, ela foi convidada pela coordenadora do grupo de História Oral do Arqshoah para contar sua experiência para os professores das escolas da rede municipal de São Paulo, na XV Jornada Interdisciplinar para o Ensino do Holocausto, com o tema: “História e Memória do Holocausto”. Em virtude dos preparativos para a Jornada, Nanette aprovou o texto transcrito da sua história de vida, o mesmo foi conteúdo da apostila como material pedagógico para os professores participantes.

23 - Nanette Blitz Konig
Acervo da entrevistada. São Paulo.

⁹⁰ Nanette Blitz Konig para Ana Carolina Duarte, Lilian Souza e Rosana Meiches - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 28 de novembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em agosto de 2010. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas.

Infância

Nasci em Amsterdã, Holanda, em abril de 1929. Meu pai chamava-se Martijn Willem Blitz, natural da Holanda, atuava na gerência do Banco de Amsterdã. Minha mãe Helene Victoria Davids nasceu em Kimberley na África do Sul onde morava sua família que, durante a Primeira Guerra Mundial, retornou à Inglaterra. Em casa falávamos o holandês e o inglês. Tínhamos aula de religião com um rabino. Tive uma juventude feliz. Estudava numa escola pública diferenciada, em função de uma vizinhança privilegiada. Meu pai recebia muitas visitas do exterior porque ele trabalhava com papéis estrangeiros. Chegamos a ir em férias à Suíça, Inglaterra...

Ocupação nazista

Quando os nazistas invadiram a Holanda em 1940, todas as famílias judias tiveram que se registrar na prefeitura. E passamos a usar a estrela amarela, desde 1942. Exigiram também que os judeus das províncias viessem para Amsterdã. As autoridades do governo de Amsterdã deram para os alemães mapas identificando os locais onde residiam a maioria dos judeus, o que facilitou o trabalho da deportação.

Os alemães tinham uma teoria que poderiam reconhecer a raça judaica. Que não era nenhuma raça! Obviamente. Vocês acham que sou diferente de vocês? Eles tinham uma estratégia, a perseguição. Que foi em quatro fases: primeiro foi a identificação, todos tinham que se registrar na prefeitura. Depois as ameaças foram tantas que as pessoas tinham medo. O isolamento, todos os judeus foram obrigados a ir para Amsterdã. E por fim a deportação e o extermínio. Eles aplicaram isso em todos os países que ocuparam.

Amizade com Anne Frank

Minha deportação demorou um pouco mais, porque minha mãe, que havia nascido na África do Sul, tentou alegar que não era judia. Mas nada conseguiu com a tentativa... Foi nessa época que encontrei Anne Frank, em outubro de 1941 no Liceu Judaico, quando não era mais permitido aos alunos judeus frequentar escolas públicas. Fui a única aluna da classe, que encontrou Anne, depois em Bergen-Belsen, um mês antes do seu falecimento.

Falei com ela várias vezes e durante estas conversas contou-me que queria usar o diário que estava escrevendo como base de um livro a ser publicado depois da guerra. Tenho comigo ainda a carta que seu pai Otto me mandou depois da guerra. Ele me visitou em outubro de 1945 no Sanatório em Santpoor, próximo de Haarlem, onde eu estava me recuperando de um ferimento. Contou-me que pretendia publicar o diário de sua filha. Ainda hoje mantenho contato com os outros alunos da minha

classe, todos éramos amigos de Anne.

Por ocasião da invasão dos nazistas à Holanda, meu pai foi impedido de trabalhar no banco, tendo acatado a orientação de se demitir. Ele conseguiu colocar os nossos nomes em uma lista de judeus que deveriam ir para a Palestina, supostamente, para sermos trocados por prisioneiros de guerra. Mas ele faleceu em 24 de novembro de 1944, antes desta ordem ser executada.

Deportação para Westerbork

Em 29 de setembro de 1943, os nazistas declararam que a Holanda deveria estar “limpa de judeus”. Então fomos deportados para Westerbork, um campo de transição. Todas as terças-feiras saiam de Westerbork um trem com 2 mil judeus que eram transportados direto para Bergen-Belsen e para outros campos de extermínio em Auschwitz – Birkenau ou Sobibor.

Meu pai chegou a enviar uma carta a um conhecido na Suíça, que trabalhava em banco. Nesta carta, ele dizia que podia receber pacotes. Após a guerra, este senhor me escreveu e me enviou, em anexo, a carta que meu pai lhe havia escrito e disse que sentia muito não ter-lhe dado resposta. Eu guardei estas cartas.

Deportação para Bergen Belsen

No dia 15 de fevereiro de 1944 fomos levados para Bergen Belsen em um trem comum. Nesse campo eu ajudava a cuidar das crianças e fazia mais alguns serviços... Os nazistas faziam os homens trabalharem como cavalos. Foi horrível! Muitos prisioneiros morreram de tifo, as condições de higiene eram péssimas. Eles tinham muitas formas para nós desumanizar. As condições das latrinas eram inviáveis.

No dia 4 de dezembro, meu irmão Bernard foi deportado para Oranienburg perto de Sachsenhausen. Foi morto assim que chegou ao campo. Minha mãe foi deportada para uma mina de sal em Beendorf onde funcionava uma fábrica para produzir peças para aviões. Ali, as condições de trabalho eram terríveis. Em abril de 1945 ela morreu no trem.

**BEWIJS
VAN AANMELDING,**

als bedoeld in artikel 9, eerste lid, van de Verordening No. 6/1941 van den Rijks-commissaris voor het bezette Nederlandsche gebied, betreffende den aanmeldingsplicht van personen van geheel of gedeeltelijk joodschen bloede.

JOODSCHE RAAD VOOR AMSTERDAM

De ondergeteekende, ambtenaar voor de aanmelding, verklaart dat de ~~aan~~ aangeduide persoon, opgenomen in het Bevolkingsregister dezer gemeente, heeft voldaan aan de verplichting tot aanmelding volgens de bovengenoemde Verordening.

Afgegeven op 22 MARCH 1941

in Gemeente AMSTERDAM

De Burgemeester
voor den Burgemeester,
De Administrateur
afd. Bev.registr. en Verklazingen,

NR. van Baerlestr 58 bhs

Gesl.nm. Blitz

Voorn. Nanette

Geboren op 6 April 1929

gem. Amsterdam

land _____

Laatste woonplaats in het Groot-Duitsche Rijk of in het Gouvernement-Generaal van het bezette Poolsche gebied: _____

Nation.: Ned

Vroegere nation.: _____

Kerkelijke gezindte: NI

Beroep of werkzaamheid: _____

Gehuwd met: _____

Gesch. overl. op _____

Aantal joodsche grootouders in den zin van art. 2 der Verordening: vier

Figura 24 - Registro expedido pela Holanda em 22 de março de 1941 de Nanette Blitz. Segundo ordem de número 6/1941 foi obrigatório o registro oficial de todos aqueles considerados como “de sangue inteiramente ou em parte judeu” Acervo da entrevistada/SP.

Libertação

Eu continuei em Bergen Belsen, junto com as minhas primas. Em 15 de abril de 1945, quando os ingleses entraram. Eu pesava apenas trinta e dois quilos, e estava com tifo. Consegui manter meus documentos comigo e quando os ingleses me encontraram, entrei em coma. Tive pneumonia e tuberculose. Perto de Bergen-Belsen funcionava uma escola militar, que foi usada para alojar alguns dos ex-prisioneiros. Acordei no chão em um colchonete, dentro das barracas onde os prisioneiros alemães foram compelidos a ‘cuidar’ dos doentes. Um major inglês me viu e achou que eu fosse inglesa, eu falei algumas palavras com ele. Logo em seguida recebi cuidados médicos e fui transferida para um hospital em Celle e de lá fui transportada de avião para Eindhoven, na Holanda. No outono me levaram para um sanatório em Santpoort perto de Haarlem, onde fiquei durante três anos, recuperando-me. Uma enfermeira, que cuidou do meu falecido irmãozinho, veio ao sanatório e se ofereceu para cuidar de mim. Somente em maio de 1948 obtive alta do sanatório.

Minhas duas primas também sobreviveram. Na época tinham dois e oito anos. Mas os seus pais não sobreviveram e elas ficaram em um orfanato em Amsterdã. Várias famílias holandesas adotaram crianças judias durante a guerra, salvando-as dos alemães nazistas. Muitas destas famílias, após a guerra, não devolveram estas crianças aos seus pais e, muitas elas não sabem sequer que

foram adotadas, infelizmente.

Retorno para Holanda

Um amigo de meu pai foi meu tutor na Holanda, pois ele havia deixado uma carta com nomes de pessoas que poderiam nos ajudar, caso ele faltasse. Tenho estes nomes guardados comigo ainda hoje. O banco onde papai havia trabalhado me pagava uma importância mensal, como sua descendente. Depois, meu tutor aconselhou-me a abrir mão deste valor, pois “já era suficiente”.

Vida na Inglaterra e casamento com John Konig

Minha tia, irmã de minha mãe insistiu para que eu morasse com ela na Inglaterra. Mudei em abril de 1949. Estudei, formei-me e atuei como secretária bilingue. Trabalhei num banco comercial no centro financeiro até me casar, em agosto de 1953, com John Konig, nascido em Budapeste, engenheiro formado na Inglaterra, cujos pais faleceram pouco tempo depois do final guerra. Em 1951, John veio ao Brasil, a trabalho. Logo após nosso casamento, emigramos para o Brasil e em junho do ano seguinte nasceu nossa primeira filha.

Imigração para os Estados Unidos e Brasil

Em dezembro de 1956 resolvemos nos mudar para os Estados Unidos, pois John iria trabalhar para uma companhia multinacional. Em setembro de 1957 nasceu Judith Marion, nossa segunda filha. Em janeiro 1959, John foi enviado para Argentina onde residimos por cinco meses, enquanto John participava do início das operações da fábrica da empresa onde trabalhava. Em maio de 1959 regressamos ao Brasil. Meu terceiro filho Martin nasceu em maio de 1962, em São Paulo.

Fatos marcantes sobre o Holocausto

Sou muitas vezes convidada para dar apresentações sobre as minhas experiências durante a guerra, especialmente por causa da minha ligação de amizade com Anne Frank. A lembrança mais forte que guardo dessa época foi quando fomos arrancados de casa. Até hoje escuto a batida na porta, a gritaria, a baixaria. Uma coisa que não se transmite são os cheiros, os gritos e a desumanização! As pessoas não eram nada... Pouco antes dos ingleses entrarem em Bergen Belsen, eu estava em uma fila para buscar água e, de repente, o guarda me tirou de lado e apontou-me a arma. Eu demonstrei indiferença: e daí, diante da minha indiferença, ele atirou no ar. Acho que ele não tinha prazer em me matar. Ainda hoje eu me pergunto, se mataram tantos porque não me mataram também?

Recordo-me também de outro momento, que nós ficamos em pé, em uma fila para a contagem

dos prisioneiros, em Bergen-Belsen, a gente nunca sabia quem ia ser tirado da fila. Eu enfrentei Joseph Kramer que me chamou, e naquela hora poderia ter sido condenada à morte, foram todos, e eu fiquei. Eu não era nem melhor nem pior...

O que lamento é a falta de conhecimento da história do Holocausto, da história europeia. Há um total desinteresse sobre o Holocausto. Eu não acredito que existam pessoas que negam o que aconteceu.

3 – A REPRESENTAÇÃO DO GENOCÍDIO.

Há dois anos, durante os primeiros dias que sucederam nosso retorno, estávamos todos, eu creio, tomados por um delírio. Nós queríamos falar, finalmente ser ouvidos. Diziam-nos que nossa aparência física era suficientemente eloquente por ela mesma. Mas nós justamente voltávamos, nós trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência totalmente viva e nós sentíamos um desejo frenético de contar tal qual. E desde os primeiros dias, no entanto, parecia-nos impossível preencher a distância que nós descobrimos entre a linguagem que nós dispúnhamos e essa experiência eu, em sua maior parte, nós nos ocupávamos ainda em perceber nos nossos corpos. Como nos resignar a não tentar explicar como nós havíamos chegado lá? Nós ainda estávamos lá. E, no entanto era impossível. Mal começávamos a contar e nós sufocávamos. A nós mesmos, aquilo que nós tínhamos a dizer começava então a parecer inimaginável.⁹¹

(Robert Antelme)⁹²

3.1 - A Narrativa do Indizível

Os testemunhos selecionados para compor este estudo representam, em meio a um universo maior de narrativas possíveis, algumas vozes femininas de sobreviventes do Holocausto, dispostas a romper o silêncio, apesar dos traumas. Ainda que resistentes, estas mulheres aceitaram a dar o seu testemunho gravado em áudio ou vídeo. Nestes últimos dez anos, principalmente, temos observado que os sobreviventes e/ou refugiados do nazismo radicados no Brasil, estão dispostos – cada vez mais – a contar suas histórias de vida. O fato deles receberem a equipe do *Arqshoah* para dar o seu testemunho e nos pedirem ajuda para publicar seus livros de memórias, demonstra que há uma nova expectativa no ar: deixar para os seus filhos e netos, assim como para um futuro mais longínquo, um legado histórico sustentado pela frase: “Holocausto, nunca mais!” Esta expressão tem sido, inclusive, um refrão usada por vários sobreviventes durante suas palestras, preocupados com a necessidade de registrar seus relatos e de dar continuidade ao processo de construção da memória do Holocausto. Retomam, em alguns casos, a necessidade de cumprir com a tradição judaica de “lembrar” e de “temer o esquecimento”. No caso do Holocausto, enquanto genocídio singular

⁹¹ Apud: SELIGMANN-SILVA, Márcio, “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. In: *Psicologia Clínica*, v.20, nº1, 2008, p. 70.

⁹² O escritor Robert Antelme (1917-1990), pertenceu ao grupo da resistência francesa. Foi deportado para o campo de concentração de Buchenwald e posteriormente Dachau. Em 1947, foi publicado na França, o seu livro *L'Espèce Humaine*, descrevendo sua experiência degradante durante a permanência nos campos. Antelme foi companheiro de Marguerite Duras, autora de *A Dor* (1985), livro onde narra a espera pelo companheiro e o estado precário em que ele retornou do campo de concentração.

da história da Humanidade, o processo de *querer lembrar*, somente começou a ganhar força anos após a instalação do Tribunal de Nuremberg (1945-1946) e, mais precisamente, do julgamento de Adolf Eichmann, em Israel.

Durante um certo período persistiu um profundo silêncio por parte daqueles que haviam sobrevivido ao plano de extermínio nazista. Logo após o final da Segunda Guerra Mundial e a divulgação pelos Aliados das atrocidades praticadas pelos nazistas, a comunidade judaica israelense esteve muito mais preocupada com a Partilha da Palestina e eufórica com o recém-criado Estado de Israel (1948), do que em abrir espaço para a disseminação das histórias de vida daqueles que sobreviveram ao genocídio. Durante anos, a atenção daquela comunidade esteve voltada para a construção de um Lar Nacional Judaico e para a reconstrução das famílias que para lá haviam imigrado. Estas primeiras décadas, no imediato pós-guerra, foram marcadas pelo desejo de construir e lutar pelo Estado judaico, sem abrir espaço para o luto e sim para a reconstrução da vida, o recomeço. Não havia uma preocupação sistemática em ouvir as histórias alquebradas dos sobreviventes que, muitas vezes, não encontravam palavras para falar do “indizível”.

Algumas narrativas sobre o Holocausto emergiram após as revelações dos algozes nazistas nos tribunais de Nuremberg. Na obra da filósofa Hannah Arendt, inclusive, nos deparamos com a fala de um homem franzino que, diante daquele tribunal, fez uma declaração que chocou o mundo pela forma banal como justificou seus atos: “[...]apenas cumpria ordens!”⁹³ No entanto, entendemos como marco histórico a promulgação de uma lei pelo Parlamento israelense que instituiu em Jerusalém, em 1953, o Museu do Holocausto ou Yad Vashem dedicado à memória do genocídio praticado pelos nazistas e países colaboracionistas. A partir desta data, a “descoberta” e a valorização das vozes dos sobreviventes aconteceu através de um processo lento, sem grande ecos. Tudo ainda pareceria muito sofrido, impactante e sufocante. Os sobreviventes não queriam falar sobre o ocorrido. O mundo parecia olhar para dentro de si mesmo buscando explicações para aquela catástrofe sem fronteiras. Famílias inteiras haviam desaparecido; milhares de órfãos ainda buscavam por seus pais. Raros eram aqueles que queriam retornar à sua terra natal.

A partir dos anos 70, os testemunhos oculares começaram a rever o passado, resolvendo contar o que viram e vivenciaram nos espaços dominados pelos nazifascistas. Esta postura – de querer contar – deve ser interpretada como resultado de um intenso processo

⁹³ Sobre a definição do conceito de banalidade do mal em: ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém. Um Relato sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

de incentivo por parte de algumas instituições (judaicas e não judaicas) que investiram na necessidade da construção da memória e da denúncia através do relato da experiência. Mas, nem todos os países aceitavam conviver com o seu próprio passado e assumir seus alçozes. Neste momento, a história oral começava também a ganhar credibilidade entre os historiadores. Surgiram revistas, centro de estudos, museus e memoriais dedicados a lembrar o Holocausto enquanto crime contra a Humanidade. A indústria do cinema voltou suas lentes para o passado em busca de informações e respostas produzindo o longa-metragem *A Lista de Schindler*, dirigido por Steven Spielberg⁹⁴ e o documentário *Shoah*, de 1985, de Claude Lanzmann. Ambos exibiram na grande tela a representação cinematográfica da catástrofe. Dezenas de outras produções somaram-se a estas, pioneiras na arte de lembrar através do cinema.

Constatou-se que a intensidade do horror não foi suficiente para garantir a transmissão da lembrança, a construção da memória do passado e do conhecimento histórico. A abertura dos arquivos do Holocausto dependia (e ainda dependem) de interesses ideológicos e dos movimentos organizados pela sociedade. Raramente esta tarefa foi assumida pelas Nações responsáveis pelos crimes de genocídio. São recentes – como no caso da Alemanha, Áustria e França, por exemplo – as ações públicas do Estado em prol da divulgação desta parte do seu passado incômodo. Hoje, em pleno século XXI, as instituições dedicadas a registrar os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto, lutam contra o tempo para compilar o maior número de pessoas dispostas a falar sobre suas experiências diante dos atos violentos do nazismo. Daí a relevância de registrarmos, num curto espaço de tempo, as vozes dos sobreviventes radicados no Brasil. Creio que os vários projetos desenvolvidos pela equipe *Arqshoah*, onde se insere este estudo, soma forças nesta empreitada na tentativa de reforçar esta memória. É, antes de tudo, uma frente de luta que corre contra o tempo que se esvai.

Para Jeanne Marie Gagnebin, autora do artigo “Palavras para Hurbinek” a importância da vontade ética para registrar e elaborar a memória individual e coletiva daqueles que carregam a experiência traumática, se inscreve em uma luta política e histórica, construída com os testemunhos e seus interlocutores. Estes são, em grande parte, responsáveis pela reconstrução da memória do passado que se desdobra em uma interferência no presente.⁹⁵

⁹⁴ Responsável também pela concepção da *USC Shoah Foundation — The Institute for Visual History and Education*. O arquivo histórico da fundação contém cerca de 52 mil entrevistas realizadas em 56 países, com os sobreviventes judeus e demais vítimas do Holocausto. No Brasil, a equipe foi coordenada por Anita Pinkuss, atuaram em diversas capitais e entrevistaram cerca de 567 sobreviventes. Para mais informações sobre a fundação ver em <http://sfi.usc.edu/>.

⁹⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie, “Palavras para Hurbinek” In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA,

Perante o horror narrado pelas mulheres sobreviventes por nós entrevistadas, o dilema diante representação do mal se colocou como ponto central. As imagens descritas são impactantes e, em certas passagens, nos deixam perplexos, indignados. Nos incentivam a continuar buscando por respostas que nos ajudem a entender como foi possível essa tragédia.

Assim as representações artísticas e literárias, despontam – ao lado das narrativas orais – como formas de expressão para o horror dito “irrepresentável”. A literatura de testemunho, por exemplo, transformou-se no principal meio de difusão da produção da memória do Holocausto, com obras de relevância para o tema. Dentre os testemunhos mais expressivos destacamos aqueles deixados por Primo Levi, Elie Wisel, Robert Antelme, Paul Celan, Tadeusz Borowski e Ruth Klüger, para citar alguns. Como testemunhos oculares, estes autores-sobreviventes narraram com maestria e coragem as suas vivências nos guetos e campos de concentração. Suas obras servem – para nós que trabalhamos com os testemunhos de sobreviventes radicados no Brasil – como pontos de referência para a demarcação e a proliferação dos atos de violência pela Europa ocupada e o redimensionamento do Holocausto enquanto genocídio físico e cultural⁹⁶.

As obras de Primo Levi⁹⁷ (1919-1987), sobrevivente de Auschwitz-Birkenau, compõem a historiografia dos relatos testemunhais, marcados pela descrição do horror. Suas narrativas sobre a barbárie durante os anos em que permaneceu no campo de concentração, nos ajudam a redimensionar e a compreender melhor as lembranças de Janina Schlesinger sobre este mesmo campo, o de Auschwitz-Birkenau: “*No outono de 1944, o campo de Plaszow foi liquidado e fomos para Auschwitz. Lá, para variar, tiraram o pouco que nós tínhamos. Os barracos eram horríveis, sujos e não tinham com o que limpar.*” A lembrança de Klara Mozes, também nos remete à imagem do terror e da horrível experiência de “esperar a morte” diante de uma câmara de gás:

“Fomos todos transportados para Auschwitz - Birkenau, onde vi o horror. [...]. Tomamos banho, nos deram remédio e passamos por uma seleção: metade do grupo foi para o lado esquerdo e o outro para o lado direito. Um dia, à noite, pediram para tirarmos toda a roupa e nos levaram para uma câmara de gás, dizendo que era para desinfecção. Foi uma coisa horrível...! Ficamos lá durante horas, uma esquentando a outra, na frente da câmara de gás. Uma ordem veio para que voltássemos. O mesmo aconteceu no dia seguinte[...]

Márcio (Org) *Catástrofe e Representação: Ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 100-112.

⁹⁶ O genocídio do povo armênio praticado pelo turcos (1915-1917) é hoje considerado como o protótipo do genocídio moderno, tema amplamente analisado e discutido no Colóquio Internacional sobre Genocídio Armênio, organizado pelo LEER/USP em 2009.

⁹⁷ Destacamos para este capítulo: LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Trad. De Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 e *Os Afogados e os Sobreviventes*. Trad. De Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Se alguém ficou por lá muito tempo, ficou como animais... vira bicho mesmo!”⁹⁸

Assim como Primo Levi, várias destas mulheres judias por nós entrevistadas, também enfrentaram dificuldades em conviver com o seu passado após a libertação. Para alguns, prisioneiros, aquele que parecia ser o momento mais esperado – o da liberdade – se converteu em uma longa trajetória de buscas, desencantos, solidão e recomeço em algum lugar do mundo. Klara Mozes reforça o desejo de retornar à sua casa e continuar a vida, porém esbarra na barreira do inverossímil:

“Nosso desejo era voltar para casa, [...] Quando comecei a falar de Auschwitz pela primeira vez, me disseram que eu estava mentindo. Eu não sei como não estou sonhando com estas coisas. Eu quis que tudo saísse da minha cabeça. Os próprios judeus não acreditavam que isso teria acontecido.”⁹⁹

O medo da liberdade e a ausência de um lugar para retornar foi também narrado por Ala Gartner: “...*nós tínhamos medo... Eu já não tinha família; não havia lugar para ir depois de tudo que passei.*” Hana Jurica reconhece a mágoa de procurar a família e não encontrar ninguém. Janina Schlesinger observa o pós-guerra como um momento de extrema dificuldade e ausência de perspectivas. Lola Anglistter retrata a liberdade modelada por um sentimento de dicotomia que a remete à sensação de “estar livre”, porém “sem os familiares”.¹⁰⁰

O trecho da obra de Antelme que abre este capítulo, e as histórias das nossas colaboradoras recordam o horizonte dilacerado do sobrevivente cuja experiência de vida é inacreditável ao próprio narrador. Para Jeanne Marie Gagnebin, a ausência de uma linguagem que dê conta de expressar a violência perpetrada pelos nazistas, representa uma das características destes testemunhos e dos livros de memórias. Para a maioria dos sobreviventes do Holocausto, expressar-se oralmente ou por escrito constitui-se em um esforço sem limites pela busca de palavras e imagens que consigam transmitir a experiência do horror. Segundo Gagnebin, as narrativas traduzem:

“ [...] uma ânsia desenfreada de comunicar, de falar, de contar, de escrever, e ao mesmo tempo, têm a nítida percepção da vaidade desse empreendimento narrativo, porque ele é incapaz de realmente dizer o horror dos campos;

⁹⁸ Entrevista de Klara Mozes para Lilian Souza e Rosana Meiches - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 03 de dezembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em janeiro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 01 hora e 55 minutos.

⁹⁹ Entrevista de Klara Mozes.

¹⁰⁰ Entrevistas de: Hana Rosenthal Jurica, Janina Schlesinger e Lola Anglistter para Lilian Souza, Luba Schevz e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah.

ademaís, ele também se choca contra a incompreensão, a má - vontade e a rejeição de seus interlocutores, mesmo dos mais próximos. A vergonha que acomete o sobrevivente, por não ter morrido com seus companheiros, se acrescenta a vergonha de ter que falar, de só poder falar de maneira profundamente inconveniente.”¹⁰¹

O fenômeno do indizível foi vivenciado pela maioria daqueles que saíram fisicamente ilesos da catástrofe, porém psicologicamente dilacerados e presos em delírios assombrosos. Em *É isto um homem?*, Primo Levi menciona que: “*Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar essa ofensa, a aniquilação de um homem*”.¹⁰² Esta mesma sensação sentimos durante as entrevistas com as nossas colaboradoras que, emocionadas, encontravam dificuldades para contar as suas lembranças da violência testemunhada, como foi o caso de Hana Rosenthal Jurica que não conseguiu concluir seu testemunho. As histórias de vida destas mulheres radicadas no Brasil, nos oferecem alguns fragmentos do terror, pois, nem sempre, encontraram coragem para dar maiores detalhes. A narração da experiência oral e escrita, configura-se como formas possíveis de expressão do testemunho, cada qual com as suas particularidades porém com o mesmo objetivo: de materializar o testemunho. Retomo aqui a reflexão do poeta Paul Celan, sobre a sobrevivência da *língua – sobrevivente* que, junto com a memória, transmite aos seus interlocutores a devastação consequente do genocídio:

Alcançável, próximo e não perdido permaneceu em meio das perdas este único: a língua. Ela, a língua, permaneceu não perdida, sim, apesar de tudo. Mas ele teve que atravessar as suas próprias ausências de resposta, atravessar um emudecer, atravessar os milhares de terrores e o discurso que traz a morte. Ela atravessou e não deu nenhuma palavra aquilo que ocorreu; mas ela atravessou este ocorrido. Atravessou e pôde novamente sair, “enriquecida” por tudo aquilo.¹⁰³

A ruptura do cotidiano testemunhada por estas mulheres judias foi, muitas vezes, definida o como “indescritível”, uma explicação que se fazia necessária diante da expectativa

¹⁰¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie, “Palavras para Hurbinek” In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.) *op. cit.*, p. 107.

¹⁰² LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Trad. De Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 24.

¹⁰³ CELAN, Paul. Apud: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) *História, Memória, Literatura. op. cit.*, Paul Celan, anagrama de Paul Antschel, nasceu em 23 de novembro de 1920 em Czernovitz, cidade que pertencia ao Império Austro-Húngaro, após a Primeira Guerra Mundial a cidade tornou-se parte da Romênia. Por esta razão pertencia ao grupo dos judeus que falavam alemão. Foi deportado junto com seus pais para um campo de trabalhos forçados na Romênia. Após a guerra dedicou-se a escrita e foi considerado o maior poeta de língua alemã do século XX. In. AMÂNCIO, Moacir, “Letras e Artes”. In. *Revista 18*, São Paulo: Centro da Cultura Judaica, Ano IV, número 15 (março – maio) 2006, p. 47.

projetada no desejo da escuta atenta dos interlocutores. A sensação de desamparo e o descrédito por parte daqueles que poderiam duvidar causou grande frustração em muitos sobreviventes, que aguardavam um momento propício para contar suas histórias. Algumas se calaram por um longo tempo – como é o caso de Janina Schlesinger, que após seu casamento lembrou: “*Quando eu contei a minha história ao Hugo, ele disse: – ‘Agora durante dez anos, não se fala mais disso... Você saiu viva, está relativamente bem’. Durante dez anos, então, não falei da guerra, de campos, nada.*”¹⁰⁴

Para lidar com todas as adversidades, nem sempre superadas. O fato de contar e ser ouvida ajudou estas mulheres certamente, a se livrarem do fardo negativo carregado nas suas lembranças. No prefácio da obra *É isto um homem*, Primo Levi retratou muito bem esta situação: “A necessidade de contar aos outros, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares.”¹⁰⁵

Aqueles que, assim como Levi, não pereceram diante do trabalho escravo, das epidemias, fome, experiências médicas entre outras humilhações, foram considerados “privilegiados” dentro de uma lógica perversa de interpretação por aqueles que lá não estiveram. A sobrevivência de Levi foi conferida devido aos seus conhecimentos profissionais adquiridos antes do cárcere. Por ser químico ocupou – no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau – uma hierarquia “diferenciada” dos demais prisioneiros que não conseguiram livrar-se da câmara de gás. Assim como considerou Levi, alguns relatos testemunhais citaram algum tipo de ajuda ou “sorte” para saírem das tarefas extenuantes e do risco de violência e morte. As mulheres entrevistadas neste trabalho, a exemplo do que aconteceu com Klara Mozes, mencionam a “sorte” de terem sido convocadas para trabalhar na cozinha, garantindo para si ou aos seus familiares um duplo pedaço de pão ou de algumas verduras, que lhes deram força: “*Um dia, perguntaram se alguém queria trabalhar na cozinha. Isso era como ouro... eu fui! Conseguia pegar alguns alimentos e enchia a bolsa para levar para minhas amigas. Depois descobriram que eu levava os alimentos e parei de trabalhar lá.*” Para Janina Schlesinger, “*eu colocava dentro do forro do casaco um pedaço de alguma verdura para a minha mãe, mas isso infelizmente não a salvou, mas talvez prolongou*

¹⁰⁴ Entrevista de Janina Schlesinger para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 28 de novembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em outubro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio e vídeo: 3 horas e 40 minutos.

¹⁰⁵ LEVI, Primo. Apud: SELIGMANN-SILVA, Márcio, “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, In: op. cit., p. 66.

um pouquinho sua vida.”¹⁰⁶

No jargão dos campos, aqueles que pereceram eram chamados de *Musulmänner*, ou seja: “que haviam sido totalmente destruídos em sua capacidade de resistir”.¹⁰⁷

Numa distância de anos, hoje se pode bem afirmar que a história do Lager foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão.¹⁰⁸

Nesta emblemática frase, Levi aponta para o caminho paradoxal do testemunho, tendo em vista que o sobrevivente não conseguiu falar plenamente do campo onde esteve recluso. Portanto, nem sempre a sobrevivência garantiu a narração da experiência, como afirma Gagnebin: “Essa exigência paradoxal de transmissão e de reconhecimento do irrepresentável diante daquilo, que justamente, tem de ser transmitido, é a lei comum das obras literárias sobre a Shoah.”¹⁰⁹

A sensação de desequilíbrio centrada na possibilidade de desaparecimento do povo judeu através da política genocida defendida pela Alemanha nazista e países colaboracionistas, anulou (em alguns) qualquer possibilidade de recomposição e de ressurgimento. Para estes casos, o suicídio foi uma solução, como aconteceu com a mãe de Klara Mozes, Elisabeth Hirsh:

“Em 1939, chegou uma carta do governo dizendo que deveríamos sair de Budapeste. No dia primeiro de maio de 1940, minha mãe se suicidou. Ela deixou uma carta, dizendo que preferia morrer, mas que me deixassem em paz. Saiu nos jornais. Eu fui chamada até um escritório e lá me disseram que sentiam muito pela morte dela, e que por enquanto, eu poderia ficar na cidade.”¹¹⁰

O desejo de “desaparecer” emerge, tanto nas obras literárias dos sobreviventes aqui citados, como nos relatos nas experiências de vida disparadas oralmente por nossas entrevistadas que optaram pelo Brasil como “pátria de destino”. Muitas das suas descrições, contribuem, sem dúvida, para o estudo das representações dos campos de concentração e para

¹⁰⁶ Entrevista de Janina Schlesinger para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 28 de novembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em outubro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio e vídeo: 3 horas e 40 minutos.

¹⁰⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio, “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas” op cit., p. 66.

¹⁰⁸ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*, op cit., p. 5.

¹⁰⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie, “Palavras para Hurbinek”, In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.), op. cit., p. 108.

¹¹⁰ Entrevista de Klara Mozes para Lilian Souza e Rosana Meiches - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 03 de dezembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em janeiro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 01 hora e 55 minutos.

(re)dimensionar o horror ali vivenciado Suas lembranças representam um legado para os estudos do genocídio e para as futuras gerações que têm um compromisso com a preservação da memória daqueles que pereceram ou que, um dia, não mais estarão mais aqui para contar.

Embora ocorra a necessidade de expor os crimes perpetrados pelo Estado nacional-socialista, para o filósofo alemão Theodor Adorno – a reflexão emerge frente à necessidade de reconstrução do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial. Como sair em busca de ações reparadoras quando todos os familiares foram friamente exterminados nas câmaras de gás? Essas imagens da aniquilação e da morte prematura estão sempre presentes nos relatos dessas mulheres que, como tantos outros sobreviventes, têm dificuldades para descrever o que foi vivenciado e também de encontrar sentido para continuar vivendo no mundo esfacelado após Auschwitz:

A crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque se tornou impossível escrever poemas.¹¹¹

A reflexão de Adorno questiona: como será o mundo pós-abismo? O desafio está em abrir espaço para formas criativas de renovação, reflexão e resistência. O filósofo lembrou também a importância do *não esquecimento* e sinalizou para o perigo da estetização, ou seja, de transformar Auschwitz em uma mercadoria assimilável, digerível e exaustivamente reproduzida. Para Jeanne Marie Gagnebin, a reflexão de Adorno sugere uma linha tênue de apresentar a aniquilação, que segue ao lado do dever moral de lutar contra o seu esquecimento e repetição. Ao mesmo tempo, nos alerta para a necessidade de “não transformar a lembrança do horror em mais um produto cultural a ser consumido”.¹¹²

Sem dúvida, a escuta da narração do trauma é indispensável para sociedade contemporânea pós-Auschwitz, que exige a transmissão do testemunho, o reconhecimento dos limites do testemunho e o dever do *não esquecimento*. De acordo com Valéria De Marco, “se a vivência dos campos coube a alguns milhões de pessoas, a experiência do *aniquilamento do outro racionalmente administrado* é herança para todos nós.”¹¹³ Carregamos o compromisso da escuta ou da leitura da experiência vivenciada do testemunho, de forma a contribuir para a escrita da história do tempo presente.

¹¹¹ ADORNO, Theodor. *Prismas: Crítica Cultural e Sociedade*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998, p. 26.

¹¹² GAGNEBIN, Jeanne M, “A(im)possibilidade da poesia”, In: op.cit., p. 51

¹¹³ DE MARCO, Valéria, “A literatura de testemunho e a violência de Estado”, In: *Revista Lua Nova*, nº 62, 2004, p. 54.

As histórias narradas por Klara Mozes, Ala Lubliner Gartner, Hana Rosenthal Jurica, Janina Landau Schlesinger, Lola Anglistter, Lise Forell e Nanette Blitz Konig nos colocam diante de algumas questões fundamentais para o estudo dos testemunhos de experiências traumáticas, sobretudo quando se trata de compreender a singularidade do Holocausto, frente às brutalidades do século XX. Como representar o terror sem correr o risco de cometer alguma falha na tradução para aqueles não foram testemunhas? Em algumas destas vozes femininas temos a impressão que os campos representavam o mundo de cabeça para baixo, enquanto expressão da irracionalidade. Retomo aqui uma passagem da fala de Hana Rosenthal Jurica que, tentando explicar a sua chegada em *Auschwitz-Birkenau*, lembrou: “*Fiquei histérica. Porque não parecia com um campo, nada...! Parecia um lugar de loucos! Um vestia uma blusa, o outro uma calça de pijama!*”¹¹⁴

Quais são as palavras e imagens capazes de transmitir detalhes desta catástrofe? A impressão que temos, através de algumas inquietações que registramos, é que o Holocausto foi o evento limite: conduziu o nosso eixo de “normalidade” para o absurdo; mudou a percepção de realidade e alterou as formas de representação devido à singularidade das formas de extermínio adotadas pelo Estado alemão. Assim nas transcrições das narrativas testemunhais devemos estar atentos às expressões e palavras que necessitaram de alguma alteração, a fim de evitar distorções, banalizações e/ou generalizações.

3.2 – O Testemunho e a Libertação do Trauma

O historiador Eric Hobsbawm, definiu a história do “breve século XX”, como o século marcado por sucessivas catástrofes, referindo-se ao período de 1914 até o pós-Segunda Guerra Mundial, embora esta “era” tenha sido abalada pelo crescimento econômico e por transformações sociais que seguiram ao lado de calamidades e rebeliões. O cotidiano linear ganhou o *status* da fragmentação. Neste cenário catastrófico¹¹⁵, emergiu o trauma que impactou a sociedade contemporânea que saiu em busca de novas palavras para definir o Mal, ao extremo:

As maiores crueldades de nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância,

¹¹⁴ Entrevista de Hana Rosenthal Jurica para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 29 de novembro de 2011. Retorno para aprovação do texto final em 10 de abril de 2012. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 2 horas e 40 minutos.

¹¹⁵ Lembrando que a origem da palavra catástrofe: “vem do grego e significa, literalmente, 'virada para baixo (*kata* + *strophé*)” SELIGMANN-SILVA, Márcio, “Apresentação”, In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org), op. cit., p. 8.

de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais. Assim o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para elas: sem estado (apátrida) ou genocídio.¹¹⁶

As narrativas das mulheres sobreviventes por nós entrevistadas nos colocam diante deste um século traumático. Muitas delas, ainda não sabem como lidar com o legado negativo dos campos de concentração ou da sua nudez diante dos seus semelhantes. Suas vozes soam como feridas que ainda sangram. Daí ser adequado o uso da palavra *trauma* que, segundo sua raiz grega, significa ferida. A lesão psicológica guardada por estas sobreviventes alterou profundamente suas vidas durante o período de exclusão e após a libertação, razão pela qual muitas optaram pelo silêncio, pois o trauma ultrapassa os limites de percepção que não pode ser assimilado no momento em que ocorre. A linguagem tenta dar conta destas situações, mas a essência da narrativa paira, muitas vezes, no limbo ou seja, em um “não-lugar” onde ocorre o desencontro com o real, a repetição e o choque.

Enfim, o trauma - enquanto um distúrbio de memória - não permite uma experiência plena da vivência e, por esta razão, também obstrui a tentativa de lembrar. Segundo Seligmann-Silva, estas definições são fundamentais para a formulação de uma teoria de representação do Holocausto¹¹⁷. Além disso, desafia o pesquisador sobre as dificuldades da compreensão do trauma, um dos elementos presentes nos relatos orais apresentados neste trabalho. Portanto, o gesto narrativo pode representar, para alguns, a libertação de um pesadelo, ainda que seja uma tarefa árdua. Narrar suas histórias de vida pode ser, para os sobreviventes do Holocausto, uma forma de denúncia do horror testemunhado. O dilema está em “tocar” na ferida provocada pelo trauma. Ala Gartner recordou que após da libertação: “[...]tive alguns problemas, era depressiva, não andava e não entendia porque havia sobrevivido.” Hana Jurica, por sua vez, lembrou-se do psicólogo que a atendeu, assim como à outras meninas-companheiras em recuperação na cidade de Lund, na Suécia:

“Algumas meninas tinha o hábito de esconder pão debaixo do travesseiro, um trauma daqueles tempos do campo. Por isso, veio um psicólogo ajudar na nossa recuperação. Ele falava que nosso comportamento era normal, pois passamos tanta fome e por isso nós não estávamos prontas pra viver uma vida normal.”¹¹⁸

Os sucessivos traumas individuais narrados por estas vozes de judias sobreviventes do

¹¹⁶ HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o Breve Século XX – 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 57.

¹¹⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio, “A História como Trauma”, op. cit., p. 85.

¹¹⁸ Entrevista de Hana Rosenthal Jurica para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 29 de novembro de 2011. Retorno para aprovação do texto final em 10 de abril de 2012. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 2 horas e 40 minutos.

Holocausto, aqui selecionadas como amostragem de um universo maior, se inscrevem na “era da catástrofe”. Em cada testemunho registrado, encontramos uma dimensão traumática diferenciada pelas distintas visões de mundo do entrevistado/sobrevivente. Neste sentido, procuramos valorizar a identidade dessas mulheres ajudando-as, segundo a expressão de Beatriz Sarlo: “a reparar uma identidade machucada”. Em seu livro *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*, a autora reforça a importância da valorização da experiência, da reavaliação da primeira pessoa e a reivindicação de uma dimensão subjetiva, principalmente nos estudos do passado. Para a autora esta “guinada subjetiva” proporciona o “reordenamento ideológico e conceitual do passado e de seus personagens.”¹¹⁹

Através dos procedimentos da história oral e da apreensão do testemunho¹²⁰ podemos ajudar na restituição da confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida. As experiências das colaboradoras aqui registradas foram estilhçadas pelo trauma que se iniciou com a perda da nacionalidade seguida do ato de expulsão de seu país de origem, segundo valores antissemitas defendidos pelos regimes totalitários. Para milhares de refugiados - nem sempre sobreviventes dos campos de concentração - o resultado foi um destino desastroso, marcado pelo medo da morte e o descrédito na vida considerando que ocupação nazista alastrava-se pelos vários países da Europa, a falta de documentos e a fragilidade física decorrente da fome e das doenças.

Constatamos – nestas narrativas de experiências traumáticas – a força dos estigmas que surgia com certa constância nas lembranças das entrevistadas. O sobrevivente emerge alquebrado diante das imagens resgatadas do seu passado. Diferentes vozes recordam-se da perda da sua identidade ao ser tatuado no braço com um número de identificação ou ainda, ao ser obrigado a usar o uniforme padrão de prisioneiro dos campo de concentração, tendo seus cabelos raspados obrigatoriamente. Hana Jurica assim nos descreveu este momento:

“Pensei que íamos para um lugar de trabalho e não um campo de concentração. Fomos

¹¹⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Tradução Rosa Freire d’Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras; UFMG, 2007, p.18-9.

¹²⁰ Na América Latina, o conceito de *testimonio* surgiu por ocasião do Prêmio Casa das Américas, de 1969, segundo Valéria de Marco, este debate veio a público em 1995, quando os membros que julgavam o prêmio, estabeleceram as regras para os critérios de classificação das obras, que estavam permeadas por assuntos que envolviam as convulsões políticas e escapavam do padrão então conhecido de romance. Alguns autores entre eles Ángel Rama e Manuel Galich propuseram então a criação desta nova categoria. Eles argumentaram que o *testimonio* não é uma reportagem, não é uma narrativa ficcional, não é pesquisa e muito menos biografia. O testemunho é mais extenso e profundo que a reportagem, mantém a fidelidade dos fatos narrados descartando a ficção, e difere-se também da biografia porque não escolhe uma vida, e sim pode contemplar a história de um ou mais indivíduos pela sua relevância em determinado contexto social. DE MARCO, Valeria. “A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado”. In: *Revista Lua Nova*, nº 62, 2004, p. 50.

para um salão onde cortaram os nossos cabelos, tomamos banho sem sabão e toalha, e mais nada. Diante destas mudanças, eu não reconhecia meus irmãos, pois ficamos todos iguais, sem cabelos e com a mesma roupa.”¹²¹

Todas presenciaram as práticas violentas que resultaram no apagamento do indivíduo submetido à humilhação, à fome e epidemias que as colocaram em condições sub-humanas nos guetos e nos campos. O fato de algumas ficarem sem tomar banho, de não terem calcinhas para trocar ou de não disporem de escovas de dentes, são “sinais” de perdas que, ao serem recuperadas, ganham outro valor, como foi lembrando na narrativa de Janina Schlesinger. A resistência estava em não se deixar abater, apesar das marcas que as transformavam em verdadeiros “lixos humanos”.

Para Jeanne Maria Gagnebin, a dimensão da destruição do indivíduo além de física, foi intelectual e espiritual, minando todas as possibilidades de dignidade. “[...] a mais nobre característica do homem, sua razão e sua linguagem, o logos, não pode, após Auschwitz, permanecer o mesmo, intacto em sua esplêndida autonomia.”¹²²

3.3 - Memória: Jamais Obliterar

A partir da década de 70, o surgimento da Nova História¹²³ possibilitou a ampliação do uso de metodologias e variadas fontes. Os trabalhos que revelaram a oralidade usavam como suporte os procedimentos da História Oral, que ganhou força nas pesquisas históricas, inseridas na corrente historiográfica da História do Tempo Presente.¹²⁴ Talvez um dos conceitos mais caros herdados para estas novas vertentes da pesquisa histórica, tenha sido a memória, definida por Le Goff como:

[...]a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro

¹²¹ Entrevista de Hana Rosenthal Jurica para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 29 de novembro de 2011. Retorno para aprovação do texto final em 10 de abril de 2012. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 2 horas e 40 minutos.

¹²² GAGNEBIN, Jeanne M. “A(im)possibilidade da poesia”, *op. cit.*, p. 51.

¹²³ Oficializada com a publicação de *La Nouvelle Histoire* (1978). A nova corrente historiográfica remonta a Escola dos *Annales*. O historiador Jacques Le Goff, foi um dos principais articuladores, inovando ao propor uma nova concepção documental, permitindo “desestruturar os documentos,” e voltar o olhar para a história do imaginário, “da vivência dos homens. De usar todos os métodos capazes de modernizar, de refinar e de ampliar sua faculdade de apreensão do passado.” TÉTART, Phillipe. *Pequena História dos Historiadores*. Tradução Maria Leonor Loureiro, Bauru: EDUSC, 2000 p. 119-122.

¹²⁴ A moderna história oral nasceu na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos em 1948. Allan Nevins foi o responsável pela criação de um arquivo que utilizava as novas ferramentas tecnológicas para registrar a experiência de vida dos combatentes da Segunda Guerra Mundial, das vítimas e dos seus familiares. MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*, 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996 p. 92. Na França, a criação do *Institut d'Histoire du Temps Presents* que abriga o *Centre National de Recherches Scientifiques - CNRS* em 1978, foi significativa por ter reunido os trabalhos pós - Segunda Guerra Mundial. O historiador do tempo presente tem um papel essencial de interpretação dos acontecimentos “recentes”, e recorre principalmente aos testemunhos. TÉTART, Phillipe, *op cit.*, p. 134.

lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.¹²⁵

A obra *Memória Coletiva* do sociólogo Maurice Halbwachs, traz o conceito de “quadros sociais e de relações intersubjetivas. O passado é refeito e repensado a partir da interação do homem com os outros homens.”¹²⁶ É assim que a memória de um indivíduo está inserida na coletividade do grupo ao qual ele tem como referência. O componente individual da memória não deixa de existir, convive paralelamente com as esferas dos grupos sociais dos quais fazemos parte, para que este fenômeno ocorra é necessário que haja pontos em comum, onde o indivíduo convive com a memória individual e a coletiva.¹²⁷ Sob este prisma é que percebemos as vozes das mulheres judias entrevistadas para este estudo: cada qual tem a sua particularidades, mas todas “se percebem” como parte de uma comunidade maior, identificadas por um elo comum: o fato de serem mulheres, judias e sobreviventes.

Por sua vez, a construção do *eu* narrativo, não está livre das flutuações da memória que é seletiva. Segundo Frochtengarten, a evocação do passado no presente, muda de acordo com as percepções, juízos, valores e crenças do indivíduo. Na sua opinião, “o que trazemos ao nosso atual acervo de representações e se vinculam aos grupos dos quais hoje participamos”¹²⁸. Assim Michael Pollak, demonstra que a memória é um fenômeno construído. Quando narramos a nossa experiência de vida, re(elaboramos) uma identidade; operamos em um processo de reconstrução, com a imagem que temos de nós e que os outros fazem de nós.¹²⁹

Importante lembrar o conceito de *memória subterrânea* formulado por Pollak surgiu após a sua pesquisa com as mulheres judias deportadas para o campo de concentração de Auschwitz. O autor destaca as situações-limite vivenciadas por grupos minoritários e como o trabalho com a memória contribuiu positivamente para trazer a tona temas que ficaram de fora da memória oficial.

Temos, ainda hoje, vozes de sobreviventes que, ainda marcadas pelo medo, consideram que tais passagens não precisam ser contadas. Para as nossas colaboradoras, a experiência concentracionária foi extremamente dolorosa, e o silêncio, transformou-se numa atitude de defesa, enquanto estratégia de vida pós-*Lager*: do compromisso de reconstrução das

¹²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. 5ª Edição. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003, p. 419.

¹²⁶ FROCHTENGARTEN, Fernando. *Memórias de Vida, Memórias de Guerra*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 10.

¹²⁷ HALBWACHS, Maurice. Trad. Beatriz Sidou. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p.30.

¹²⁸ FROCHTENGARTEN, Fernando. *op. cit.*, p. 10.

¹²⁹ POLLAK, Michael, “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, vol. 5, nº.10, 1992, p. 4.

famílias e também para evitar que seus filhos crescessem à sombra das lembranças doloridas de seus pais.

Ao narrar suas histórias de vida, os sobreviventes fazem um grande esforço procurando reordenar os acontecimentos de forma cronológica. Executam um trabalho de reconstrução de si mesmo, redefinindo seu lugar social e as suas relações com os outros. Constatamos que essas mulheres foram vítimas de violência e tiveram ruptura brutais no cotidiano, manifestando em alguns casos certa dificuldade para dar coerência e continuidade às suas falas, ou seja, de concluir sua própria história. Ao transcrevermos as entrevistas (do áudio para a forma escrita) reordenamos os fatos que, muitas vezes, ficam marcados pelo “vai e vem” de assuntos, nem sempre contados numa ordem cronológica.

A gestão de um equilíbrio da memória individual, segundo Pollak, exigiu das mulheres deportadas um auto-questionamento sobre a necessidade e a utilidade de narrar.¹³⁰ Nem todas as entrevistadas se dispõem a recuperar reminiscências de um passado que, como visto neste trabalho, por ser traumático correndo o risco de cair no silêncio. O ato de evocar lembranças difíceis de serem transmitidas e compreendidas é uma das principais barreiras que impedem a transmissão da memória.

Assim, perguntamos:

– Como interpretar uma experiência de vida traumática sobre a violência durante o Holocausto? As lembranças que registramos das colaboradoras revelam aspectos descritos como “uma sensação de estar em outro mundo, isoladas”. Em algumas passagens parece que lhes faltava compreender melhor dimensão do horror dos campos, chegando mesmo a questionar se aquele mundo era real. O desafio para pesquisador está na compreensão da violência brutal e na capacidade para perceber os acontecimentos narrados na sua dimensão irracional. Como transpor para um “novo texto” (transcrito) essa interpretação sem correr o risco de comprometer a veracidade da experiência dos sobreviventes?

De acordo com Seligmann-Silva, a Segunda Guerra Mundial representou um corte na história, na razão, no progresso e na linearidade, enquanto um evento que alterou a trajetória da humanidade. Para a historiografia o compromisso está no registro da memória, ainda que fragmentária, apoiada nas experiências individuais e coletivas, de homens e mulheres que poderiam traduzir o passado que foi esfacelado.¹³¹

A vida foi interrompida pela guerra que provocou perdas, deslocamentos forçados,

¹³⁰ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 13.

¹³¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio, “Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento”, op. cit., p. 66

confinamentos e deportações. Foram períodos entrecortados por desequilíbrios emocionais e por rupturas históricas, que alteraram o cotidiano. Para Lise Forell, nas suas lembranças, ficou a imagem de Brno, sua cidade natal, linda e com um estilo arquitetônico singular: “*eu adorava porque todas as minhas primeiras lembranças são de lá, isso marca a gente fortemente.*”¹³² A violência da guerra rompeu o cotidiano, segundo Fernando Frochtengarten “a perda dos parentes mais próximos, o afastamento do lugar de origem, a ameaça às tradições de seus grupos de convivência e de referência e alguma iminência de morte”¹³³

Nossas entrevistadas polonesas tinham entre dez e dezesseis anos quando as tropas nazistas ocuparam a Polônia, em 1939. Segunda Lola:

[...] “quando os alemães entraram na Polônia começaram as perseguições [...] Eles cantavam marchando na rua, contra os judeus, em alemão, palavras que ainda me lembro. Fomos proibidos de estudar, as escolas foram imediatamente fechadas e proibidas de aceitarem alunos judeus”.¹³⁴

Consideramos que o ano de 1939 é um marco temporal/referencial nas lembranças das colaboradoras polonesas, as etapas posteriores seguem marcadas por relatos de privações e mudanças profundas, de abandono forçado do lar e do confinamento em guetos ou do local da última imagem da família antes da sua dispersão, dentre outros exemplos possíveis. Janina Schlesinger se lembrou do momento em que constatou a primeira mudança: quando ela e toda a sua família saíram de uma casa grande para um quarto pequeno no gueto de Cracóvia. Ali tiveram suas liberdades cerceadas. Lola recorre a uma situação de mudança de espaço que tem, também, como cenário, o gueto de Cracóvia. De lá a sua família foi direto para o crematório:

“Foi ditada a ordem de que, para entrar no gueto de Cracóvia, era necessário uma licença. Quem não recebesse o visto era obrigado a sair da cidade. Eles não queriam judeus na cidade de Cracóvia, apenas dentro do gueto. [...] Não tínhamos contato com o exterior, não sabíamos se estávamos ganhando ou perdendo a guerra. Não sabíamos exatamente nada.[...] Toda a família foi direto do gueto para o crematório. Nunca mais vi minha mãe, e sequer pude me despedir dela, porque não deixaram ao menos nós despedirmos.”¹³⁵

¹³² Entrevista de Lise Forell para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 12 de maio de 2010. Retorno para aprovação do texto final em julho de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 55 minutos.

¹³³ FROCHTENGARTEN, Fernando, op cit., p. 33.

¹³⁴ Entrevista de Lola Anglister para Lilian Souza, Luba Schevz e Ana Carolina Duarte - Núcleo de História Oral. São Paulo, 01 de setembro 2011. Retorno para aprovação do texto final em maio de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo da gravação em áudio: 03 horas e 35 minutos.

¹³⁵ Lola Anglister para Lilian Souza, Luba Schevz e Ana Carolina Duarte - Núcleo de História Oral. São Paulo, 01 de setembro 2011. Retorno para aprovação do texto final em maio de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP.

Segundo Frochtengarten, o trabalho com a memória resgata as preciosidades depositadas em camadas profundas da subjetividade, especialmente para aquelas marcadas por experiências de “ruptura biográfica” provocadas geralmente por guerras. Portanto os trabalhos com memória, estimulam a narração, vital para aqueles que sobreviveram a tais experiências.¹³⁶

Comparando as narrativas destas mulheres que fizeram o percurso pós-*Lager* percebemos que este fato foi singular na vida de cada uma delas. Sobreviver representou passar sobre inúmeros obstáculos que, segundo Primo Levi, eram doloridos: “Na maior parte dos casos, a hora da libertação não foi nem alegre nem despreocupada: soava em geral num contexto trágico de destruição, massacre e sofrimento.”¹³⁷ E nem poderia ser de outra forma, pois estas mulheres – sobreviventes do Holocausto – são uma “espécie” diferenciada de mulher do século XX e XXI. Ouvindo suas vozes nos conscientizamos de que, por detrás de cada mulher, sobrevive uma criança que teve a sua infância interrompida pela violência nazista. No seu conjunto, estas narrativas emergem como um monólogo dirigido à Humanidade demonstrando que, onde não há palavras para retratar “o indizível”, os fragmentos servem para compor a memória coletiva. Para o historiador é como montar um mosaico: cada fato narrado, ainda que entrecortado por silêncios, representa uma nova peça. O legado está nas diferenças, nos detalhes. Cabe a ambos, narrador e interlocutor, a tarefa de não deixar esquecer.

Tempo da gravação em áudio: 03 horas e 35 minutos.

¹³⁶ FROCHTENGARTEN, Fernando, op cit., p. 193.

¹³⁷ LEVI, Primo, op cit., p. 39.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo *Vozes Femininas. Trajetórias de Sobreviventes Judias do Holocausto Radicadas no Brasil (1933-1960)* procurou identificar através de um conjunto de testemunhos orais elementos para a compreensão dos crimes perpetrados pelo Estado Nazista contra as mulheres, em geral. Desde a ascensão de Hitler ao poder, as mulheres judias e não judias (no caso das ciganas, soviéticas, polonesas e portadoras de deficiências) tiveram que percorrer diferentes caminhos para conseguir sobreviver ao ódio sem limites. Milhares delas foram violentadas das mais diferentes formas, física e psicologicamente, sob o código da “Solução Final para a Questão Judaica”.

Tanto na Alemanha nazista como nos territórios ocupados, as mulheres testemunharam a morte de seus familiares em suas próprias residências ou durante as operações de fuzilamentos em massa e deportações. Se selecionadas por serem jovens e fortes, serviram como mão-de-obra para o trabalho forçado, e de cobaias para experiências científicas em prol da edificação da “raça pura”, ariana. Raramente as mulheres grávidas ou com filhos no colo foram poupadas dos campos de extermínio.

Obrigadas a viver na clandestinidade, em esconderijos improvisados e nos espaços de exclusão implantados na Alemanha e nos países ocupados/colaboracionistas.

De acordo com a ideologia antissemita endossada pelo Estado alemão, a mulher judia era tratada como símbolo da mulher “degenerada” em oposição a mulher ariana, expressão da “raça pura”, exemplo de progenitora ideal do Reich. O cotidiano da mulher judia - assim como de toda a comunidade judaica radicada em vários países da Europa ocupada pelos nacional-socialistas - foi radicalmente alterado a partir de 1933 e, mais especificamente, com a aplicação de uma série de leis restritivas e *pogroms*. Como exemplos, citamos as *Leis de Nuremberg* (1935) e a trágica *Noite dos Cristais Quebrados* (*Kristallnacht*, 1938), marcos históricos do ódio sem limites.

Fica evidente, pelos testemunhos aqui registrados, que a vida das mulheres não foi mais a mesma desde a ascensão de Hitler como Chanceler do Reich entre 1933-1945. Além das leis raciais, a violência (física e simbólica) e a desumanização dos judeus se fez subsidiada pela propaganda e a educação nazistas acionadas pelo Estado em prol da “arianização” da sociedade alemã.

O círculo do preconceito contra as mulheres judias fechou-se, cada vez mais, como pudemos desprender das “vozes femininas” selecionadas para este estudo. Nossas entrevistadas, ainda que através de uma amostragem, foram protagonistas da violência e da

resistência que marcam a história do Holocausto. Em seus testemunhos procuramos identificar como se deu o processo de estigmatização dos não-arianos, vítimas do plano de extermínio que culminou com a morte de milhares de homens e mulheres.

O cerceamento da liberdade e a intensificação da “pseudociência” nos centros de eutanásia e, posteriormente, a instalação das câmaras de gás e fornos crematórios, são alguns dos fios condutores de grande parte dos testemunhos por nós registrados. Após o início da Segunda Guerra Mundial, as mulheres polonesas entrevistadas citam que, do dia para a noite, tiveram suas vidas abruptamente interrompidas. Todas citam como marcas dos seus traumas a separação e a morte dos seus familiares, o desaparecimento de amigos, a violência sem limites dos atos antissemitas, as feridas deixadas em aberto pelas marcas do estigma, impossibilidade do retorno à cidade de origem e a fragilização da sua identidade enquanto mulher, cidadã e, em particular, como ser humano.

Das nove entrevistas presentes nesta dissertação, cinco mulheres sobreviveram ao horror de Auschwitz-Birkenau, o maior campo de concentração da “era nazi”. Elas narraram, com muita emoção, o cotidiano traumático da padronização à qual eram submetidas com a obrigatoriedade do uso do uniforme, a cabeça raspada, falta de higiene e de roupas íntimas. Sem conseguir dar muitos detalhes, contam que sobreviveram sob insultos, aos berros dos perpetradores, estando vulneráveis aos estupros e espancamentos. A maioria atribui a sua sobrevivência aos campos de extermínio à sorte; outras citam a capacidade de improvisar na hora certa, numa espécie de “técnicas do campo”, conceito utilizado por Michael Pollak em seu estudo com a sobrevivente de Auschwitz, Ruth A¹³⁸. Ela citou como estratégias improvisadas de sobrevivência, os esconderijos, a solidariedade e o apoio entre as prisioneiras, situações que também identificamos nos testemunhos de Hana Jurica e Klara Mozes. Para muitas destas mulheres radicadas no Brasil, valeu conhecer as hierarquias do campo e a “economia de trocas de favores” para combater a fome e evitar os espancamentos ou e qualquer outro tipo de ameaça. Cito aqui o exemplo dado por Janina Schlesinger que, valendo-se da sua criatividade, descobriu que, tricotando meias e luvas de lã, conseguia trocar por pão.¹³⁹

¹³⁸ POLLAK, Michael, “Gestão do Indizível”, In: *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, (Tradução Gabriele dos Anjos) v. 2, nº 1, (jan-jun), 2010.

¹³⁹ Janina Schlesinger para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 28 de novembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em outubro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio e vídeo: 3 horas e 40 minutos.

As colaboradoras fazem referências as dificuldades que encontraram para conseguir sobreviver nos guetos, nos campos e mesmo no pós-guerra quando o nazismo já havia sucumbido. Tudo era muito difícil, até mesmo a vontade para recomeçar uma nova vida.

A luta pela sobrevivência nos campos foi sempre narrada de forma trágica. O cobertor, a caneca para a sopa, os sapatos eram usados como objetos únicos, insubstituíveis e raramente compartilhados. Lutar para sobreviver à morte programada era desafiador, mesmo porque qualquer manifestação de resistência pelos prisioneiros(as) era brutalmente reprimida. A arma dos nazistas foi de desestabilizar qualquer forma de organização coletiva que pudesse gerar alternativas de fuga e/ou sobrevivência. Mesmo assim, essas mulheres lutaram, cada qual à sua maneira e dentro do contexto possível, procurando manter a dignidade durante o período de confinamento.

As experiências de vida narradas por estas mulheres judias devem ser interpretadas enquanto testemunhos da dor, da sensibilidade, da superação, da reconstrução da vida após o trauma. Em várias passagens de suas narrativas revelam a frieza assustadora dos perpetradores, tocando - com coragem, ainda que evitando em alguns momentos - em assuntos delicados, sobretudo sobre a vulnerabilidade de seus corpos diante da truculência. A singularidade destes relatos femininos está nos detalhes das situações vivenciadas como, por exemplo, o recato diante do desnudamento forçado perante os oficiais nazistas. São questões que dizem respeito ao desmoronamento do “eu” e que passam pelo universo do tormento físico e moral, muitas vezes guardadas no fundo da alma. São “feridas”, como elas mesmas dizem, que ainda sangram.

Durante os anos do regime nazista, estas mulheres viveram as consequências do discurso antissemita sustentado pelo Estado que, entre 1933-1945, negou às mulheres judias o “direito de ser existir”. As “vozes-testemunhas” dessas mulheres sempre deixaram transparecer a percepção do controle, o medo da morte e da perda da individualidade. Tiveram, em distintas situações, noção da dor dos estigmas que as caracterizavam e marcavam como “seres inferiores”, sub-humanos. Portar a estrela de David amarela costurada no casaco ou gravada na porta de sua residência, ter seu nome substituído por um número ou perder a cidadania, são situações compartilhadas por todas elas. O registro sistemático destes testemunhos nos ajudaram a descobrir e a iluminar situações específicas que as mulheres se encontravam como, por exemplo, o drama da gestação nos campos, a ausência do ciclo menstrual, a vulnerabilidade de seus corpos diante da violência institucionalizada.

O ano de 1945 é uma data-referência para todos os sobreviventes do Holocausto. Para

estas mulheres que entrevistamos não foi diferente: naquele momento, da “libertação dos campos”, o mundo tomou conhecimento das barbáries praticadas pelos nazistas. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial e do plano de extermínio que culminou com o Holocausto - além do número de mortos e das perdas materiais – certamente deixaram lembranças ácidas que ainda corroem e exigem silêncio. Seus relatos servem hoje como medidas para avaliarmos as ações genocidas e nos oferecem rastros significativos para reconstituir o deslocamento dos refugiados pelo mundo tumultuado pelo ódio. Se prestam também para identificar os atos de salvacionismo e solidariedade que, em grande parte, dependem das vozes dos sobreviventes para virem à luz.

FONTES

1 – orais: entrevistas

Klara Mozes para Lilian Souza e Rosana Meiches - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 03 de dezembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em janeiro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 01 hora e 55 minutos.

Ala Lubliner Gartner para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 01 de abril de 2009. Retorno para aprovação do texto final em 15 de maio de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 20 minutos.

Hana Rosenthal Jurica para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 29 de novembro de 2011. Retorno para aprovação do texto final em 10 de abril de 2012. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 2 horas e 40 minutos.

Janina Schlesinger para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 28 de novembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em outubro de 2009. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio e vídeo: 3 horas e 40 minutos.

Lola Anglister para Lilian Souza , Luba Schevz e Ana Carolina Duarte - Núcleo de História Oral. São Paulo, 01 de setembro 2011. Retorno para aprovação do texto final em maio de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo da gravação em áudio: 03 horas e 35 minutos.

Lise Forell para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 12 de maio de 2010. Retorno para aprovação do texto final em julho de 2013. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas e 55 minutos.

Nanette Blitz Konig para Ana Carolina Duarte, Lilian Souza e Rosana Meiches - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 28 de novembro de 2008. Retorno para aprovação do texto final em agosto de 2010. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 02 horas.

George Legmann para Lilian Souza e Rachel Mizrahi - Núcleo de História Oral Arqshoah. São Paulo, 06 de maio de 2008. Retorno para aprovação do texto final em agosto de 2008. Acervo Arqshoah-LEER/USP. Tempo de gravação em áudio: 01 hora 55 minutos.

BIBLIOGRAFIA

Obras específicas

ADORNO, Theodor. *Prismas: Crítica Cultural e Sociedade*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém. Um Relato sobre a Banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O Sistema Totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

_____. *Origens do Totalitarismo – Anti-semitismo, Instrumento de Poder*. 2ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas. Mágia e Técnica, Arte e Política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOCK, Gisela. *La Mujer em la Historia de Europa*. Barcelona: Crítica, 2001

BOSI, Eclea. *O Tempo Vivo da Memória. Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

_____. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPAGNANO, Anna Rosa e PETRAGNANI, Sema. *A Milenária Presença de Judeus na Itália: Resgatando a Memória da Imigração de Judeus Italianos no Brasil (1938 - 1941)*. São Paulo: Atheneu Editora, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Brasil, Refúgio nos Trópicos*. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Goethe, 1997.

_____. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: História e Memória*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *Cidadão do Mundo: O Brasil Diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazifascismo*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2010.

_____. *Holocausto, Crime contra a Humanidade*. São Paulo: Ática, 1998 (Coleção História em Movimento).

_____. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantomas de Uma Geração*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *O Veneno da Serpente. Reflexões sobre Anti-semitismo no*

Brasil, São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____.; LAFER, Celso. *Judeus e Judaísmo na Obra de Lasar de Segall*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CARVALHO, Marília P. e PINTO, Regina Pahim. *Mulheres e desigualdades de gênero*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

FABEL, Nachman. *Estudos sobre a Comunidade Judaica no Brasil*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.

FISCHER, Gudrun. *Abrigo no Brasil: Judias Alemãs em Fuga do Terror Nazista*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIDENSON, Marília (Org.) *Passagem para a América: Relatos da imigração judaica em São Paulo*: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2003.

FROCHTENGARTEN, Fernando. *Memórias de Vida, Memórias de Guerra*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GILBERT, Martin. *A Noite de Cristal: A Primeira Explosão do Ódio Nazista contra os Judeus*. Tradução de Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. *Atlas of Holocaust*. London: Pergamon Press/Steimatzky, 1988.

_____. *O Holocausto: História dos Judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Samuel Feldberg, Nancy Rozenchan. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Estigma Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução Márcia Bandeira M. L. Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GROSSMAN, David. *Ver: Amor*. Trad. Nancy Rosenchan. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOIFMAN, Fabio. *Quixote nas Trevas. O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazismo*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2002.

LACQUE-LABARTHE, Philipe; NANCY, Jean-Luc. *O Mito Nazista*. Trad. Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Ilumiras, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. 5ª Edição. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia, Preconceito*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1995.

LEVIN, Helena (Org.) *Judaísmo: Memória e Identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

_____(Org.) *Judaísmo e globalização: espaços e temporalidades*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru – São Paulo: Edusc, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*, 5º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MILGRAN, Avraham. *Os judeus do Vaticano: A tentativa de Salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1994.

MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes Judeus do Oriente Médio. São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

_____. *Lembranças...Presente do Passado*. São Paulo: Hebraica/Smkuler, 1997.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.

NASCIMENTO, Lyslei e JEHA, Júlio. *Estudos Judaicos: Shoá, o mal e o crime*. São Paulo: Humanitas, 2012.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.) *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

PATAI, Daphne. *História Oral, Feminismo e Política*. São Paulo: Ed. Letra e Voz. 2010.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLIAKOV, Léon. *A Causalidade Diabólica: Ensaio Sobre a Origem das Perseguições*. Tradução Alice Kyoko Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 1991.

POLIAKOV, Léon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1974.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. *As Nazi-tatuagens: Inscrições ou Injúrias no Corpo Humano?* São Paulo: Perspectiva, 2006.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RITTNER, Carol-Roth e John K(ed.). *Different Voices: Women and Holocaust*. New York: Paragon, 1993.

SAIDEL, Rochelle G. *As Judias do Campo de Concentração de Ravensbrück*. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras; UFMG, 2007.

SCHOLL, Inge. *A Rosa Branca*. PEREZ Juliana P. e REICHMANN, Tinka. (org.) Trad. Anna Carolina Schafer e outros. São Paulo: Editora 34, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) *História, Memória, Literatura. O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas. Unicamp, 2003.

SIGMUND, Anna Maria. *Las Mujeres de los Nazis*. Traducción de Carlos Fortea. Buenos Aires: Plaza e Janés Editores, 2000.

TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999.

TÉTART, Phillipe. *Pequena História dos Historiadores*. Tradução Maria Leonor Loureiro, Bauru: EDUSC , 2000.

WEST, Cornel. *Questão de Raça*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

WIEVIORKA, Michael. *O Racismo, Uma Introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Artigos

ADORNO, T. W. “Educação após Auschwitz”, In: *Educação e Emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terras, 1995, p. 119-138.

AMÂNCIO, Moacir, “Letras e Artes”. In. *Revista 18*, São Paulo: Centro da Cultura Judaica, Ano IV, número 15 (março-maio) 2006, p.47.

AMESBERGER, Helga. “Reproduction under the Swastika. The other side of de nazi glorification of Motherhood”, In: HEDGEPEETH, Sonja M & SAIDEL, Rochele, (Org.) *Sexual Violence Against Jewish women during the Holocaust*. Massachusettes: Brandeis University Press, 2010, p.139-159.

BAUER, Yehuda. "Sobre el testimonio oral y em video", In: *Nuestra Memória*. Publicacion del Museo Del Holocausto. Año XVII, Nº 35. Noviembre de 2011, p. 62-64.

BLIKSTEIN, Izidoro, “Anti-semitismo, Fascismo e Holocausto: análise semiológica do Campo de Concentração de Dachau”, In: NOVINSKY, Anita e KUPERMAN, Diane. *Ibéria Judaica: Roteiros da Memória*. São Paulo: Edusp e Expressão & Cultura, 1996, p. 465-473.

BOCK, Gisela. “A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres” In: DUBY,

Georges & PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente. O século XX*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991. p. 185-218.

CALDAS, Alberto Lins. “Transcrição em História Oral”, In: *NEHO- HISTÓRIA: Revista do Núcleo de Estudos em História Oral – USP.*, São Paulo, nº 1, nov. 1999. p. 71-80.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Histórias de Vida dos Judeus Refugiados do Nazi-fascismo. Questões teóricas e metodológicas”, In: *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). São Paulo: Xamã, 1996, p.270-281.

_____. “Trilogia dos Estigmas”, In: *Não Olhe nos Olhos do Inimigo. Olga Benário – Anne Frank*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. P.40-49.

_____. “Imigrantes e Refugiados Judeus em Tempos Sombrios”: Brasil, 1933-1948. IN GRINBERG, Keila (Org). *Os Judeus no Brasil: Inquisição, Imigração e Identidade*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2005. p.344- 354.

_____. “A Era Nazi e o Anti-semitismo”, In: PINSKY, J.; PINSKY BASSANEZI, C. (Org.) *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004. p.102-133.

DE MARCO, Valeria. “A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado”. In: *Revista Lua Nova*, nº 62, 2004. p. 45-68.

FELMAN, Shoshana. “Educação e Crise ou as Vicissitudes do Ensinar”. In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.) *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo. Escuta, 2000, p. 13-73.

GAGNEBIN, Jeanne M. “A (im)possibilidade da Poesia”. In: *Revista Cult*. Dossiê Literatura do Testemunho. São Paulo: Lemos Editorial, 1999. p.48-51.

GINZBURG, Jaime. “Linguagem e Trauma na Escrita do Testemunho”. In: *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3, 2008, p. 61-66.

_____. “Escritas da tortura”. In: *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, n. 3, 2001, p. 131-146.

GOLDENBERG, Myrna. "Sexo, Violación y Supervivencia. La Mujer Judía e o Holocausto". In: *Nuestra Memória*. Buenos Aires. Publicacion del Museo Del Holocausto. Año XVI. Nº 34. Diciembre de 2010, p. 263-275.

_____. “Different Horrors Same Hell: Women Remembering the Holocaust,” in *Thinking the Unthinkable: Human Meanings of the Holocaust*, ed. Roger Gottlieb. New York: Paulist Press, 1990, p.150 -166.

GREEN. Nancy L. “A Formação da Mulher Judia” In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente. O século XX*. Edições Afrontamento, Liboa, 1991. p. 258-274.

LOPES, Scheila Mara B. Pereira. “Memória e Narração - Vivido e Simbólico - Criado através da Linguagem - Instrumento de Resistência em Tempo de Exceção”. In: *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*. UFSM – Dossiê nº 9, Setembro de 2012, p. 156-172.

MEIHY, José Carlos Sebe. “Palavras aos Jovens Oralistas”. In: *Oralidades: Revista de História Oral*. Ano 2, nº 3. São Paulo, NEHO, 2008. p. 141-151.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. “A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”, In: *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 34, 1992. p. 9-24.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “O que é possível lembrar?” In: *Cadernos Pagu* (40), Campinas – SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/ Unicamp, janeiro-junho de 2013, p.141-167.

MÜLLER, Franz Josef. “Apesar de Toda a Violência, Manter a Decência! O Caminho de Sophie Scholl para a Liberdade” In: *Não Olhe nos Olhos do Inimigo. Olga Benário – Anne Frank*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 95-111.

NORA, Pierre. “Entre Memória e a História. A problemática dos lugares.” In: *Projeto História*, nº 10, dez. 1993. p. 7-28.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV , vol. 5, nº.10, 1992, p. 200-212.

_____. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, vol. 2 nº 3, 1989. p. 3-15.

_____. “Gestão do Indizível”. In: *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, (Tradução Gabriele dos Anjos) v.2, nº1 (jan-jun)2010. p. 09-49.

RUDGE, Ana Maria. “Trauma e temporalidade”. *Revista Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, ano VI, n. 4, dez. 2003, p. 102-116.

SELIGMANN-SILVA Márcio. “Testemunho e a Política da Memória: o Tempo Depois das Catástrofes”. *Projeto História*. 2005. nº 30, p.31-78.

_____. “A Literatura do Trauma”. In: *Cult*, São Paulo, nº 23, jun. 1999, p. 45-48.

_____. “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008. p. 65-82.

THEIDON, Kimberly. “Gênero en transición: sentido común, mujeres y guerra”. *Cadernos Pagu* (37), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, julho-dezembro de 2011, p.43-78.

VASQUEZ, María Gabriela. "Las mujeres y la Shoá: el caso de las auxiliares SS". In: *Nuestra Memória*. Publicacion del Museo Del Holocausto. Año XVI, Nº 34, Diciembre de 2010. p.

251-263.

Livros de Memórias

ANTELME, Robert. *A Espécie Humana*, Tradução de Maria de Fátima Oliva do Coutto. São Paulo: Ed. Record, 2013.

MARY, Berg. *O Diário de Mary Berg: Memórias do Gueto de Varsóvia*. Tradução Geraldo Galvão Ferraz. São Paulo: Ed. Manole, 2010.

JAFFE, Noemi. *O que os Cegos Estão Sonhando?* Com o diário de Lili Jaffe (1944-1945). São Paulo: Editora 34, 2012.

KLÜGER, Ruth. *Paisagens da Memória: Autobiografia de uma Sobrevivente*. Trad. Irene Aron. São Paulo: Ed. 34, 2005.

KUSTIN, Sabina. *A Vida e a Luta de uma Sobrevivente do Holocausto*. São Paulo: Humanitas, 2005

LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Trad. De Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *Os Afogados e os Sobreviventes*. Trad. De Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A Trégua*. Trad. De Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LORBER, Blima Rajzla; BER, Szyja. *As Catorze Cidades de David. O Menino que tinha nome de rei*. São Paulo: Ed. Sêfer. 2012.

ROLNIK, Malka Lorber. *Os Abismos: Memórias e Contos*. Curitiba: Ed. Montana, 1990.

Teses

LERNER, Kátia. *Holocausto, Memória e Identidade Social: A experiência da Fundação Shoah*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

Sites

Arquivo Virtual Sobre Holocausto e Antissemitismo: www.arqshoah.com.br

German History - <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org>

Yad Vashem - <http://www.yadvashem.org/>

Voice/Vision Holocaust Survivor Oral History Archive - <http://holocaust-dev.umd.umich.edu/>

Jewish Virtual Library, - <http://www.jewishvirtuallibrary.org/>

USC Shoah Foundation Institute, - <http://dornsife.usc.edu/vhi/>

JewishGen - <http://www.jewishgen.org/>

Yizkor Book Database - <http://www.jewishgen.org/yizkor/database.html>